

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/04/08

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nºs 5/2015, da reunião de câmara de 2015/02/25, e 7/2015, da reunião extraordinária e pública de 2015/03/18			Aprovação
2	Parques infantis do concelho - Ponto de situação			Análise
3	Política cultural			Análise
4	Resolução final do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses			Conhecimento
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
5	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
6	Legislação síntese			Conhecimento
7	Pagamentos autorizados			Conhecimento
8	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
9	Abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (área de serralheiro)			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/04/08

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para apoio aos refeitórios escolares - Ano letivo 2015/2016 - Autorização de despesa			Aprovação
11	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Elisabete Serrano Alves		Aprovação
12	Contrato de prestação de serviços por avença - Segurança da receção do edifício dos Paços do Município - Parecer prévio vinculativo	Isabel Maria Machado Cerejo		Aprovação
13	Contratação de serviços para animação do Festival da Juventude - Ano 2015 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
14	Fornecimento em contínuo de material de economato - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
15	Fornecimento em contínuo de consumíveis de informática - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
16	Fornecimento em contínuo de produtos de higiene e limpeza - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
17	Fornecimento em contínuo de papel de fotocópia - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
18	Exercício de direito de preferência sobre a fração "A", sita na rua António Sérgio, nº 140 (antigo bairro da Chasa, bloco C1, lote 3)	Chasa, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
19	Exercício de direito de preferência sobre a fração sita na rua Sarmento Pimentel, nº 92	José Manuel Plancha da Silva Alberto	Alverca do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/04/08

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
20	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
21	Alteração ao loteamento sito na Quinta do Olival das Minas e Quinta do Duque - Alvará de loteamento nº 16/01, de 21/12	A.M.C. Vilarinho, SA	Vialonga	Aprovação
22	Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução do loteamento do Casal de A de Freire, Cotovios	Maria Cesaltina Vicente Alves Calçada	S. João dos Montes	Aprovação Retido
23	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Rua 25 de abril, nº 6, Bairro das Bragadas	José António Miranda Lima	Póvoa de Stª Iria	Aceitação
24	Empreitada das infraestruturas das ruas D, L, M e rua N e O, na AUGI da Fonte Santa - Libertação de 15% da caução	Florindo Rodrigues Júnior e Filhos, Lda	Vialonga	Aprovação
25	Alteração ao alvará nº 4/2011-AUGI - Zona do Moledo - Abertura de período de discussão pública		Alverca do Ribatejo -	Aprovação
26	Aumento do número de compartes dos 356/31 000 avos da AUGI Fonte Santa	João Miguel Pinheiro Marques Ribeiro	Vialonga	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
27	Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica, em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado livre, ao sistema de iluminação pública do município - Ano de 2016 - Abertura de procedimento e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/04/08

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
28	Regulamento do Prémio Literário Alves Redol - Ano 2015			Aprovação
29	Prémio de teatro Mário Rui Gonçalves			Aprovação
30	Comissão de acompanhamento da instalação do Museu da Tauromaquia			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
31	Cedência de equipamento informático	Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de São João dos Montes		Aprovação
32	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "M", sita na praça Bento Gonçalves, nº 3, 3º B	Maria José Augusta de Mello	Vialonga	Aprovação <i>prox. reunião</i>
33	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "J", sita na praça Bento Gonçalves, nº 2, 2º D	Paulo Silvino Borges	Vialonga	Aprovação <i>prox. reunião</i>
34	Final Four da Taça de Portugal de Hóquei em Patins Sénior Masculino - Apoio	União Desportiva Vilafranquense		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
35	Ata em minuta da reunião			Aprovação



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/04/08

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Fernando Paulo Ferreira, Vice-Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Rui Miguel da Silva Pereira; -----
- . Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira; -----
- . Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Estiveram ausentes os Srs.: Presidente, Alberto Simões Maia Mesquita, e o Vereador, Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo as respetivas vagas sido preenchidas pelos Srs.: Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira e Rui Miguel da Silva Pereira. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h56, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata **002**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Luís Marques-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **003**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Engº Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao
Movimento Associativo e Juventude -----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Maria João Carraça -----

. Divisão de Bibliotecas e Documentação -----

. Coordenador para a área do Teatro-----

Técnico Superior -----

Dr. Paulo Renato Rodrigues -----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqtª Catarina Conde -----

. Chefe da Divisão de Desporto e Equipamentos -----

Dr. Vítor Félix-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa -----

. Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

Técnica Superior -----

Drª Anabela Pereira -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----

OUTRAS PRESENÇAS-----

. Presidente da Assembleia Municipal-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA - PEDRO MARQUES - VICE-CAMPEÃO EUROPEU DA
JAPAN ASSOCIATION -----

O Sr. Vice-Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e dizendo que em virtude do Sr. Presidente não se encontrar no concelho cabe-lhe dirigir, nos termos da lei, a reunião, pelo que solicita, como é óbvio, a melhor colaboração dos Srs. Vereadores, não só no sentido de relevarem alguma falha de experiência da sua parte nesta condução, mas também de auxiliarem na eficácia da discussão e andamento dos trabalhos, como aliás é habitual e timbre dos mesmos. -----

Fará de seguida uma referência prévia, também conforme é habitual, a uma quinzena muito relevante sob o ponto de vista do concelho, a vários níveis, desde logo o lugar alcançado de vice-campeão europeu da Japan Association, pelo atleta do Futebol Clube de Alverca, integrado na seleção nacional, Pedro Marques. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, saudando também o Karaté do Futebol Clube de Alverca, e Pedro Marques, júnior, vice-campeão da Europa em 27 e 28 de março, em Praga, associando-se pois ao que o Sr. Presidente em exercício citou. ----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES DIVERSAS PRESTADAS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o município ficou 1º lugar na candidatura ao Fundo de Eficiência Energética, e o próprio teve ocasião, também na assembleia municipal, de dar conta desta notícia em primeira mão, o que vai permitir desenvolver o Plano de Mobilidade Sustentável para o concelho, sendo a expectativa integrar nele a rede de ciclovias que possa abranger o conjunto do território. -----

Abriu a exposição “O Jornal do Mundo”, que vai surgir integrada na exposição antológica a propósito do centenário de Joaquim Namorado, no Museu do Neo-Realismo. -----

Houve, anteontem, a visita do Sr. Vice-Primeiro Ministro à OGMA, acompanhado dos Srs. Ministros da Defesa e da Segurança Social, e transmitiu-se mais uma vez o interesse da câmara municipal, crescente, de que o papel comercial do aeródromo de Alverca possa ser reforçado, uma vez que, estando a OGMA encostada, e a utilizar a pista de Alverca, é um chamariz importante sob o ponto de vista económico e da própria operacionalidade de toda a operação, o que teve ocasião então de transmitir, quer ao Governo, quer a outras entidades da administração central que também acompanharam a visita. -----

Continuou, referindo que se está em pleno Supply Chain Meeting, que decorre no Pavilhão Multiusos do Cevadeiro, e que é hoje o maior evento de logística, uma grande plataforma de contacto entre empresas ligadas à logística. Assim, não pode deixar de fazer referência a esse facto, e ao trabalho que se desenvolveu através do Gabinete de Apoio ao Investidor, -----

Ontem mesmo foi Dia Mundial da Saúde, como os Srs. Vereadores sabem, e juntamente com o hospital e os centros de saúde tiveram-se, à disponibilização da população em todas as freguesias, contando-se também com a colaboração das respetivas juntas, rastreios de saúde gratuitos a toda a população. -----

Uma referência ainda vai para um balanço preliminar da campanha do sável, do “Março, Mês do Sável”, que este ano teve um acréscimo de doses servidas, de 30% relativamente ao ano anterior. De uma forma genérica, todos os parceiros dos restaurantes envolvidos nesta campanha ficaram muito satisfeitos com a forma



como a campanha decorreu. Esse aspeto, sobretudo num ano em que se está a sair da dificuldade causada pela “legionella”, é prova de que o concelho já ultrapassou essa fase, e as pessoas já se dirigem ao mesmo para vir comer ou passear, o que também é importante.-----

Como os Srs. Vereadores sabem, realizou-se o seminário em torno do sável, e a perspetiva, no âmbito do turismo, é reforçar esta companhia, esta marca de Vila Franca de Xira como a capital gastronómica neste mês de março.-----

Faz ainda uma referência ao próximo fim de semana, que também é relevante, começando já sexta-feira, e decorrendo até domingo, o Campeonato Nacional de Natação Sincronizada, no complexo das piscinas municipais de Vila Franca de Xira. São mais de 150 atletas, de 13 equipas de todo o país, que se dirigem a Vila Franca de Xira.-----

Por fim, no sábado arranca o programa comemorativo do aniversário do 25 de Abril de 1974, que os Srs. Vereadores já têm nas suas pastas, com uma sessão integrada na exposição de Joaquim Namorado “A Poesia como Prática Política”. Assim, ficam desde já todos convidados a participar na programação concelhia em torno do aniversário do 25 de Abril de 1974.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU têm tido alguns grupos do concelho que os questionam sobre uma situação que não conseguem responder, e que tem a ver precisamente como o “Março, Mês do Sável” que o Sr. Vice-Presidente falou, que, de facto, permite que o concelho possa receber pessoas que normalmente não o visitam, e que através da degustação deste prato bastante típico da borda de água vêm ao concelho.-----

Sabem que existem alguns grupos do concelho que atuam nos restaurantes, e aquilo que lhes perguntaram é como é feita a seleção destes grupos, se é a câmara municipal que seleciona, ou se são os restaurantes que pedem um determinado grupo à câmara municipal. Por aquilo que lhes dizem, os grupos que atuam são sempre os mesmos, o que deixa um sentimento de alguma frustração aos outros que não atuam neste mês, que realmente é muito importante para o turismo e para a economia do concelho. Como é que é feita a seleção destes grupos? -----

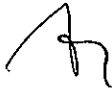



Reunião de 2015/04/08

Deliberação nº

Desta forma, o município associa-se ao voto de pesar que todo o país lhe votou e prestou. -----

APRESENTADA NA RC DE 15.04.08


Voto de Pesar – Falecimento do Cineasta Manoel de Oliveira


15.04.08

↙
O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento do cineasta Manoel de Oliveira (n. Porto, 1908; f. Porto, 02.04.2015).

Manoel Cândido Pinto de Oliveira nasceu a 11 de dezembro de 1908 no Porto.

Era o mais velho realizador do mundo em atividade. Depois de uma participação num filme de Rino Lupo, em 1928, estreou o primeiro filme em 1931, Douro, Faina Fluvial, uma curta-metragem sobre o Douro. O último filme, Velho do Restelo, estreou no ano passado, por ocasião do seu 106.º aniversário.

Figura incontornável do nosso cinema, Manoel de Oliveira deixa-nos um importante legado cinematográfico de trinta e duas longas-metragens, que desenvolveu ao longo de 83 anos de carreira.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO DO TRIBUNAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, e dizendo ter algumas questões para as quais, não só interessa esclarecer quem as coloca, mas fundamentalmente clarificar em que ponto de situação se encontram algumas, de muito relevante interesse para o concelho de Vila Franca de Xira, começando pela situação do tribunal ou do Palácio da Justiça, no concelho de Vila Franca de Xira. -----

A par dum reconhecimento praticamente unânime de que o Tribunal de Vila Franca de Xira, na sequência desta apelada reforma do mapa judiciário, perdeu efetivamente competências, valências, com graves prejuízos para as condições de acesso à justiça, prejudicando assim os concidadãos e todas as atividades que a estes serviços públicos recorriam, os membros da CDU continuam sem saber em que situação se encontra a transferência do Tribunal do Comércio para o concelho.- A esse propósito, gostariam de solicitar que o Sr. Vice-Presidente fizesse chegar aos vereadores da CDU, bem como aos demais vereadores da oposição, toda a correspondência enviada por este município para o Governo, junto da respetiva tutela, a fim de perceberem efetivamente qual é o grau de envolvimento e de compromisso do Governo sobre esta matéria, atendendo à grave situação em que se encontram as instalações do Palácio da Justiça e à indecisão relativamente ao Tribunal do Comércio em Vila Franca de Xira. -----

Sobre este último aspeto, gostariam também de perguntar se já existem novos desenvolvimentos, nomeadamente ao nível das instalações possíveis, para instalar este importante tribunal no concelho. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que procurará dar algumas informações, que são as que tem disponíveis, e as que não tiver pede ao gabinete do Sr. Presidente que tome a devida nota, de maneira a fazer chegar as respostas aos Srs. Vereadores.-----

Relativamente ao tribunal, os serviços irão recolher a correspondência existente entre a administração central e a câmara municipal sobre a matéria, embora, para além da correspondência, como os Srs. Vereadores sabem, porque o Sr. Presidente tem dado essa informação na câmara municipal, aliás, tem havido também




reuniões entre as estruturas da administração central ligadas à justiça que gerem estas matérias e a câmara municipal. -----

A disponibilidade da autarquia é conhecida, no sentido de facilitar o encontrar de soluções para a instalação do Tribunal do Comércio de Vila Franca de Xira ao que, naturalmente, se hão de também interligar as condições do próprio tribunal, uma vez que o edifício atual está muito sobrecarregado em termos, quer de funcionários, quer depois da atividade que ali é desenvolvida. -----

Desta forma, irá então ser recolhida a documentação para ser remetida aos Srs. Vereadores. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU concluem, quanto ao Tribunal do Comércio, e às novas instalações do Palácio da Justiça, que não há grandes novidades, infelizmente. Portanto, lamentam que assim seja. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BOM SUCESSO E ESCOLA DA QUINTA DA VALA –
ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que no âmbito de uma ação muito mais vasta que a CDU está a realizar, de reconhecimento e conhecimento sobre a escola pública no concelho de Vila Franca de Xira, e nos contactos efetuados com os agrupamentos de escola, os seus membros gostariam desde já de chamar à atenção para a importância da câmara municipal, conjuntamente com o agrupamento de escolas do Bom Sucesso, aferir a situação do sistema de refrigeração do Jardim de Infância do Bom Sucesso, uma vez que se trata de uma infraestrutura relativamente recente e, atendendo às características do equipamento, o não funcionamento desse sistema poderá comprometer o bom funcionamento de um equipamento que custou alguns milhões ao município. Gostariam de saber se a situação já está resolvida, porque parece-lhes que será seguramente algo a reparar no mais curto espaço de tempo.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, cumprimentando todos os presentes e mencionando ter algumas questões que os membros da CDU gostariam de ver esclarecidas. -----

Em primeiro lugar, pergunta se há já alguma novidade no que diz respeito aos problemas levantados numa das assembleias municipais pela associação de pais da escola da Quinta da Vala. Foram relatados alguns problemas na construção desta escola, que é relativamente recente, crê que foi inaugurada no ano de 2010, e gostariam de perceber em que ponto de situação está essa resolução dos problemas. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que, quer o Jardim de Infância do Bom Sucesso, quer a EB da Quinta da Vala, são estruturas integradas na rede de cerca de 50 agrupamentos escolares que o município gere, e há sempre intervenções que são necessárias fazer.-----

No caso do jardim de infância, está marcada aliás já a reunião entre a empresa do sistema de ventilação e a escola, no sentido de afinar o funcionamento, uma vez que as informações que se têm é que o sistema funciona bem.-----

Relativamente à escola da Quinta da Vala, esta Páscoa houve já as primeiras



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 011

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

intervenções estruturais, sendo que a maior parte dos assuntos levantados pelas associações de pais não dizia respeito a estas intervenções estruturais, mas a pequenos aspetos que foram imediatamente resolvidos naquela semana, aliás já estavam em andamento. As obras mais estruturais estão marcadas e agendadas para este verão, juntamente com o conjunto de intervenções que se vão fazer no parque escolar do concelho, que, como se sabe, incluem a substituição do amianto no conjunto do resto das escolas que falta fazer, e é um assunto que durante o verão, na interrupção letiva, se fará.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que vai deixar 2 ou 3 notas, e a primeira é sobre uma questão levantada há uns dias, que tem a ver com a escola da Quinta da Vala, que tem problemas desde o início da sua inauguração, que devem ser avaliados, como foram em tempos, entre o projetista e o empreiteiro. O projetista, porque projetou uma escola e eventualmente não avaliou todos os impactos daquele espaço, entre eles a questão dos materiais que escolheu, o nível que escolheu de implantação, e inclusivamente as infraestruturas de drenagem da escola, em que uma passa debaixo do rio Crós-Crós e outra está no rasto do rio Crós-Crós. -----

Não sabe se ainda hoje há uma passagem direta aos domésticos que havia naquela praça, mas pensa que é uma questão que ficou de ser tratada, e gostaria que se soubesse, sendo que ficou em tempos de serem colocados aqueles pontos de observação, para verificar a forma como a estrutura se comportaria ao longo dos tempos. -----

Gostaria de saber se efetivamente, quer o projetista, quer o empreiteiro, alguma vez, verdadeiramente, foram chamados a determinada altura a avaliar estas questões, porque há questões que para si são evidentes, e outras que podem não ser, mas, nomeadamente em matéria de infraestruturas, são evidentes, há um erro na avaliação e no planeamento do projetista. -----

Dever-se-ia pois avaliar toda esta matéria. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, prometendo ser muito breve, para fazer só uma pequeninha precisão, pois, ou não se fez entender ou seguramente também não entendeu com clareza aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse relativamente ao sistema de refrigeração do Jardim de Infância do Bom Sucesso. -----



A informação que os membros da CDU dispõem, por parte do agrupamento de escolas, é que efetivamente o sistema nunca funcionou, e portanto valerá a pena clarificar a questão junto dos próprios, mas saúdam a iniciativa de que haverá uma reunião para breve. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Rui Rei que a questão da escola já tinha sido colocada pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e já tinha dado dois níveis de resposta. Uma, dos problemas de conjuntura e de equipamento, que são normais em qualquer escola; e que são alvo de pequenas intervenções da câmara municipal ou da junta de freguesia, no âmbito dos contratos. Essas são muito regulares, e esses assuntos são permanentemente resolvidos. -----

Relativamente aos problemas infraestruturais, dividi-los-á em duas partes. Uma é a de um problema infraestrutural mais leve, como por exemplo a fissuração ou infiltrações, que são alvo também de intervenção por parte do próprio empreiteiro, e já foram várias vezes. Nesta interrupção da Páscoa, que terminou na terça-feira, ontem, houve uma nova intervenção na escola, pelo que, sob esse ponto de vista, também tem vindo a ser intervencionada. -----

Outro problema diz respeito à infraestruturização mais pesada, que tem a ver com as problemáticas de projeto, de construção e drenagem, e essas estão, de facto, a ser estudadas entre os serviços técnicos da câmara municipal e o próprio projetista, e a expectativa que se tem é que a interrupção de verão possa servir também para uma intervenção mais profunda sobre esta matéria. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ESTADO DE DEGRADAÇÃO DA PASSAGEM PEDONAL NA MALVAROSA – ALVERCA DO
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a um sentimento muito frequente que chega aos vereadores da CDU, relativamente à degradação da passagem pedonal na urbanização da Malvarosa, em Alverca do Ribatejo.-----

São-lhes relatadas situações de insegurança, de assalto, e agora, muito mais recentemente, situações de algum descuido e falta de manutenção da parte da entidade que, ou é a câmara municipal, ou ainda é o urbanizador, na manutenção desta estrutura pedonal. -----

Foram ao local muito recentemente, e aquilo que encontraram foi um cenário não muito agradável, pontuado pela falta de limpeza e de manutenção da estrutura elétrica. Portanto, pensam que a câmara municipal deve ter uma ação imediata, no sentido de proteger um bem que pertence a todos. -----

Fica também a questão de saber se esta infraestrutura pedonal já está recebida por parte da câmara municipal e a quem compete a responsabilidade pela sua boa conservação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que há algumas questões de funcionamento da iluminação, do sistema elétrico, que é algo complexo, porque tem também uma iluminação mais artística, e a verdade é que introduz às vezes algumas dificuldades na sua manutenção atual.-----

Na altura em que foi levantada a questão de alguma insegurança por causa da curva, porque a passagem não é a direito, tem uma curva, e podia haver o caso de alguém se esconder na curva, foi colocado e têm sido colocados, com alguma regularidade, espelhos parabólicos, que têm sido partidos, e à medida que vão sendo quebrados vão-se colocando. -----

Contudo, não tem registo de ocorrências sob o ponto de vista da insegurança, nos últimos meses, mas pode haver algum registo de que não haja conhecimento ao seu nível, e tenha chegado aos serviços, pelo que pede, de qualquer das formas, que os serviços verifiquem se entrou alguma queixa sobre a matéria, pois não tem essa referência agora. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DESPACHO SOBRE A ALTERAÇÃO DO LOCAL DAS CONSULTAS MÉDICAS NO ÂMBITO
DA SAÚDE OCUPACIONAL E MEDICINA NO TRABALHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram conhecimento, através de um despacho proferido pelo Sr. Presidente, Alberto Mesquita, no passado dia 30 de março, que foi determinada a alteração do local de realização das consultas médicas no âmbito da saúde ocupacional e da medicina no trabalho.-----

No despacho, ou na informação que consta baseada num despacho ao qual não tiveram acesso, e que gostariam de conhecer, é dito que visa garantir as melhores condições higienossanitárias e técnico-funcionais, relativas à prestação de cuidados de saúde no trabalho a favor dos trabalhadores do município. -----

Perguntam, de uma forma muito concreta e direta, que razões de natureza higienossanitárias e técnico-funcionais não existiam nas instalações do município para se tomar a decisão de, desde o dia 30 até ao dia de hoje, e doravante, haver consultas de medicina no trabalho e de saúde ocupacional nas instalações de uma empresa privada com quem o município tem uma adjudicação de serviços, através de um procedimento de ajuste direto aprovado na reunião de câmara do dia 30 de maio de 2012, que não visava a mudança de instalações no assegurar deste importante serviço de apoio para os trabalhadores do município, para além das questões de sigilo relativamente aos dados clínicos. -----

Portanto, gostariam que o Sr. Vice-Presidente os informasse sobre o que se passa, os motivos que assistiram a esta tomada decisão, e se isto é normal. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o local de realização das consultas médicas foi alterado, tendo em conta as indicações da própria Direção-Geral de Saúde sobre esta matéria, sobre as áreas disponíveis para este tipo de atividade.-----

Quanto à questão do sigilo profissional, não está posta em causa, não só porque os médicos e enfermeiros estão obrigados a esse sigilo profissional, como a gestão dos processos dos trabalhadores mantém-se na esfera da câmara municipal. -----

Foi essa a razão, melhorando aliás as condições de prestação do serviço e do conforto de quem usa ou precisa do serviço médico ou de enfermagem. -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o contrato, salvo melhor opinião, é prorrogável até 36 meses, ou seja, terminará, pelas contas dos membros da CDU, por altura de maio. Consideram estranho, na fase final do contrato por ajuste direto, esta mudança de instalações, até porque há muito tempo, não só colocado pela CDU, mas fundamentalmente pelos trabalhadores, se justificava uma mudança de instalações no âmbito dos serviços do município. -----

A estranheza tem a ver com o facto de, e nada, têm a opor relativamente à contratação deste serviço, porque efetivamente percebe-se que assegurar a saúde ocupacional e medicina no trabalho requer meios humanos que estão para além das capacidades do município, não lhes parecer correto que a câmara municipal assuma publicamente, que foi o que acabou por acontecer com este despacho, que não tem no conjunto dos edifícios do município condições para albergar o importante serviço de apoio para os seus próprios trabalhadores, e tenha que recorrer a uma empresa privada, pedindo o favor para acolher as instalações de saúde no trabalho, para garantir este importante serviço social aos trabalhadores.-- Isto é que lhes parece estranho, e perguntam se está em marcha a prorrogação de um novo serviço, com esta ou outra empresa, porque é uma questão que, de facto, precisa de uma tomada de decisão o mais rapidamente possível. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que não pensa que seja nada estranho, houve uma oportunidade de dar melhores condições físicas à prestação desse serviço sem que isso representasse custo suplementar. -----

Portanto, mal seria que não se tivesse aproveitado essa ocasião, e crê que fica toda a gente melhor servida, nomeadamente os trabalhadores, que é, no fundo, o que interessa, e não pensa que haja nenhum tipo de estranheza sobre esse processo. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SEMÁFOROS DA VARIANTE DE VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que infelizmente a variante de Vialonga teve os seus semáforos em condições durante muito pouco tempo, e a própria, na última reunião de câmara, deu conta da resolução deste problema, mas 2 ou 3 dias depois os semáforos voltaram a estar intermitentes, o que volta a dificultar a circulação dos veículos e também dos peões desta área. -----

Portanto, deixa o registo, para que se possa rapidamente resolver esta situação. ----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que fica registada a questão do semáforo em Vialonga, que já estaria com certeza levantada por parte dos serviços. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUERIMENTO DA CDU RELATIVO A DELIBERAÇÕES DE CÂMARA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionado um requerimento que os membros da CDU fizeram há cerca de 4 semanas, onde pediam atas de algumas deliberações desta câmara municipal em mandatos anteriores e também neste. Atendendo a que os requerimentos, normalmente, têm 2 semanas para serem respondidos e até agora não tiveram qualquer resposta, gostavam de deixar a preocupação pelo atraso à resposta do requerimento.-----

Sabem que os pedidos que fizeram são de grande vulto, mas pelo menos entendem que da parte do executivo do Partido Socialista deveria ter havido a preocupação de dizer que não conseguia responder a tempo, que o trabalho é em demasia, mas que rapidamente iria chegar ao gabinete da CDU a resposta pretendida. -----

Portanto, gostariam de perceber por que razão é que este requerimento ainda está por responder e quando pensa o Partido Socialista, porque já se encontra em falta, responder ao requerimento apresentado pelos vereadores da CDU. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que crê que essa documentação é realmente bastante, e já está recolhida, sendo uma coisa que nestes próximos dias chegará à CDU, e não crê que haja mais atrasos sobre essa matéria.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DOS VÁRIOS DEPARTAMENTOS DA CÂMARA
MUNICIPAL -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU gostavam de ter, se fosse possível, os relatórios das atividades dos vários departamentos da câmara municipal, porque infelizmente vão tendo acesso a alguma informação de atividades, de iniciativas que os vários departamentos fazem, para as quais os vereadores da câmara municipal da CDU não são convidados, nem sequer informados da sua existência, como é o caso, por exemplo, da visita aos fortes e fortins do concelho de Vila Franca de Xira, onde infelizmente não foram convidados, nem sequer informados da existência destas visitas, ou as iniciativas do departamento da ação social no que respeita à política de desemprego, idosos e destas áreas que tão importantes são para o concelho. ---- Não conseguem perceber por que razão é que os vereadores da CDU são completamente arredados das decisões, e até da possibilidade da sua participação nas várias iniciativas.-----

Portanto, para não andarem a fazer um bocadinho o papel de “verbo de encher”, gostariam de receber com regularidade os relatórios das atividades, e bom seria que pudessem ser avisados previamente destas iniciativas, para poderem estar nas mesmas. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo-se, não ao relatório das atividades, mas ao programa de atividades, pois crê que é mais isso, dizendo que a indicação que se dá é que os Srs. Vereadores sejam convidados para todas as atividades que sejam de caráter de participação por parte de qualquer um dos eleitos, e não há nenhuma distinção, nem entre os Srs. Vereadores da CDU, nem entre os Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo, nem entre os próprios vereadores do Partido Socialista. -----

A atividade que a Srª Vereadora referiu foi uma atividade de trabalho, destinada sobretudo aos técnicos da câmara municipal e aos eleitos e técnicos das juntas de freguesia, em que nenhum dos vereadores do Partido Socialista foi também convidado. Foi uma reunião de trabalho e, nesse contexto, não era uma questão de visita turística aos fortes e fortins. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROGRAMA DO 25 DE ABRIL – VISITA AO CENTRO INTERPRETATIVO DO FORTE DA
CASA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que não sabe, mas o Sr. Vice-Presidente vai-lhe explicar, porque pode ser ignorância da sua parte, e não consegue perceber, ou seja, receberam agora o programa do 25 de Abril, e não conseguem perceber o que é que a visita guiada ao Centro Interpretativo do Forte da Casa tem a ver com as comemorações do 25 de Abril, mas de certeza que o Sr. Vice-Presidente vai informar os membros da CDU, a não ser que seja pela novidade do centro interpretativo estar aberto. De facto, não lhe parece que tenha assim tanto a ver com o 25 de Abril, mas certamente o Sr. Vice-Presidente irá responder.-
Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionado que, como a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso imaginará, trata-se de uma recuperação patrimonial e de uma atenção patrimonial feita pelos municípios, pelo conjunto de municípios do poder local democrático, que recebeu aliás o prémio “Europa Nostra”, abertura essa à Europa que só foi possível depois da libertação de Portugal, após o 25 de Abril. Portanto, insere-se perfeitamente neste espírito de abril, que é também um espírito internacionalista, de cultura e de liberdade.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CONTRATAÇÃO DO GRUPO “AMOR ELECTRO” PARA AS FESTAS DO COLETE
ENCARNADO-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que, pessoalmente, é fã de um grupo chamado “Amor Electro” e, qual não é o seu espanto, quando, vendo o “Facebook” deste grupo, percebeu que vinha a Vila Franca de Xira no dia 3 de julho, naturalmente inserido naquilo que são as festas do Colete Encarnado. Aqui surge-lhe outra questão, é que não se recorda da câmara municipal ter aprovado nenhuma contratação deste grupo. -----

Portanto, para o grupo “Amor Electro” ter colocado na sua página do “Facebook” a “tour” de 2015, onde enquadra a presença no concelho de Vila Franca de Xira, no dia 3 de julho, alguém já falou com estes senhores, alguém já lhes pagou, mas de certeza absoluta que não deve ter sido a câmara municipal, porque os vereadores da CDU, até agora, não aprovaram nenhum contrato com este senhores. -----

Assim, gostariam de perceber como é que estas coisas acontecem, já não é a primeira vez que este tipo de situação acontece, e era bom que, de facto, a câmara municipal, primeiro, assumisse e aprovasse, porque agora não sabe muito bem, se os vereadores da oposição, que até estão na maioria, entenderem que não têm condições para ter cá este grupo, como é que o Partido Socialista vai pagar ao grupo “Amor Electro” para estar nas festas do Colete Encarnado. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que ainda bem que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso é fã dos “Amor Electro”, e como a mesma imagina estes processos são complexos sob o ponto de vista de fechar alguns calendários com as bandas, que trabalham com grandes tempos de antecedência, e o procedimento administrativo virá dentro dos “timings” próprios da administração pública. -----

A decisão também será tomada em total liberdade em reunião de câmara, agora não se controla efetivamente a passagem de informação por parte dos agentes, sendo que a maior parte das vezes não se fala com os artistas propriamente, são os agentes que assinalam logo nos calendários deles, com tempo de antecedência. No entanto, nos termos da lei as coisas estão feitas absolutamente como devem estar, no âmbito, quer do Código do Procedimento Administrativo, quer do próprio Código dos Contratos Públicos – CCP, como se imagina. -----



Deliberação nº

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, saudando todos os presentes e referindo que a Coligação Novo Rumo também quer deixar um voto de congratulação à equipa de patinagem da União Desportiva Vilafranquense, bem como ao próprio clube, pela conquista do título de campeã nacional de Show Grupos, nos passados dias 21 e 22, no Entroncamento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata **022**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

XIRABASKET -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, registando e congratulando-se com o Xirabasket, da União Desportiva Vilafranquense, saudando o êxito, mais uma vez, deste evento, que já é, de há muitos anos a esta parte, organizado pelo clube. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

GINÁSTICA ACROBÁTICA – SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, saudando a Sociedade Euterpe Alhandrense, na modalidade de ginástica acrobática, que participou na Prova Qualitativa I – Ginástica Acrobática, em Loulé, nos dias 21 e 22 de março, em que, dos 21 ginastas da Euterpe, 19 foram apurados para o Campeonato Nacional de Ginástica Acrobática.-----

Para além disso, ultimamente, e não só, também nos outros anos, a ginástica acrobática da Sociedade Euterpe Alhandrense teve realmente prestações muito meritórias, inclusivamente no Maia Internacional Acro Cup, com 16 países, e dos 12, 10 foram às finais. Nas finais obteve 2 pódios, um deles de primeiro lugar, pelo par feminino de juniores.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata **024**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESCOLA DE TOUREIO JOSÉ FALCÃO – PEDRO NORONHA – BOLSIN DE LEDESMA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, apresentando uma saudação ao aluno Pedro Noronha e à Escola de Toureio José Falcão, pela participação no Bolsin de Ledesma, Salamanca, na décima primeira “La Rosquilla de Oro”, que depois de passar à final foi quinto, o que foi uma posição meritória. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
NEGOCIAÇÃO COM O ALHANDRA SPORTING CLUB -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, saudando todos os presentes, desejando a todos um bom dia e uma boa reunião de trabalho, referindo-se só a um único ponto, dizendo que como todos sabem a câmara municipal tem uma dívida para com o Alhandra Sporting Club, nomeadamente com a questão das instalações para o futebol. -----

Aquilo que os membros da CDU vêm procurar hoje é, de facto, saber em que estágio se encontra a negociação com o clube, se já há alguma solução à vista, ou daqui por quanto tempo poderão esperar por uma solução. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que não há, sob o ponto de vista da câmara municipal, nenhum tipo de dívida perante o Alhandra Sporting Club, e perante nenhum tipo de associação em concreto. -----

Relativamente ao assunto que está em cima da mesa, isso sim, sobre a dotação de Alhandra com um campo de futebol de superfície relvada, que é o que está em causa, houve uma nova reunião com a direção, os órgãos sociais, pois não foi só a direção que esteve, do Alhandra Sporting Club, que levou um conjunto de localizações possíveis, tendo em conta a área necessária e a disponibilidade de terreno naquela área à volta do atual núcleo urbano de Alhandra. O clube está neste momento a estudar essa matéria juntamente com a câmara municipal, e a perspetiva da autarquia é que, pelo menos a questão da localização, se consiga cristalizar, para depois se poder encontrar a devida solução para a questão. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
VILAFRANCA CENTRO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que relativamente ao Vilafranca Centro recentemente foi veiculado na comunicação social que existiria um empresa de hipermercados que estaria eventualmente interessada em instalar uma loja no primeiro piso. Os membros da coligação Novo Rumo não sabem se isso tem algum fundo de verdade, e gostariam de saber se a câmara municipal tem alguma notícia ou informação sobre essa situação, e se a empresa Circuitos estaria igualmente a estudar uma alteração ao projeto existente, uma vez que também essa informação surgiu na comunicação social.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que a Srª Vereadora levantou três questões, e duas delas já tinha levantado em reuniões anteriores. -----

Este assunto do Vilafranca Centro é externo à câmara municipal, sob o ponto de vista dos contactos diretos, e o próprio não dispõe de grande informação sobre a matéria.-----

Também viu ou leu essa situação, sabe que há um interesse, que já tem uns meses, mas não sabe o ponto da situação atual, e pede alguma paciência para que possa recolher esta informação, para depois a fazer chegar.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reforçando a questão da sua camarada, que é só uma nota das informações que o Sr. Presidente, que hoje não está presente, colocou nos jornais, que diz que o Vilafranca Centro ou o estacionamento do Vilafranca Centro, e não sabe se foi isto que o Sr. Presidente disse, ou se o colocaram por ele, não faz ideia, só fechou porque a oposição não permitiu que se colocasse a segunda faixa “BUS” na rua Alves Redol e, consequentemente, o estacionamento passasse para o Vilafranca Centro.-----

É insuspeito, porque é a favor da iniciativa privada, mas não é a favor da iniciativa privada “ao ombro do poder público” ou dos dinheiros públicos. Isso não é a favor, é a favor da iniciativa privada pelo mérito. Portanto, o Vilafranca Centro ou o estacionamento do Vilafranca Centro têm pernas para andar pelo seu mérito, mas não se lhes podem oferecer 200 ou 300 carros por dia, porque não há espaço na zona envolvente. Pensa ainda que deve existir espaço na zona envolvente, e deixa até uma nota, que eventualmente havia um vereador, se não se engana, o ex-



vereador Alves Machado, que interpretou variadíssimas vezes intervenções da CDU contra a taxaço do estacionamento em frente ao Ateneu. -----
O próprio já deu um exemplo, que foi a uma reunião da tauromaquia com o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, e o Sr. Vice-Presidente, e pagou o estacionamento. Até pensou, como entretanto a junta de freguesia tinha mudado, que o estacionamento ali tinha passado a ser gratuito, mas afinal não, é "bem prega Frei Tomás, olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço". Assim, é um bocado esta a matéria. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
BUNGALOWS DO PARQUE DE CAMPISMO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionado que há algumas questões que não foram ainda respondidas, pese embora às vezes os membros da Coligação Novo Rumo reconheçam que o tempo do período antes da ordem do dia não chega, mas ficam a aguardar que as respostas lhes cheguem posteriormente, só que, vão passando os dias, e elas não chegam efetivamente. -----

Falam das questões dos “bungalows” do Parque de Campismo de Vila Franca de Xira, pois ainda aguardam que lhes respondam, nomeadamente, se foi realizada alguma intervenção, se estão de facto em condições de funcionar, se é intenção do município permitir o usufruto pleno daquele espaço, se é para abandonar, e, caso efetivamente não sejam para utilizar, porque é que constam da Tabela de Taxas e Preços recentemente aprovada. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que, tal como consta na tabela de taxas, o objetivo da câmara municipal é pôr os “bungalows” operacionais, porque, hoje em dia, e teve ocasião de estar há cerca de 3 semanas com o Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, cada vez mais estas opções de “bungalows” são opção para o turista que gosta de fazer campismo, nomeadamente o de passagem, inclusivamente estrangeiros que vêm a Portugal fazer visitas. -----

Por isso é que se acautelou, e há uns tempos surgiu a oportunidade de encaminhar para lá algumas infraestruturas, que podem servir de facto como “bungalows”. Elas já estão no local, e está neste momento a ser feito o levantamento de algumas ligações que são absolutamente essenciais para que fiquem completamente operacionais. -----

O objetivo da câmara municipal é mesmo ter um parque com “bungalows”, que possam estar ao serviço do público. Não se tem ainda uma previsão exata relativamente à entrada em funcionamento, mas é um assunto em que se está neste momento a trabalhar, porque faz todo o sentido, uma vez que já lá se tem a instalação, conseguir que possa abrir ao público. -----



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À PRAÇA DE TOUROS – VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionado que colocou já por duas vezes, nas reuniões de câmara, a questão do parque de estacionamento junto à Praça de Touros, relativamente aos blocos de cimento que eliminam cerca de 6 lugares de estacionamento.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem saber para que efeitos servem estes blocos de cimento e se efetivamente vão ser retirados ou não. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que os blocos em frente àquele “outdoor” de facto não terão sido colocados pela câmara municipal, e já se terá feito um contacto com a junta de freguesia, mas vai-se voltar a insistir, para perceber exactamente a motivação e necessidade dos blocos lá estarem.-----

O Sr. Vereador António Oliveira vai se encarregar pessoalmente deste assunto, de maneira a que se possa prestar uma informação mais atualizada sobre esta matéria.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CEDÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DA PRAIA DOS PESCADORES – PÓVOA
DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionado que na reunião de 25 de fevereiro passado os membros da Coligação Novo Rumo pediram à Srª Vereadora Fátima Antunes a informação sobre quando foi aprovada a cedência da exploração da cafetaria da Praia dos Pescadores, na Póvoa de Santa Iria. Até agora continuam a aguardar essa informação, e não tiveram ainda qualquer resposta sobre esta situação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, pedindo à Srª Vereadora Fátima Antunes que recolha o processo relativamente a esta questão da Praia dos Pescadores. -----

No final da reunião interveio de novo, mencionando que a Srª Vereadora Fátima Antunes poderá depois prestar uma informação mais concreta, eventualmente por escrito, se for necessário, mas o contrato que existe é um contrato precário, renovado automaticamente de 4 em 4 meses, e a câmara municipal pode renunciar em qualquer altura, enquanto decorrer o procedimento para arrendamento da cafetaria. -----

Como se sabe, ela esteve em reunião de câmara num primeiro momento, e depois não se chegou a acordo relativamente à filosofia de concessão do conjunto da praia, estando neste momento os serviços a preparar uma concessão exclusiva da cafetaria, que virá numa das próximas reuniões, ficando depois o assunto estabilizado a nível de médio e longo prazo. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

EXCERTOS DO PDM REFERENCIADO À CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes e dizendo, tal como tinha dito em reuniões anteriores, e eventualmente não sabe se a seguir a câmara municipal quer depois fazer chegar estas atas, se não quiser os membros da Coligação Novo Rumo têm gravações no gabinete, e com certeza que têm todo o gosto em fornecê-las às restantes forças políticas representadas na câmara municipal, que as afirmações que o próprio faz nas reuniões podem ser reproduzidas, transcritas e atuar-se em conformidade. Se o quiserem colocar como testemunha, também podem, porque com certeza que será testemunha, contra si e a favor de si próprio, nesse processo. -----

Neste sentido, traz alguns excertos do PDM - Plano Diretor Municipal, de 1993, referenciado à cidade de Vila Franca de Xira, tendo todas as áreas de expansão, umas consolidadas, outras de expansão, incluindo nas grandes zonas agrícolas do concelho, logo à saída, a chamada nova Vila Franca, que era a chamada UD4. -----

Esta é a referência ou uma das referências, quando se diz “malandros dos tipos do PPD - Partido Popular Democrático”, representados pelo próprio, que não defendem os interesses do concelho, e mais, associam-se “a essa praga dos empreiteiros, que cresceram no tempo da CDU, do Partido Comunista”, e pensa que, se se for ao PDM de 1993, o que aconteceu na população do concelho de Vila Franca de Xira até ao dia de hoje estará retratado. -----

Quanto à questão de Vila Franca de Xira, que é paradigmática, quando se fala da defesa da cidade-sede do concelho só deixa alguns números, que é exatamente o inverso ao que aconteceu no resto do concelho, e não quer ir muito mais atrás, ao tempo de D. Afonso Henriques, porque não vale a pena, mas pode começar em 1920. -----

Em 1920 eram 7 498 pessoas, em 1930, 7 894 pessoas, em 1940, 10 305 pessoas, em 1960, 13 404 pessoas, em 1970, 14 459 pessoas. O ponto mais alto da população de Vila Franca de Xira foi em 1981, e eram 19 318 pessoas. Em 1991 eram 18 487 pessoas, em 2001, 18 442 pessoas, e em 2011 eram 18 197 pessoas. Este é o reflexo das políticas e da gestão da cidade-sede do concelho de Vila Franca de Xira, que não só não atraiu população, como nem sequer fixou os filhos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **032**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

da terra. Foi o que aconteceu durante todos estes anos até 2015, que é o ano em que se está.-----

Portanto, o que assiste é ao declínio da cidade, que depois tem o reflexo em todos os monos que por ela se vêm, a começar pela grande magnífica obra de arquitetura que é o Vilafranca Centro, feito na altura por um grande arquiteto, se não se engana, Tomás Taveira, e construído por um grande empresário, aquela empresa que é maldita, a Obriverca, mas já construía à época, no tempo do grande democrata e presidente de câmara, Engº Daniel dos Reis Branco, que hoje está em Oeiras. Assistiu-se a tudo isto, a esta fórmula de gestão do território, que levou a esta prática que está. -----

A seguir ir-se-ão discutir levemente as questões do teatro, mas quando até se vem à câmara municipal defender o Teatro Salvador Marques, só quer dizer que quem colocou os teatros e os cinemas deste concelho, ou em caves, como em Alverca, ou no sétimo-andar, sexto-andar, ou no quinto-andar do Vilafranca Centro, foi a anterior gestão da câmara, superior, que deitou abaixo o cinema de Vila Franca de Xira e deitou abaixo o cinema de Alverca do Ribatejo.-----

Quando se fala de defesa da cultura e do desenvolvimento da cultura, está-se absolutamente retratado, porque inclusivamente, à época, o então Secretário de Estado da Cultura, Dr. Pedro Santana Lopes, só deixou este cinema ir abaixo se o Ateneu Artístico Vilafranquense tivesse a necessária contrapartida para poder dar esses espetáculos. -----

É bom que se tenha esta memória, para os agentes da cultura saberem do que se passa, e o que se passa efetivamente, porque a linguagem leva-a o vento, e o registo ao longo de anos deixa um rasto, deixa um caminho e deixa a atitude que se tem. -----

É uma reflexão que deixa, e com o tempo trará mais algumas, para se acabarem com os mitos, que se é sério porque se é do Sporting, é-se sério porque se é do Benfica, ou é-se contra o ambiente e anda-se de braço dado com os empreiteiros porque se é do PPD, PS ou outra coisa, e depois existe uma casta daqueles que são impolutos, que não se tocam em lado nenhum, mas quando se olha para trás, a população no concelho subiu de forma absolutamente esmagadora, com exceção de alguns sítios, que então entraram em absoluto declínio.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo-se ao PSD, mencionando que este tipo de intervenção é um direito que assiste aos seus membros, mas parece-lhe que, para além da falta de rigor, e de noção efetiva do que se passou no concelho, o PSD, a fazer estas afirmações, até põe em causa a atitude construtiva e diferente dos seus eleitos ao longo de todos estes anos. É um direito que assiste ao PSD, querer alinhar uma estratégia contra os seus, que durante tantos anos, assumindo divergências e pontos de vista diferentes, estiveram numa parceria de desenvolvimento no concelho de Vila Franca de Xira, que muito beneficiou o concelho, assumindo divergências, e votando por vezes de forma diferente.-----

Por fim, e não precisa de resposta, quem gere a câmara municipal hoje, desde há 18 anos, é o PS, com o apoio do PSD, pelo que não devem os membros da Coligação Novo Rumo voltar-se para os membros da CDU, que assumirão aquilo que tiverem de assumir. Depois, quando tiverem que falar de números, devem por favor recordar também os números do emprego, das atividades económicas, e de tudo aquilo que foi destruído por força da ação destrutiva e violenta dos sucessivos governos de que os Srs. Vereadores, neste momento, são representantes, o Governo de direita que neste momento está a estragar a vida dos portugueses. ----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que a resposta a este tipo de afirmações é dada já no ponto que se vai discutir a seguir, que se chama parques infantis, que quando a CDU, Partido Comunista, teve oportunidade de demonstrar que foi diferente ou seria diferente, que dinheiro não era problema, e a única coisa que fez foi fechar os parques infantis, e mais, os acordos que se assinaram nesta câmara municipal representam, por exemplo, no orçamento de Vila Franca de Xira, 41% do total do orçamento, e podiam ter desviado dinheiro para construir os parques infantis. Na Póvoa de Santa Iria representam 53%, e em Alverca do Ribatejo representam 51%.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo fazem o trabalho de casa, não vêm com frases feitas para tentar enganar as pessoas. Não fecharam os parques infantis, porque as crianças não se podem manifestar. Essa é a grande verdade que o Partido Comunista fez, na primeira medida que teve, cortou com os parques infantis e com as crianças. Foi o que fez.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que haverá já ocasião de se conversar



sobre esse ponto.-----

Sobre as questões mais urbanísticas, referenciadas por ambas as bancadas, o grande esforço que a câmara municipal fez nos últimos 16 anos, e que tem aliás vindo a ter reflexos importantíssimos, não só no ordenamento do território, mas também na prática do dia a dia das pessoas, e portanto mudando a vida das pessoas, tem sido a limpeza e desobstrução total da zona ribeirinha, que o executivo PS conta que venha a ser interligada nos 22 km da margem norte. -----

Essa é a infraestruturação profunda do concelho que a câmara municipal tem vindo a fazer nestes últimos anos, e esta última referenciação que veio à última reunião de câmara, e que foi aprovada, foi uma consequência lógica deste esforço, de retirada dos vazios urbanos industriais que já não têm atividade e que impedem as pessoas de aceder ao rio, a retirada das ocupações irregulares que estavam situadas junto às margens e não deixavam a população chegar ao rio, bem como a retirada dos “apetites” de construção habitacional, alguns dos quais de facto com protocolos assinados que diria foram “em fim de festa”, que levavam a construção mesmo até à margem.-----

Isso o Partido Socialista não quer, e na revisão do PDM aproveitou, como é evidente, para, não só desobstruir a margem ribeirinha, mas diminuir fortemente o número de habitações que estava previsto no PDM anterior, e felizmente que a sua revisão diminuiu a pressão de construção, aumentou espaço de atividades económicas, e aumentou, sobretudo, áreas de proteção ambiental e de estrutura ecológica municipal, que o PDM de 1993 evidentemente não tinha, porque a filosofia de intervenção no território era manifestamente outra. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **035**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DECLARAÇÃO DE INTERESSES A PROPÓSITO DA PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionado que viu uma declaração de interesses, num jornal, com um erro, a propósito da urbanização da Póvoa de Santa Iria. Assim, não restem dúvidas e, se restam, pode-se ir verificar aos escritos da câmara municipal, que no que lhe diz respeito sempre foi a favor daquela construção, dentro de determinados critérios de qualidade, que estão escritos, e a única questão foi que, se fossem os membros da Coligação Novo Rumo a licenciar, não aceitariam tanta habitação, e o promotor teria de instalar mais serviços, nomeadamente na área da hotelaria. Não foi o próprio que disse, foi inclusivamente a empresa que a câmara municipal contratou para discutir a área de reabilitação urbana, que aquela é uma ótima área de alternativa à Expo 98 a norte, e pode ser uma área excelente de atração de novos quadros ao concelho.----

Neste sentido, quer colocar a declaração de interesses, pois o jornal diz que o próprio foi presidente da assembleia-geral do Povoense, e não, é presidente da assembleia-geral do União Atlético Povoense. Deve ficar claro, porque não se esconde atrás de nenhuma giesta, como se diz em Trás-os-Montes, está perfeitamente claro, e há uma coisa que não tem, são ações da Teixeira Duarte, nem tem nenhum benefício direto nem indireto da urbanização em questão.-----

Portanto, é bom que estas matérias fiquem claras, para que não se tenham questões, nem foi o próprio que autorizou previamente o aterro das salinas e por aí fora. A única coisa foi que os seus pais trouxeram-no para a Póvoa de Santa Iria com 2 anos, jogou à bola em todo aquele terreno, e ainda é do tempo em que jogava ali à bola e quando a maré subia não se podia jogar. Ainda é do tempo em que entravam lá os esgotos e a maior parte da população da Póvoa de Santa Iria nem sequer sabia que existia rio. Ainda é desse tempo. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo orgulham-se muito de terem permitido que a população da Póvoa de Santa Iria tivesse um parque ribeirinho como o que tem, que possa vir a ter outro parque ribeirinho como o que vai ter, e portanto não são daqueles que só ficam com as partes boas e não querem assumir responsabilidade na escolha de outro tipo de opções.-----

Tomam as opções na íntegra, não se escondem atrás de nenhum muro, que já caiu



Reunião de 2015/04/08

Deliberação nº

Este não é de certeza o caminho dos membros da Coligação Novo Rumo, é outro, como se provam as atitudes que têm vindo a tomar ao longo dos tempos. -----

2/2



Assunto: ATAS NºS 5/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/02/25, E 7/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/03/18 -----

Presentes para aprovação a ata da reunião de câmara de 2015/02/25, e a ata da reunião de câmara extraordinária e pública de 2015/03/18, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, começando por informar, quanto a este ponto, que com a entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo os Srs. Vereadores que não tiverem participado nas reuniões não precisam de votar a ata na reunião seguinte, nem abster-se, não participam de todo nessa votação.-----

É um procedimento automático, que fica a cargo dos serviços que fazem a ata, e na ata seguinte ficará sempre mencionado que a Srª ou o Sr. Vereador tal, por não terem estado na reunião anterior, não participam na votação da aprovação da ata. Decorre da lei, mas é uma alteração relativamente ao procedimento habitual, e chama a atenção para este novo procedimento, não valendo a pena os Srs. Vereadores, não estando, preocuparem-se sequer, em votar, pois é uma coisa completamente automática, que os serviços tratarão,-----

Terminou, referindo que, não tendo os Srs. Vereadores nenhuma questão a referir relativamente a este ponto, ficam as atas aprovadas por unanimidade dos presentes nessa reunião. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 5/2015, da reunião de câmara de 2015/02/25, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Vítor Moreira, Rui Pereira e Helena Pereira de Jesus, por não terem estado presentes.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 7/2015, da reunião de câmara extraordinária e pública de 2015/03/18, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Vítor Moreira e Rui Pereira, por não terem estado presentes. -----

A

Assunto: PARQUES INFANTIS DO CONCELHO – PONTO DE SITUAÇÃO E ANÁLISE-----

Presente o requerimento nº 03/2015, dos membros da Coligação Novo Rumo, e documentos relativos ao resumo das necessidades de intervenção dos espaços de jogo e recreio, para análise e ponto de situação dos parques infantis do concelho, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que houve um pedido de agendamento por parte da Coligação Novo Rumo deste ponto, e não sabe, como é tradição, se o Sr. Vereador Rui Rei quer começar, ou se o Sr. Vereador António Félix pode prestar alguma informação.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, agradecendo e dizendo que este é um daqueles pontos que demonstra claramente quais são as prioridades dos vários poderes políticos que governam o concelho. Sim, é muito fácil, como se diz, ser oposição, fazer um conjunto de afirmações, e a verdade é que se tem de ser consequente, quando se governa, com aquilo que se disse anteriormente.-----

Não se pode esquecer que hoje em dia o poder político no concelho mudou nas últimas eleições autárquicas face ao que era nas anteriores. O Partido Comunista tem 4 das 6 juntas de freguesia, e consequentemente o Partido Socialista tem 2 das 6. Anteriormente havia 11 freguesias, o Partido Comunista tinha 2, e o Partido Socialista tinha as restantes. Portanto, o poder mudou, e pensar-se-ia que a forma de fazer política, cuidar, tratar e estar com os cidadãos seria eventualmente diferente, até porque se passa um momento de grande dificuldade, dos tais que são os “coveiros de tudo”, e porque há outros que são aqueles “que levam ao céu”. Assim, aqueles que “levam ao céu”, o que ainda se ouviu há pouco pela voz do Sr. Vereador Nuno Libório, que assinaram os contratos que foram aprovados na reunião de câmara, que dão 663 000,00€ a Alverca do Ribatejo, 636 000,00€ à Póvoa de Santa Iria, 348 000,00€ a Vila Franca de Xira, 409 000,00€ a Alhandra, 286 000,00€ à Castanheira do Ribatejo e 393 000,00€ a Vialonga, a primeira opção que tiveram foi dizer que os parques não tinham condições e que os iam fechar. ---- Com que argumento? Foi o de que não há dinheiro, mas foi esse o mesmo argumento que todos os governantes usaram nos últimos anos neste país, que não têm dinheiro e têm que cortar as coisas às pessoas. Contudo, há uns no Terreiro do

Paço que são uns “malandros”, que não têm coração, e há outros aqui que têm todo o coração do mundo, mas não fazem opções por aqueles que dizem que são o futuro. -----

Assim sendo, o próprio, antes de fazer o resto da avaliação, diria, até porque os membros da Coligação Novo Rumo fizeram umas pesquisas, analisaram e pensaram sobre o assunto, e há algumas intervenções muito interessantes sobre a matéria, que a vida moderna e o desenvolvimento das áreas urbanas têm produzido, ao nível do estilo da vida das crianças, profundas alterações, que se manifestam também ao nível da brincadeira. A falta de espaços verdes em segurança, a poluição e falta do tempo dos pais, são alguns dos fatores determinantes nas alterações dos tipos e momentos da brincadeira. -----

Sim, porque o próprio, que tem 42 anos, ainda é do tempo em que brincava na rua, ainda é do tempo em que ia a pé para a escola, e não precisava que o seu pai ou a sua mãe o levassem. Hoje o seu filho praticamente não brinca na rua, e não vai para a escola sem ser o próprio ou a mãe a levá-lo. Portanto, há uma alteração completa na vida das crianças, que tendem a passar demasiado tempo em ambientes fechados sentadas ao televisor, computador ou em transportes, comprometendo deste modo o correto desenvolvimento físico, psicológico e social. Sabe-se hoje que o brincar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, expressando-se em 3 níveis diferentes, contudo complementares: A saúde, ao nível do desenvolvimento físico, psicomotor e emocional; a aprendizagem, ao nível da aquisição de conhecimentos, apreensão do mundo e criatividade; e a social, ao nível do relacionamento interpessoal e do convívio. -----

Por outro lado, a brincadeira expressa a forma como a sociedade prepara as suas crianças para o mundo adulto, constituindo-se como uma ritualização e aprendizagem das regras e comportamentos da sociedade. Daí a importância dos espaços de jogo e recreio infantil nas cidades, como espaços de brincadeira onde as crianças dão largas à sua imaginação e criatividade, onde convivem, aprendem, descobrem a natureza, o mundo e elas próprias. -----

O papel das autarquias é fundamental na criação de parques infantis, proporcionando, em ambientes saudáveis e apelativos, parques integrados na rede



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 040

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

de espaços públicos e urbanos, onde a brincadeira seja assumida como um compromisso sério. -----

Depois deste descritivo o próprio até falaria da Câmara Municipal do Seixal, mas não vai falar sobre isso, que era a importância que se atribuía, e pelos vistos diferente, daquela que atribui o Partido Comunista em Vila Franca de Xira.-----

Aquilo que quer dizer é que os relatórios que foram enviados aos membros da Coligação Novo Rumo, numa primeira fase só com os parques infantis das juntas de freguesia, e numa segunda fase com os parques infantis da responsabilidade da câmara municipal, têm, e foram divididos, formas de avaliar, que é "a manter", "a intervencionar", "a encerrar temporariamente" e "a desativar definitivamente". É a forma que a câmara municipal tomou, e o relatório parece-lhe estar correto. Não sabe se assim é, mas em princípio nada têm a pensar que não esteja correto, e a informação parece-lhes clara. -----

Portanto, chegam à conclusão que em Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, dos 10 equipamentos, 6 são para intervencionar, 4 para encerrar temporariamente, ou seja, nenhum está em perfeitas condições, e 40% não reúnem mesmo condições necessárias.-----

Em Alverca do Ribatejo e Sobralinho, dos 33 equipamentos, 15 são para intervencionar, pequenas intervenções, 17 para encerrar temporariamente, não reúnem as condições necessárias, carecem de alterações, e 1 para desativar definitivamente, por não ter as mínimas condições.-----

Na Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras há 13 equipamentos, 8 são para intervencionar, 4 para encerrar temporariamente, e 1 para desativar definitivamente.-----

Na Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa há 14 equipamentos, 3 são para intervencionar, 5 para encerrar temporariamente, 4 para desativar definitivamente, e 2 cuja avaliação é entre um encerramento temporário e a sua desativação.-----

Em Vialonga são 23 equipamentos, há 10 para intervencionar, 6 para encerrar temporariamente, 3 para desativar, 2 entre o encerrar temporariamente e a desativação definitiva, e 2 para manter.-----

Em Vila Franca de Xira há 2 equipamentos, ambos para intervencionar.-----

Da responsabilidade da câmara municipal há 12 equipamentos, dos quais 8 são para manter, maioritariamente limpezas de rotina, sendo que 4 têm mesmo a referência de nada a registar, e 4 são para intervencionar. Mesmo esses vêm com a indicação de que já foram tomadas medidas, e que a sua resolução está para breve. Os equipamentos são os que existem no Jardim Constantino Palha, Parque de Santa Sofia, Cevadeiro, Praia dos Pescadores, Palácio da Quinta da Piedade, Caniços e Malvarosa. -----

São ao todo 107 parques referenciados e, contando apenas os da responsabilidade das juntas, apenas 2 são considerados em bom estado para manter. Daí, ou carecem de intervenção de pequenas alterações, muitos precisam mesmo de encerrar temporariamente, e 10 são para desativar definitivamente, ou seja, quase 10% dos parques do concelho são para encerrar. -----

Segundo dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, de 2011, Vila Franca de Xira tinha 23 514 crianças dos 0 aos 14 anos, dando, de uma forma linear, somente um parque infantil por cada 220 crianças. No caso específico da Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa, aquele magnífico símbolo da urbanização que a CDU deixou neste concelho, que tem dos mais elevados índices de ocupação de habitantes por km², só comparado aos países asiáticos, não tem mais comparação em lado nenhum, em 2011 eram 7 500 crianças dos 0 aos 14 anos, e há apenas 11 parques infantis com condições de utilização. Ainda assim estão a necessitar de manutenção, 3 deles da responsabilidade da câmara municipal, e desses, 11 são para encerrar temporariamente a fim de serem intervencionados, ou seja, 11 parques infantis para 7 500 crianças, dando uma média de um equipamento para 680 crianças. -----

As verbas transferidas para as juntas de freguesia são aquelas que disse, independentemente das rubricas específicas de cada uma, mas as juntas de freguesia têm a possibilidade de tomar decisões. Em vez de alimentarem as estruturas que nelas existem, em vez de tornarem as estruturas mais leves e eficazes para os cidadãos, continuam alegremente no caminho, pelo que volta a dizer que Alverca do Ribatejo tem 663 000,00€, quase 664 000,00€, a Póvoa de Santa Iria 636 000,00€, Vila Franca de Xira 348 000,00€, quase 349 000,00€, Alhandra 409 000,00€, Castanheira do Ribatejo tem 286 000,00€, e Vialonga tem



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **042**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

393 000,00€.

A isto ainda se somam os contratos interadministrativos, que são: Para Alverca mais 230 000,00€, para a Póvoa de Santa Iria mais 159 000,00€, para Vila Franca de Xira mais 105 000,00€, para Alhandra mais 154 000,00€, para a Castanheira mais 112 000,00€, e para Vialonga mais 92 000,00€, o que dá valores totais aproximados, para Alverca, de 894 000,00€, quase 1 000 000,00€, para a Póvoa de Santa Iria, de 795 000,00€, para Vila Franca de Xira, de 454 000,00€, para Alhandra, 563 000,00€, Castanheira, 398 000,00€, e Vialonga, de 486 000,00€.

Daquilo que disse há pouco, em Alverca do Ribatejo tudo isto representa 51% do orçamento, e se não fosse o dinheiro aprovado na câmara municipal fechava as portas, porque não tinha condições de existir enquanto junta de freguesia. Para a Póvoa de Santa Iria representa 53%, ia pelo mesmo caminho, e para Vila Franca de Xira representa 41%, pelo que não estaria longe deste registo. Mesmo assim, ainda vêm dizer que não têm dinheiro para manter os parques infantis das crianças do concelho.

Os membros da Coligação Novo Rumo consideram esta uma situação absolutamente inaceitável, e que a câmara municipal tem de tomar medidas, não valendo a pena apresentar aquelas propostas que foram aprovadas por duas ou três pessoas, em que dizem que a câmara municipal tem que pagar. A câmara municipal já paga estes milhões que aqui estão, e quem foi eleito para governar tem que tomar decisões. É assim que os Srs. Vereadores dizem em todo o lado, quem governa tem que tomar decisões, e as decisões que os Srs. Vereadores tomaram foi retirar a possibilidade às crianças do concelho de brincarem nos parques infantis, porque para esses senhores essas coisas não são propriedade.

Assim, este é o retrato real e eficaz duma gestão, que eventualmente mudou, mas que neste caso não mudou efetivamente para melhor.

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Rui Rei pela análise completa que fez desta matéria, que demonstra de facto reflexão sobre o assunto. O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que a apreciação agora do Sr. Vice-Presidente sobre o estado completo ou incompleto, e agora a palavra é dos membros da CDU, da intervenção do PSD, é de facto uma conclusão que só ao Sr. Vice-Presidente diz respeito, mas de facto deve dizer-lhe, com toda a franqueza, e

com todo o respeito, que o PSD sabe que lhes merece, e de facto estavam à espera, de outro tipo de intervenção. Em primeiro lugar, de uma intervenção baseada no conhecimento da realidade, e esta intervenção do PSD evidencia um profundo grau de desconhecimento sobre a evolução do tecido legislativo, ou da legislação que impôs aos municípios de Portugal um conjunto muito significativo em alterações nos últimos anos. -----

Não foi só em Vila Franca de Xira, são 80 parques em Oeiras, 33 em Leiria ou 10 em Abrantes. Este é um problema nacional, que vem de outros governos, mas que este Governo, que é aquele Governo que todos conhecem, tratou de ainda acrescentar mais dificuldades sobre as existentes. Contudo, para que haja a compreensão deste problema, importa esclarecer o PSD que o Decreto-Lei é o nº 119/2009, que responsabiliza, até do ponto de vista criminal, os titulares de órgãos públicos que não observem as condições legais para o efeito. Como se sabe, o PSD tem obrigação de saber isso. -----

Dito isto, a insatisfação dos membros da CDU relativamente a este contributo do PSD revela-se também na incapacidade do PSD perceber, e os próprios pensam que de facto é um desconhecimento muito grave, que, ao abrigo da legislação da delegação de competências, da nova lei do regime jurídico das finanças das autarquias, todas as verbas definidas em contratos interadministrativos, ou de delegação de competências, têm um objeto definido por lei, e aquilo que o PSD sugeriu, salvo melhor interpretação, foi que esses valores fossem desviados, rompendo com o contrato administrativo estabelecido de boa-fé com a câmara municipal. -----

Dito doutra maneira, o PSD sugere que as juntas de freguesia cometam ilegalidades administrativas. Isto é irresponsável, e lamentam que durante este discurso todo o PSD, ao invés de se dirigir à câmara municipal, que é a entidade proprietária, e a quem delegou as competências para esta matéria, devolva, como aliás tem vindo a fazer nas últimas semanas, sabe-se lá porquê, um conjunto de apreciações pouco corretas, revelador de desconhecimento, e com uma obsessão leonina contra a CDU e contra as juntas de freguesia da CDU. -----

Esperavam ouvir do PSD uma intervenção mais consentânea, até porque, para resolver os problemas do concelho contam todos os vereadores, e os vereadores



do PSD são necessários para contribuir para as soluções. Esperam os membros da CDU que o PSD contribua para esta situação.-----

A CDU agora dirige-se à câmara municipal, porque, na opinião dos seus membros, a CDU, respondendo pelas suas hoje responsabilidades, tem uma atitude muito responsável sobre esta matéria, e tanto assim foi que, de boa-fé, ratificado pela assembleia municipal, assumiram todas responsabilidades através das juntas de freguesia. O PS, através das suas outras duas juntas, teve idêntico comportamento quando assinou as delegações de competências. Contudo, continuam sem saber qual vai ser, no curto espaço de tempo, porque é sobre isso que é preciso tomar decisões, o que a câmara municipal pensa decidir. -----

Sugerem, para além da avaliação do estado de conservação, cujo relatório lhes foi disponibilizado, que o Partido Socialista precisa de apresentar um plano operacional, onde se definam investimentos que obviamente estão muito para além dos valores descentralizados no âmbito dos contratos interadministrativos, e da delegação de competências para a conservação dos parques infantis. -----

Porque é que pensam que é importante este plano operacional? Ele é importante porque vai requerer a definição e responsabilização de meios financeiros, que não entram obviamente nos contratos assumidos com as juntas de freguesia, uma vez que estas, apenas e só, têm a obrigação de conservar e de manter. -----

Pensa que será do conhecimento de todos que a câmara municipal, no início do ano, informou as juntas de freguesia dos constrangimentos existentes ao abrigo do Decreto-Lei nº 119/2009, e para além da caracterização exaustiva que fez sobre cada um dos parques, podem retirar dessa avaliação duas breves conclusões: -----

A primeira é que muitas destas situações de anomalia e necessidade de intervenção transitam de mandatos autárquicos, e isto não serve para desculpar nada nem ninguém, mas é uma constatação. Há obras que deveriam ter sido feitas em 2010, 2011, 2012, que não foram efetivadas, é do conhecimento da câmara municipal, e transitam para o atual mandato autárquico que se está a percorrer. ----

A segunda conclusão é que na maior parte dos casos, quando as juntas de freguesia são informadas que, de acordo com este decreto-lei, existem pelo menos duas tipologias de parques infantis, quando é para “encerrar temporariamente”, a câmara municipal informa que esses parques devem ser imediatamente fechados,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **045**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

e quando é para “desativar definitivamente”, informa que o parque infantil não reúne as condições mínimas necessárias à sua utilização. -----

Ora bem, observando o preceito legal, as juntas não tinham outras condições de atuar que não fossem exatamente as que fizeram no âmbito dos seus procedimentos e responsabilidades. Como foi dito na última assembleia municipal, a CDU, dirigindo-se à câmara municipal, colocou de uma forma muito simples o seguinte: Os valores que hoje chegam às juntas de freguesia para conservar e tratar os parques infantis são poucas centenas de euros mensais. Os parques infantis que precisam de ter intervenção imediata, no sentido de lhes devolver condições ao abrigo da legislação, envolvem milhares, e mesmo centenas de milhares de euros, situações para as quais nenhuma junta, individual ou coletivamente, no concelho de Vila Franca de Xira, tem ou reúne condições para assegurar esses investimentos. -----

Portanto, esse plano operacional terá de ser imediatamente aprovado por esta câmara municipal, em estreita colaboração com os seus vereadores todos, e, acima de tudo, num diálogo profícuo e construtivo com todas as juntas de freguesia. Esta é a opinião dos membros da CDU sobre a matéria, porque se trata de facto duma matéria que reúne um amplo e abrangente consenso sobre todas as forças político-partidárias no município de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, muito rapidamente, para completar, que o assunto carece, e passa o termo, do bom senso de todos, em especial da câmara municipal e juntas de freguesia. Pensa que a câmara municipal e as juntas podem e devem trabalhar em conjunto na resolução deste problema, que é comum, e lembra que nos contratos interadministrativos há uma cláusula, “espaços de jogo e recreio e polidesportivos”, que diz que compete à junta promover e realizar a manutenção de espaços de jogo e recreio, no caso, parques infantis, e bem assim de polidesportivos. -----

Tinha um amigo estrangeiro que dizia que a língua portuguesa é muito difícil, mesmo para os seus naturais, e admite que também seja para o próprio, que não é um jurista, mas para si manutenção é manutenção. São pequenas reparações e substituições, e os grandes equipamentos não estão, quanto a si, abrangidos por essa manutenção. Portanto, não é substituir. Fala nos grandes equipamentos, nas



grandes despesas, e é evidente que todos, e tem que se assumir isso, sabiam do estado de degradação em que se encontravam alguns parques infantis quando foi da delegação de competências, a câmara municipal também o sabia.-----

Portanto, pensa, e é o apelo que deixa, em complemento da intervenção do seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, que uma vez por todas a câmara municipal e as juntas se entendam, porque, como é evidente, e não está a dar nenhuma lição de moral, nem a dizer nada de novo, tanto a câmara municipal como as juntas de freguesia, sejam de que partido ou do corpo político que forem, trabalham para o bem comum. O bem comum que está em causa é a resolução dos problemas dos parques infantis, embora com as questões e problemas que foram criados pelo decreto-lei. No entanto, também é evidente que há que ter a segurança dos parques infantis, na defesa da saúde das crianças.-----

Assim, quis deixar este apelo, e a sua interpretação é esta, mas, como disse, não é jurista, e também admite que a língua portuguesa é difícil mesmo para os naturais. Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se, muito rapidamente, a uma questão que surgiu aos membros da CDU. Todos gostariam que os seus filhos pudessem brincar mais ao ar livre como os próprios fizeram antes, e também depende de todos, naturalmente, arranjar soluções para que isso aconteça, sendo que também é do tempo em que se andava nos parques infantis com areia, não havia arestas limadas, e se se partisse a cabeça ia-se aos bombeiros, fazia-se um curativo e 2 ou 3 dias depois aquilo passava.-----

Infelizmente a legislação, neste e noutros aspetos, alterou, não sabe se para bem se para mal, mas o que é facto é que alterou e tem que ser cumprida, sob pena de se estar em incumprimento da lei. Contudo, há uma questão que gostavam de realçar, que lhes fez alguma estranheza. Há parques que foram há pouco tempo intervencionados no âmbito do orçamento participativo, e, na análise que a câmara municipal lhes fez chegar, constataram que são parques infantis que também necessitam de intervenção. A questão que gostariam de colocar é: Será que o parque foi desde logo, à partida, mal concebido e não respeitou a legislação? Está-se a falar de uma legislação de 2009, e existem parques, como é o caso do parque da Fonte do Vale, em que a sua requalificação é posterior, e ainda assim precisa de intervenção.-----



Gostariam de colocar esta estranheza e apelarem novamente a alguma seriedade, até porque, se se está preocupado com as crianças e a sua segurança, isso obriga a que todos tenham uma postura de grande responsabilidade, que é isso também que as pessoas esperam de quem é eleito nos órgãos autárquicos. -----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, no sentido, de alguma forma, de enriquecer esta discussão, e até uma forma de “pegar” nas palavras do seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que no que toca à manutenção, em sentido lato, é considerada manutenção, inclusivamente, a alteração de um equipamento para o manter em funcionamento. A manutenção é muito lata, e se calhar, especificamente nestes contratos que se praticam, devia-se especificar qual o tipo de manutenção que a câmara municipal espera por parte das juntas de freguesia. -- Deve-se ser sério, porque há manutenção que não pode ser feita por pessoas não qualificadas e, muitas vezes, o que acontece é que a manutenção simples que se pode fazer em determinados equipamentos é feita, não por especialistas, mas por pessoas de menor qualificação. Não se pode comparar o que é reparar uma cerca ou apertar uma porca que está a ficar solta com o terem que se alterar certos e determinados equipamentos, formas e disposições. -----

Num sentido a manutenção é de forma muito abrangente, e está mal especificado, porque depois o que o Sr. Vereador Rui Rei diz também não é verdade, porque infelizmente nada se faz sem dinheiro. Ninguém está contra, mas nada se faz sem dinheiro, e o que o Sr. Vereador Rui Rei sabe muito bem, porque inclusivamente houve várias moções nesse sentido, é que mais uma vez o poder local tem sido alvo de grandes ataques por parte da administração central, da qual o seu partido é maioritário neste Governo. Como nada se faz sem dinheiro, infelizmente, e, como o Sr. Vereador disse e bem, depois há que fazer algumas opções, e infelizmente a cultura e alguns equipamentos acabam por ser os parentes pobres. -----

Terminou, mencionando que se fica por aqui. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando ao Sr. Vereador Rui Pereira 5 referências relativamente a esta matéria, que crê que serão quase “verdades de La Palice”. Em primeiro lugar, a seriedade na abordagem destas matérias crê que é total na câmara municipal, outra coisa não seria de esperar da parte dos eleitos. -----

Um segundo aspeto é que esta não é uma situação exclusiva do concelho, é um



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 048

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

problema com que se deparam todos os concelhos e freguesias de todo o país. Assim, é importante que se situem sempre as coisas tal como elas são. -----

Como terceiro aspeto, a discussão sobre esta matéria está sempre em aberto, da parte da câmara municipal e da parte das juntas de freguesia, e na relação que a câmara municipal tem com as juntas. Portanto, é um tema que nunca sai da agenda, nem do presidente de câmara, ou, no caso, da vereação que tem esta matéria, e dos próprios Srs. Presidentes de junta. -----

Um quarto aspeto é que este assunto não só não é novo, como não é desconhecido das juntas de freguesia. Não é desconhecido hoje, não era desconhecido ontem, nem o ano passado, nem no mandato passado. Portanto, não se tenha a ideia de que as juntas de freguesia, agora, ou a câmara municipal, agora, se preocuparam com esta matéria, porque isso não é verdade. -----

Os presidentes de junta, estes e os que lá estavam antes, e a câmara municipal, esta e a que estava antes, tinha preocupações, e veio a intervir nos parques infantis paulatinamente. Aliás, outra coisa não seria de esperar, tendo em conta que há tantos parques infantis no concelho que são felizmente muito utilizados. Portanto, mais que não fosse por essa matéria, era sempre preciso fazer alguma intervenção nestes equipamentos. -----

Um quinto aspeto, que também pensa que é transversal e todos estarão de acordo, ninguém está de acordo que se utilizem as crianças para armas de arremesso político, seja ele partidário, seja das juntas contra as câmaras, ou das câmaras contra as juntas. Portanto, diria que essa parte, para o próprio e para os presentes, está sempre ao lado da questão, porque as crianças são a preocupação que se tem que ter na ação política dos eleitos. -----

O Sr. Vereador Rui Rei levantou várias questões, e vai referir uma delas, que aliás foi também levantada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, o que demonstra que ambas as bancadas fizeram o trabalho de casa, e que tem a ver com uma problemática que o Sr. Presidente também já mencionou, que é o da legislação cambiante que tem havido sobre os espaços de jogo e recreio, que rapidamente torna obsoleto o equipamento que lá está. -----

Diria o próprio que não é responsabilidade propriamente do Governo, enquanto este ou outro qualquer que lá tenha estado, mas a verdade é que os legisladores

nacionais, quando produzem matéria de legislação, e não põe em causa que têm em principal objetivo as questões da segurança, descurem depois a realidade do país. É assim nos parques infantis, como é às vezes noutras coisas, e portanto também, nesse ponto de vista, não é propriamente uma questão, nem de política de direita, nem de esquerda, é que quem está mais afastado tem mais dificuldade do que quem está perto, de perceber a realidade no terreno.-----

Isto introduz uma dificuldade ao conjunto do território nacional, que apresenta sobretudo um desafio para quem está no terreno e para os autarcas que estão no terreno. A utilização nem sempre é feita pelas crianças, que deveriam ser as principais utilizadoras do parque infantil, nomeadamente à noite, e sabe-se que às vezes há uma utilização por pessoal mais velho, com uma atitude de pouco cuidado relativamente aos brinquedos, e a verdade é que há uma onda de destruição desses equipamentos, que depois também dificulta, durante o dia, que as crianças possam estar ali em segurança.-----

A câmara municipal tem, nesta perspetiva, e já de há muitos anos, uma filosofia absolutamente clara, nítida e definida. Está a alargar e a qualificar os espaços verdes do concelho, que são hoje muito mais do que eram antes, e nesses espaços verdes estão-se a instalar pontos de brincadeira para as crianças, e sobretudo a criar espaços de descompressão urbana, que permitam às crianças jogar com os pais, porque a prática das crianças já não é hoje como era: "Agora deixam-se os meninos no parque, e ficam dentro desta cerca a brincar sozinhos".-----

Hoje em dia, felizmente, não é assim, os pais, relativamente aos filhos, também têm outro tipo de relação, sobretudo quando são pequenos, e há muito jogo, como o da bola, e outros, que é preciso que existam, e não é no parque infantil que se fazem. Portanto, essa é a filosofia da câmara municipal, e por isso tem, no que toca aos seus equipamentos, seguido esta filosofia.-----

Relativamente aos contratos interadministrativos e protocolos de descentralização de competências, resultam duma legislação nova, e relativamente a eles há uma proposição que o Partido Socialista afirmou sempre, e a câmara municipal afirmou sempre, que estão a fazer um caminho novo. Todos estão a fazer um caminho novo, e os Srs. Presidentes de junta também estão a fazer um caminho novo, que é o caminho dentro das baias que a lei também permite. Contudo, os contratos

interadministrativos representam uma transferência financeira muitíssimo significativa, não só para a câmara municipal, porque se está a falar de 4 milhões de euros por ano, mas, e isso é verdade, para as juntas de freguesia, porque a percentagem do que representam para o seu próprio orçamento muitas vezes ultrapassa os 50%, o que dá conta que a câmara municipal, nesta perspetiva de descentralização de competências, continua a injetar financeiramente dinheiro nas juntas, ou elas não têm condições, e já não é para desenvolver o trabalho, é para funcionarem enquanto juntas de freguesia. -----

Seja a junta de freguesia do PCP, PS, PSD ou CDS, para o caso não interessa, a verdade é que é uma realidade que neste concelho é assim, e os Srs. Presidentes de junta sabem, porque participaram na discussão ao detalhe, que podem utilizar as verbas das diferentes rubricas desde que fundamentadamente, fazendo transferências entre rubricas, porque é impossível no concreto saber quanto é que naquele ano se vai gastar a reparar as escolas, a fazer uma intervenção nos parques infantis ou uma intervenção aqui ou acolá. Está tudo previsto, é do conhecimento dos Srs. Vereadores, dos Srs. Presidentes de junta, e é do conhecimento das assembleias de freguesia e assembleias municipais. -----

O próprio aguarda, e a câmara municipal aguarda, com muita expectativa, que as juntas de freguesia entreguem os relatórios referentes ao segundo semestre de 2014. Efetivamente ainda há uma que não entregou e, como não entregou, não se tem ainda o trabalho técnico feito, porque ele tem que ser feito, e virá a reunião para se discutir. Por isso diz que esta discussão é muito interessante, mas haverão de voltar a ela nessa altura, da discussão dos relatórios. -----

Se os Srs. Vereadores se recordam, e olharam para os relatórios com toda a atenção, a questão não está em dizer que a rubrica não chega para o trabalho que é preciso. A questão está na utilização ou não da verba para aquela rubrica, para aquele fim em concreto. No primeiro relatório o período era muito pequeno, mas os Srs. Vereadores ter-se-ão dado conta que as juntas de freguesia não priorizaram esta matéria na utilização das verbas daqueles 2 primeiros meses. Ver-se-á o que aconteceu nestes 6 meses, e por isso diz que esta questão é séria, deve ser séria, não é nova, é conhecida dos Srs. Presidentes de junta, é conhecida da câmara municipal, e há total abertura da mesma para trabalhar com as juntas de freguesia

nestas soluções. No entanto, isso não significa que o trabalhar com as juntas na solução dos seus problemas e responsabilidades signifique, exclusivamente, a injeção de mais verba, que no fundo foi o que saiu da discussão na última assembleia municipal, que necessariamente, tendo em conta o espectro duma reunião daquela natureza, também não se esperava uma discussão tão aprofundada como a que se está a ter hoje.-----

Assim sendo, todos têm obrigação de olhar para os relatórios das juntas de freguesia e perceber o que foi feito, porque é que foi feito assim, e não foi feito de outra maneira, e perceber se há ou não condições, de acordo com a lei, de continuar com os contratos tal como estão, ou se têm que ser diminuídos, tendo em conta alguma competência que a junta não tenha mesmo interesse, competência ou capacidade para conseguir fazer.-----

Essa discussão é séria, deve ser feita com os presidentes de junta a tempo, logo que entreguem os relatórios todos, coisa que, como se sabe, também já devia ter acontecido e ainda não aconteceu. De qualquer das maneiras, recorda que da parte da câmara municipal tem havido muita colaboração e parcimónia relativamente às transferências financeiras, e como é timbre dos membros do PS nunca falharam, apesar dum ou outro aspeto que vale a pena depois discutir na altura certa.-----

Uma de duas últimas referências é para um parque infantil, no universo todo dos parques infantis que o Sr. Vereador mencionou, que se têm no concelho, é um parque infantil, mas não interessa, merece resposta, e tem a ver com uma intervenção que, de facto, foi logo tornada necessária por ato de vandalismo no equipamento, coisa que às vezes é no dia seguinte, como o Sr. Presidente também já deu conta. Daí, o interesse de nalguns dos locais conseguir obter autorização para a instalação da videovigilância, porque se crê que isso facilitará o bom estado dos equipamentos.-----

A última referência, a favor da seriedade que todos têm neste processo, também deve ser trazida para cima da mesa, uma vez que é natural que nem todos se tenham lembrado. O Sr. Presidente, por sua proposta, trouxe à reunião de câmara a disponibilização de 25 000,00€ para que as juntas de freguesia procedessem aos investimentos que considerassem necessários, e das listagens que fizeram chegar

não crê que conste nenhum parque infantil. Assim, sob o ponto de vista da prioridade da intervenção, apesar duma injeção financeira suplementar do município, não foi essa a prioridade encontrada para os seus territórios, nem tinha que ser, uma vez que as juntas e o executivo municipal tiveram ocasião, no que toca a uma delas, de defender grandemente que devem ter autonomia para decidir onde pretendem gastar a verba. Contudo, não deixa, a bem da seriedade desta discussão, deste facto ser sintomático ou merecedor duma referência da parte do executivo, e deve ser realçado. -----

Para terminar, porque crê que também conviria avançar, e dará a palavra a quem entretanto a pediu para uma segunda ronda, da parte da câmara municipal há total abertura para discutir com os Srs. Presidentes de junta esta matéria. Eles sabem, e qualquer decisão que tomem de forma unilateral, e estão no seu direito, terá a leitura que se pode dizer "institucional e política" que se quiser dar sobre a matéria. O executivo tem linha aberta 24 horas por dia, e não é só para os presidentes de junta, como se sabe, mas para eles muito em particular. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que apesar das intervenções do Partido Comunista Português não serem, de modo nenhum, dos seus membros dizerem "bem, cometemos aqui um erro na avaliação e vamos corrigir", foram, em primeiro, para dizer que este vereador da Coligação Novo Rumo, em particular do PPD, não respeita os antecessores, mesmo quando os Srs. Vereadores, na sua gestão, "davam para lá uma coisa dos espaços verdes, para eles se irem mantendo entretidos no serviço". -----

É bom que se tenha consciência que em 1993 o seu partido votou contra as decisões dos Srs. Vereadores, nomeadamente no plano diretor municipal. Aí, não foi o próprio, não estava, mas votou contra, porque discordou profundamente daquilo a que se assistia. -----

Os Srs. Vereadores afirmaram coisas fantásticas como, "revelador de desconhecimento", e ainda agora o Sr. Vice-Presidente revelou o desconhecimento que têm face aos contratos. As juntas de freguesia dos Srs. Vereadores poderiam ter tomado outras opções, não tomaram. Fecharam os parques, querem fechar os parques, foi o que fizeram, e mais, a culpa nunca é do Partido Comunista, é sempre de alguém. -----

A culpa nunca é dos Srs. Vereadores, que nunca tomam uma decisão errada, a culpa é sempre de terceiros: Dos tipos do parlamento que aprovaram uma lei mesmo quando são aprovadas pelos membros do Partido Comunista, em que dizem que não está certo, não pode ser ou é errado; Dos malandros do Governo, que tomaram as opções pelos Srs. Vereadores, que agarraram na mão do presidente de junta e na caneta e assinaram; Do malandro do membro do Governo, seja ele qual for, que lhes deu 25 000,00€ para escolherem, mas em vez de escolherem os parques infantis escolheram outra coisa que eventualmente dava mais votos, porque as crianças não votam, não têm capacidade de reivindicação; Ou foi doutro qualquer malandro, que fez outra coisa qualquer, que nem sequer se sabe o que é, ou o que ainda vai fazer. -----

A verdade é que foram os Srs. Vereadores que tomaram decisões. A verdade é que com estes milhões todos podiam ter resolvido os parques infantis, podiam ter começado a resolver. -----

Depois, a lei não é desculpa para tudo, os Srs. Vereadores vêm a reunião variadíssimas vezes, e quando não são eles são senhores pelos Srs. Vereadores, que vêm simultaneamente acusar pessoas na reunião, e fora dela, de tudo e mais "um par de botas". O próprio já foi acusado, inclusivamente por alguns vereadores que estão presentes, em algumas manifestações, de "malandro" para baixo, e lembra-se perfeitamente, em Alverca, em frente à IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, que trata dos deficientes, que estavam lá alguns dos Srs. Vereadores, mas aí atuavam em conjunto, não atuavam sozinhos, estavam em conjunto e portanto era ver quem gritava mais. -----

Agora, quer-lhes dizer que tomaram opções, e na gestão que tiveram decidiram não resolver o problema dos parques infantis. Foi postura de grande responsabilidade? Grande responsabilidade é esta, é aquela com a qual os Srs. Vereadores não conseguem lidar, porque tomaram uma opção deliberada de não resolver o problema dos parques infantis. -----

O próprio sabe qual é, é a mesma que usaram sempre, é preciso ter um "capital de queixa" de gente sempre descontente, para terem um conjunto de gente sempre disponível para protestar. Neste caso é contra a câmara municipal, ou então, a seguir, contra o Governo. Os Srs. Vereadores neste caso tiveram azar, como vão

ter em tudo em que tomem opções que não são as corretas, pois os membros da Coligação Novo Rumo vão denunciá-las, e colocá-los sobre a responsabilidade de terem que decidir aquelas matérias. Recebem milhões de euros, não recebem 2 tostões, recebem dinheiro dos contribuintes, e optaram por fazer outras coisas. ----- Como foi dito, e bem, os parques infantis não surgiram ontem, mais uma vez a culpa não é de nenhum qualquer governo, ou do Parlamento Europeu, que aprovou normas que impedem determinados usos e materiais. O problema não é esse, é que os Srs. Vereadores chegaram à gestão das juntas de freguesia, e na primeira tomada de decisão disseram: "Agarro-me à lei, agarro-me ao dinheiro, e não posso fazer". -----

Revelaram hoje uma coisa, que afinal é aquilo que o próprio achava que era impensável, e às vezes o Partido Socialista também embarca nisso, mas agora o novo líder está um bocadinho a recuar, que nada se faz sem dinheiro. Pois é, por acaso até se fazem coisas sem dinheiro, até se fazem muitas coisas sem dinheiro, mas ao seu camarada vereador "fugiu-lhe a boca para a verdade", que é, nada se faz sem dinheiro. É a grande revelação. -----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, dizendo ao Sr. Vereador que "tempo é dinheiro". Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o Sr. Vice-Presidente sabe que foram os membros da Coligação Novo Rumo que pediram o agendamento do ponto, e não o pediram para falar da água do rio. Estão a falar dos parques infantis, e gostariam de poder concluir algo que é absolutamente importante e sério, ou seja, os Srs. Vereadores demonstraram aqui uma coisa que, mais uma vez, é "bem prega Frei Tomás", ou seja, "malandro do Gaspar". "O Gaspar é um malandro, ou era, agora já não é, chegou lá, teve que cumprir o que lhe disseram para cumprir daqueles malandros da Troika, mas o malandro não devia ter cumprido". -----

O próprio agora poderia usar o argumento dos membros da CDU, e só está a usar o argumento dos mesmos, aquele que usam contra terceiros, inclusivamente contra os membros da Coligação Novo Rumo, que é dizer: Então mas os senhores são malandros? Então mas os senhores não têm coração? Então os senhores não sabem gerir? Então os senhores não estão mesmo a ver que os parques infantis são uma prioridade? Que as vias de acesso são uma prioridade? Que os jardins são

uma prioridade? Que a limpeza das ruas é uma prioridade? Que dar estacionamento gratuito às pessoas é um direito?-----

Aliás, o próprio tem direitos, tem o direito de ser servido pelos funcionários públicos que os Srs. Vereadores tutelam, e os Srs. Vereadores têm o direito de lhe dar isso de borla. Não podem, isso custa dinheiro, pois é, e são estas as questões que as pessoas que estão hoje presentes ficaram a perceber, que os Srs. Vereadores, na primeira oportunidade que tiveram, não chegaram à câmara municipal a dizer: "Com estes valores não posso, não consigo mudar rubricas, porque tenho o dinheiro todo consumido pela estrutura, não vou enfrentar as estruturas que existem nas juntas de freguesia, e os senhores têm que me dar mais dinheiro para resolver este problema". Não foi isso que fizeram, o que fizeram foi refugiarem-se na lei, não quiseram correr riscos nenhuns, e entenderam que os parques infantis não eram uma prioridade, porque ninguém ia eventualmente notar, e, quando notasse, a culpa, ou era da câmara municipal, ou era do Governo. Como as pessoas às vezes não têm como verificar isto, ficam chateadas com terceiros, e com os Srs. Vereadores não ficam.-----

Fica aqui demonstrado que quando, e os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor, a câmara municipal deu mais 25 000,00€ para os Srs. Vereadores definirem prioridades, não resolveram estas prioridades, e fica aqui demonstrado mais uma vez que, não só não estudam, como não fazem o trabalho de casa, porque fizeram uma afirmação que é: "Está-se mesmo a ver que o senhor está para aqui a falar, e nem conhece o contrato interadministrativo".-----

Ficou-se a perceber que os Srs. Vereadores receberam um "CD" ontem à noite, com um "argumentário" para virem falar, e vieram falar do "argumentário", esqueceram-se foi de ler, e eventualmente quem deu o "argumentário" não tratou de tudo. Efetivamente podem justificar as mudanças dos valores, e ninguém está a pedir nenhuma ilegalidade. O próprio, no máximo, o que pede a quem é eleito é riscos, porque quem não quer assumir riscos não vem para estas funções. Quem não quer mudar as coisas e contribuir para a mudança e para melhorar a vida das pessoas não vem estas funções. Os Srs. Vereadores demonstraram, com tudo isto, que são absolutamente conservadores, absolutamente reacionários, e não resolveram, nem querem resolver os problemas das pessoas, nem os problemas



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **056**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

em particular das crianças. Ficou absolutamente demonstrado. -----
Quer dizer ao Sr. Vice-Presidente que os membros da Coligação Novo Rumo, até porque há uma coisa que é política, e outra coisa que é a tentativa de se ter superioridade moral sobre terceiros, gostavam que fossem avaliados verdadeiramente os relatórios de execução. Têm que ser avaliados, e tem que começar a haver consequências nesta matéria. O dinheiro que é transferido da câmara municipal para as juntas de freguesia é para fazer aqueles trabalhos, não é para alimentar estruturas das juntas de freguesia. Portanto, há contas que até andaram a ser feitas por não eleitos deste órgão, de algumas juntas de freguesia, que davam para fazer não sabe quantas voltas à Europa, do combustível que foi associado aos custos com os contratos interadministrativos.-----
Política é uma coisa, e mais uma vez tentar-se dizer que uns são sérios e outros são desonestos, desonesto é não se assumir a responsabilidade para a qual se foi eleito. Desonesto é não assumir sequer a responsabilidade e o compromisso que se assinou quando se assinaram aqueles documentos que dão milhões de euros às juntas de freguesia. Desonesto é não reconhecer que se não fosse esta câmara municipal, onde todos se incluem, as juntas de freguesia nem existiam, porque não tinham condições de funcionar. Desonesto é não assumir que se fez uma atitude errada, e continua-se a dizer que a responsabilidade é de terceiros. Desonesto é não resolver verdadeiramente o problema das pessoas.-----
Quando se diz que os membros da Coligação Novo Rumo têm desconhecimento, têm desconhecimento quando obrigam a vir a reunião temas como este e ao que vem a seguir. Revelam desconhecimento quando aprovaram e solicitaram, neste caso ao Partido Socialista, para aprovar o orçamento, o apoio aos bombeiros, o apoio às crianças na escola e aos livros, os parques urbanos que são necessários concluir. Desonesto é fazer isto. Se desonesto é melhorar a vida das pessoas, ainda têm mais 2 anos e tal pela frente para serem desonestos, mas os Srs. Vereadores vão ser Ernestos, mas com tudo lá colado, do que andam a fazer, que é a enganar as pessoas e a fazerem exatamente o contrário do que andaram a prometer. Isso é que é inaceitável, e os membros da Coligação Novo Rumo estarão sempre na primeira linha para lhes dizer que não é assim, mas para lhes dizer como é que se faz, e faz-se remodelando os parques infantis que são necessários, e colocá-los ao

serviço das crianças. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que lhe apetecia dizer só uma frase, que foi dita inclusivamente pelo Sr. Vereador António Félix na última assembleia municipal, que é assim: São opções, quem gere, gere, e são opções. ----

Contudo, isso é muito pouco, e o que diz ao Sr. Vereador é que os membros da CDU, ao contrário doutros, assumem em conjunto aquilo que está bem e aquilo que está mal. Se nas 4 das 6 juntas de freguesia geridas pela CDU a população entender que a política desenvolvida pelos seus camaradas não é a mais correta, só tem uma solução, é alterar a situação política.-----

Será quando a população quiser, e até agora os Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo não mereceram por parte dos munícipes de Vila Franca de Xira, nem a confiança para governar nenhuma das juntas de freguesia, nem a confiança para ganhar, e está a dizer agora. Tem muita memória, e o Sr. Vereador é que às vezes, como não a tem, diz as coisas várias vezes para que elas passem a ser verdade, o que de facto nem sempre resulta. -----

A CDU não tem problema nenhum, nem em assumir aquilo que faz na câmara municipal, e naturalmente os seus camaradas não têm problema nenhum em assumirem aquilo que lhes diz respeito, naquilo que é a gestão das juntas de freguesia, neste caso 4, das 6 juntas de freguesia, que têm a gestão da CDU.-----

Agora, o que o Sr. Vereador fez, e aí concorda com o "Sr. Presidente da câmara municipal", quando diz que não se deve utilizar as crianças como arremesso, e foi exatamente isso. Até agora o Sr. Vereador não viu problema absolutamente nenhum em lado nenhum, e de repente decidiu, por aquilo que a própria vem a assistir noutros encontros, e parece-lhe que é política da Coligação Novo Rumo, pelo menos do PSD, atacar o PCP onde quer que esteja, e isso congratula-a bastante. Deve dizer-lhe que da sua parte pode continuar, porque se o seu palco é atacar a CDU, então significa que a CDU tem uma importância imensa no parecer do Sr. Vereador, e pode continuar. -----

Para terminar, o que diz é que se calhar os membros da CDU vão ter de tomar atenção à correspondência enviada do órgão câmara municipal para as juntas de freguesia, que é o que se está a discutir, pois francamente, se estivesse na pele dum presidente de junta que recebe um e-mail, como os presidentes de junta

receberam da parte da câmara municipal, a dizer que o parque X é para desativar definitivamente, a própria não sabe que decisão iria tomar. A partir do momento em que recebe um e-mail destes, a responsabilidade deixa de ser da câmara municipal e passa a ser do presidente de junta, e vai dar um exemplo. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Vialonga recebeu um e-mail a dizer "desative imediatamente o parque infantil da Fonte Santa". Assim, perante esta situação, o que é que o presidente de junta faz? Pondera? Telefona ao tal telefone que está aberto 24 horas? Ou não pondera e encerra? Ou não encerra e depois tem um problema, e alguém diz "não, não, o senhor, no dia tal, às tantas horas, recebeu um e-mail a dizer desative, porque o parque não está em condições"? ----- Portanto, acredita plenamente que o Partido Socialista está a gerir isto com a maior e melhor das intenções, mas para que todos estejam com as informações que são necessárias, se calhar vão ter que perceber, com a boa vontade que foi típica do pós 25 de Abril, onde as comissões de moradores construíram parques infantis em todo o lado, porque a vivência dos espaços exteriores era diferente, que se calhar muitos, de facto, não têm condições de segurança para as crianças. Vão ter que perceber isto, e se calhar sem palco, porque o palco, pelos vistos, não traz seriedade à discussão. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, prometendo que será muito breve, dizendo que os membros da CDU nunca se dirigiram pessoalmente ao Sr. Vereador Rui Rei, fizeram-no sempre na sua condição de titular de órgão público, no órgão executivo câmara municipal. Esta é uma precisão que importava fazer, para aqueles que fizeram a intervenção que fizeram. -----

Pede ao Sr. Vice-Presidente que o deixe dizer de uma forma muito transparente, que até poderá haver razões que os próprios desconhecem, mas não compreendem esta reação do PSD para com a CDU. A CDU fez alguma coisa de errado ou deve alguma coisa a alguém para justificar este tipo de agressividade? Porque é que o PSD se dirige à bancada da CDU desta forma deselegante, desajustada, com sentimentos de alguma tentativa de criar confrontos verbais? Depois de tudo espremido, porque depois também fazem a sua crítica e autocrítica, naturalmente que refletem sobre o contexto da discussão havida, e não percebem porque é que isto acontece. Pede pois ao Sr. Vice-Presidente que lhe

diga que, depois de espremido, este contexto de agressividade do PSD, na opinião que têm, não favorece nenhum ambiente ou este ambiente em particular.-----

Este PSD é o mesmo PSD que durante alguns meses, e bem sabem que não foram muitos, e não sabe se os seus camaradas conseguem recordá-lo de quantos meses foram quando assumiu um acordo de gestão com o PS, dizem-lhe agora que foram 14 meses, estava proibido de falar no período antes da ordem do dia. É este PSD que hoje fala da forma como fala. Foi proibido, diz quem sabe que a anterior presidente de câmara proibiu o PSD de falar.-----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, dizendo aos Srs. Vereadores que se estão a desviar-se do parque infantil.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a anterior presidente de câmara proibiu o PSD de falar, e de não poder intervir em coincidência com aquilo que lhe assaltava à sua alma, mas é hoje o PSD que se dirige para a CDU. -----

O Sr. Vice-Presidente vai-lhe perdoar, não uma "provocaçãozinha", mas uma observação, de que o próprio não tem dúvidas nenhuma que o município hoje seria muito mais bem governado se fosse com a CDU, e mal seria se não tivesse essa opinião. Contudo, é importante informar o PSD que os membros da CDU não são posição maioritária na câmara municipal, não têm pelouros, dão o que sabem, e, como se costuma dizer, a mais não são obrigados, mas há uma coisa que mantêm, o respeito. O Sr. Vereador do PSD, e pede perdão, mas tem que se dirigir pessoalmente ao Sr. Vereador, até contrariando um bocado a postura de outros seus eleitos na câmara municipal e noutros órgãos, adota na reunião de câmara um conjunto de intervenções com as quais os membros da CDU não se identificam, e infelizmente deveriam merecer por parte de quem age a devida reflexão. -----

O próprio não tem idade, nem autoridade, para pedir ao Sr. Vereador o que quer que seja, mas deve deixar que o próprio lhe peça, e dirige-se ao Sr. Vereador em particular, para refletir bem sobre aquilo que diz e como age na câmara municipal, e a forma como o faz, independentemente dos pontos de vista diferentes e divergentes, que são salutares, sendo que não vale a pena essa agressividade, a nenhum dos presentes.-----

Por fim, e imagina que seja até por uma questão de defeito bom do Sr. Vice-Presidente, por força da sua condição de jurista, o mesmo acrescentou um aspeto

que pensa ser relevante, e a partir das palavras do Sr. Vice-Presidente, se este lhe permitir, tirará uma perspetiva de conclusão para o futuro imediato, porque se falou, mas ainda não se sabe o que vai acontecer do ponto de vista da decisão. -----

O Sr. Vice-Presidente disse, e muito bem, que foi aquilo que o próprio disse de início, que os acordos de execução e os contratos interadministrativos podem ser modificados, desde que devidamente justificados. Aliás, na cláusula 26ª aparecem situações evocadas, como por razões de interesse público, obrigações assumidas que afetem gravemente os princípios de boa-fé, enfim, há um clausulado disponível, no âmbito destes contratos, para a modificação dos mesmos.-----

Isso pode ser um ponto de partida, do ponto de vista das verbas a redefinir, e carece de uma competente aprovação desses contratos, ou seja, duma revisão dos mesmos. Portanto, pensa que fica claro que a câmara municipal precisa, ao abrigo dos contratos, de rever o que for necessário rever e, ao mesmo tempo, de introduzir um facto novo, pois se é para manter estes contratos, com estas competências e os respetivos valores descentralizados, de duas, uma, ou se reforçam os meios ao dispor, ou se encontra outra situação para resolver o problema dos parques infantis, porque não se está a falar de conservação. Está-se a falar de investimentos novos, na ordem de centenas de milhares de euros, que não cabem no âmbito das competências delegadas nas juntas de freguesia. -----

Portanto, saúdam a discussão havida, e acreditam que seguramente o Partido Socialista, que é quem neste momento tem a responsabilidade para o efeito, desencadeará, imediata e automaticamente, uma conversação direta com as juntas de freguesia para resolver este problema.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo desculpa, mas dizendo que há coisas a que não resiste e, em primeiro lugar, agradece os conselhos. Em segundo, solicita que se entreguem as gravações à bancada do Partido Comunista, para perceber como os seus membros se dirigem aos outros, incluindo na última reunião de câmara. Em terceiro lugar, a forma como tentaram sistematicamente calar e sanear, nomeadamente a sua pessoa, desde o início deste mandato até hoje. Portanto, estão conversados sobre esta matéria.-----

Quanto aos conselhos, conselhos de quem convida pessoas, nomeadamente no parlamento, para depois chegar lá e chamar nomes a toda a gente? Os Srs.

Vereadores vêm-lhe dar conselhos de postura? Vivem em que planeta? -----
Está nesta câmara municipal a cumprir uma missão para a qual foi eleito, e se usar este argumento da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, então teria que se dirigir ao secretário-geral da Srª Vereadora, e dizer que o Partido Comunista não tem razão de existir, porque o povo português não gosta dele. O povo português não gosta do Partido Comunista, nunca votou no Partido Comunista para governar. Portanto, não gosta do Partido Comunista. -----

É esta a opinião da Srª Vereadora? Foi o que a mesma disse ainda há uns minutos atrás. O povo português não gosta do Partido Comunista, nunca votou nele para governar, e os seus membros, assim que acabam as eleições querem “rebentar” com todos os governos. Quiseram com todos, até hoje. Nunca respeitam um mandato, ao fim dum mês já estão a dizer que o governo tem que ir para a rua. “Malandro, já não tem legitimidade”. Portanto, usam sempre estes argumentos, mas quando eles são usados contra os mesmos, já se sentem pouco confortáveis. -- Assim, termina, com duas questões. Em primeiro, a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso também teve uma afirmação que pensa que é relevante, que é a de que são opções. Neste sentido, se mais nada houvesse desta discussão, o Partido Comunista optou por fazer isto que fez. Há também uma outra questão que o Sr. Vereador Nuno Libório trouxe, que é a de dizer e demonstrar o incómodo que o Partido Comunista revelou após ter analisado esta situação dos parques infantis, e de lançar um apelo à câmara municipal: “Bem, vamos lá avaliar esta coisa, porque eventualmente teremos que ter aqui mais verbas para poder tratar dos parques infantis”. -----

Portanto, se mais nada fosse importante para lá de ter “destapado” a inoperância da gestão, há duas coisas. Primeiro, foi deliberadamente uma opção que as juntas tomaram, aquelas que as tomaram objetivamente, porque mesmo assim também não foram todas. Em segundo lugar, demonstram incómodo, e até alguma responsabilidade, dizendo que afinal têm que tomar algumas medidas, porque efetivamente as crianças precisam de espaços para poderem brincar e viver em consonância com os espaços que têm. -----

Estas são as questões que deixa, apelando a que a câmara municipal fiscalize efetivamente, e pudesse reavaliar, reestruturar e recuperar os parques infantis do

concelho, mantê-los e salvaguardá-los, para bem de todas as crianças e dos pais. --
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo, muito honestamente, que tentará aproveitar o minuto que pediu ao Sr. Vice-Presidente sendo sintético, até porque, por formação não é de direito nem de letras, não tem grande habilidade para verborreia, é mais pragmático, e, como disse há bocado, mesmo o que se faz "de borla" custa dinheiro, mais que não seja a quem dá o seu tempo em voluntariado, custa sempre qualquer coisa a alguém.-----

O que diz ao Sr. Vereador Rui Rei, uma vez que está tão preocupado, é para chamar os nomes às coisas, porque o próprio já espremeu, e já viu onde é que o Sr. Vereador quis chegar, é que as juntas têm muito dinheiro, e para terem dinheiro para fazerem mais coisas, têm é que despedir as pessoas que têm a mais no quadro. São palavras do Sr. Vereador, ou seja, "estamos a sustentar os malandros que estão nas estruturas das juntas". -----

Assim, gostaria de saber se eles são mesmo malandros, porque se calhar até são ainda mais malandros do que aquilo que o Sr. Vereador lhes está a chamar, e o próprio não faz ideia, desta lista de 107 equipamentos, qual o dinheiro que está envolvido nesta manutenção. Não tem ideia, e, para tomar decisões, toma-as com dados concretos.-----

Essa era uma discussão que o Sr. Vereador Rui Rei não fez, porque não quis, e se calhar chegava-se à conclusão que eles até ainda são mais malandros, porque com meia dúzia de tostões, com 100,00€ ou 200,00€, tinham-se os parques todos abertos à população. Não sabe, mas gostava de saber, e quem fez este levantamento deveria também ter feito mais ou menos um orçamento indicativo, para se poder avaliar, porque o orçamento da câmara municipal é votado, e foi aprovado pela bancada de que o Sr. Vereador faz parte, votou a favor, e nessa altura já tinha tido necessidade de inscrever mais verba para estas situações.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que até se tinha esquecido de uma coisa antes, mas vai ter que a dizer, até a propósito desta questão dos malandros. Normalmente não usa só um "fluxo palavroso", "eloquência abundante e estéril", "necessidade excessiva de falar", "comum em certos doentes", que é o que diz o dicionário, e o que vai dizer ao Sr. Vereador é que quanto à questão dos malandros, nos tais 14 meses em que esteve na câmara municipal a exercer

funções, os Srs. Vereadores podem ir falar com todos os trabalhadores, e perguntar como é que foi a experiência de terem trabalhado consigo na gestão, e enquanto teve a responsabilidade das obras municipais e da modernização administrativa.---- Muitos deles são militantes do Partido Comunista Português, sindicalizados, e os Srs. Vereadores podem perguntar-lhes se com o próprio à frente daquele pelouro foi ou não dada mais força aos trabalhadores no terreno, e se fizeram ou não obras, e mais, contra as críticas do ex-presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, Manuel Valente, que foi chamar nomes aos trabalhadores que estiveram a fazer a recuperação daquela rua em Vialonga. Esse sim, o ex-presidente da Junta de Freguesia de Vialonga. Há testemunhas, o Sr. Vereador não sabe, devia trabalhar mais um bocadinho e já sabia. -----

Contudo, o que o Sr. Vereador fez aqui foi outra coisa. O próprio falou tanto sempre, e disse sempre a sua opinião, que antes da reunião de câmara do Forte da Casa despediu-se da sua secretária e disse-lhe "o trabalho termina hoje", porque só faz o que quer, e não está aqui para servir coisas das quais não acredita. Se o Sr. Vereador acredita nisso, então estará de acordo com o próprio de que há algumas afirmações que não são, nem verdadeiras, nem corretas, nem sérias. ----- Acredite ou não o Sr. Vereador, tem o máximo respeito por ele, mas se quisesse servir coisas em que não acreditava, ainda hoje tinha pelouros. Devem deixar-se de histórias, pois ao próprio não há ninguém que o proíba dessas coisas, pode é, voluntariamente, aceitar que não faz isto ou aquilo. Há um exemplo nesta cidade, quando se fala dos empreiteiros, que é a "ruazinha" ao pé da ex-junta de freguesia, onde o empreiteiro teve de pagar e refazer a obra toda de novo, e a câmara municipal pagou-lhe zero. Sabe o Sr. Vereador o que é isso? É uma coisa que tem muito orgulho de ir no seu curriculum. Quando saiu da câmara municipal não recebeu nenhuma prenda no Natal, isso vale o que vale, e tudo o resto é conversa. -----

Desta forma, termina com uma questão muito clara, tem mesmo muito gosto, porque gosta de trabalhar e fazer coisas, que o Sr. Vereador o convide, com autorização dos seus camaradas presidentes de junta, para ajudá-lo a gerir. Não tem problema nenhum, porque o que o Sr. Vereador fez foi dizer, "diga-nos lá como é que se gere", e não tem problema. O que lhe diz é: "Ó Chefe, o senhor



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **064**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

pensava que eu lhe ia responder como alguns camaradas seus respondem, que é dizer eu estou na oposição, não tenho que gerir? Não, oiça uma coisa, chefe, não tem problema, o senhor convida-me!" -----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para terminar. --

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, sobre estas falsidades de conversas, em que depois as pessoas se fazem muito ofendidas, "do chefe e do não sei quê", que os Srs. Vereadores devem deixar-se dessas coisas laterais, pois aquilo que quer dizer é que aceita o convite e não se refugia.-----

O Sr. Vereador é que o convidou, o próprio não se quis substituir ao voto do povo, pois o povo elegeu. Não é daqueles que quer ganhar na secretaria o que não ganhou nas urnas, e o Sr. Vereador não o ouviu dizer, salvo uma situação que aconteça escabrosa, que os presidentes de junta da Coligação Democrática Unitária/Partido Comunista Português, não estão eleitos. O que quer dizer é que não é daqueles que acha que os presidentes de junta do Partido Comunista Português estão irregularmente eleitos. Não é isso, porque é daqueles que acha que o povo é quem mais ordena, e não ordena só quando é para o seu lado. -----

Pode discordar, mas o povo, regularmente, elegeu os presidentes de junta, e devem, salvo situações muito excecionais, os presidentes de junta e todos os outros, gerir o seu mandato até ao fim, e no fim ser julgados por eles. O que o Sr. Vereador disse não foi isso, e o próprio não se ofereceu, nem se põe em "bicos de pés" nessas coisas. -----

O que o Sr. Vereador fez, primeiro, foi chamar malandros aos trabalhadores, e é mentira, porque não é verdade, até porque os trabalhadores já tiveram oportunidade de trabalhar com o próprio, que, enquanto trabalhador, teve oportunidade de trabalhar com eles, e há exemplos. -----

Como segunda questão, o Sr. Vereador disse-lhe: Então como é que se faz? Nesse sentido, está disponível para ir explicar. O Sr. Vereador leva-o lá, e o próprio explica-lhe como é que se faz, e aí serão eventualmente todos mais felizes. Contudo, foi o Sr. Vereador que convidou, e o próprio está disponível para aceitar.--

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo aos Srs. Vereadores e dizendo que vai encerrar este ponto, dando só a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Marques.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que tinha pedido

intervenção, mas vai retirá-la, porque “para este peditório já deu”. Não alinha neste tipo de conversa, e não vai contribuir mais para “tempo de antena” de alguns vereadores.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo e fazendo três referências absolutamente finais para encerrar a discussão, que foi interessante, e às vezes é preciso também discutir com um pouco mais de tempo estas matérias.-----

A câmara municipal não vai iniciar nem encetar nenhuma negociação ou conversação com as juntas de freguesia sobre esta matéria, porque a conversação com as juntas de freguesia já existe desde o início do mandato, tal como existiu no mandato anterior todo. Portanto, esta discussão não gerou nenhum tipo de impulso novo na relação da câmara municipal com as juntas de freguesia, nem vice-versa, a relação é absolutamente igual como a que estava.-----

Os relatórios, que são anuais, são similares todos os anos, e são do conhecimento das juntas de freguesia. Eram no mandato passado e são neste, e o que os Srs. presidentes de junta normalmente fazem, relativamente a qualquer comunicação da câmara, é, quando têm dúvidas, responder por escrito e dizer que têm dúvidas, ou falar diretamente com os eleitos, que é o que é óbvio.-----

Não tem dúvidas de que, se a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso fosse presidente de junta, ou um dia venha a ser presidente de junta, certamente contactará com toda a facilidade com os vereadores e com os presidentes ou ex-presidentes de câmara que estiverem nessa altura.-----

Um terceiro ponto também relevante é o comprometimento existente da câmara municipal em analisar convenientemente, como é sua obrigação, na câmara municipal e na assembleia, os relatórios, para que se perceba o que é que as juntas de freguesia fizeram com as verbas, que são muitas, que a câmara municipal transfere para cada uma, e essa será uma discussão que todos terão, em toda a liberdade.-----

Assim, fica encerrado o ponto.-----



Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que há 5 pontos que têm que ser obrigatoriamente deliberados nesta reunião. -----

Há pedidos de intervenção, por parte da Coligação Novo Rumo, em 4 dos 5 pontos, de qualquer das formas não crê que sejam coisas muito complicadas, e não sabe se depois a CDU quer comentar ou não esses pontos, pelo que sugere que se abordem seguidamente estes 5 pontos, que são mesmo de urgência, e posteriormente se siga a ordem do dia normalmente. -----

Assim, começará a discussão do fim para o início, porque são coisas mais simples, ou seja, pelo ponto 34, seguido dos pontos 27, 13, 11 e 12, bem assim como do ponto 10. -----



Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E MATERIAL À UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE, RELATIVO À REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PISO DO RESPETIVO PAVILHÃO DESPORTIVO – FINAL FOUR DA TAÇA DE PORTUGAL DE HÓQUEI EM PATINS SÉNIOR MASCULINO-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/04/01, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da prestação de apoio logístico e material à União Desportiva Vilafranquense, consistente no lançamento e execução de uma empreitada destinada à reparação e beneficiação do piso do recinto de patinagem do pavilhão desportivo, até ao montante máximo de 15 000,00€, sendo entidade adjudicante e dono de obra o município de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que crê que a documentação explica exatamente o que é, surgiu a oportunidade de se realizar em Vila Franca de Xira, mas passará a palavra ao Sr. Vereador António Félix para fazer a introdução. -----

O Sr. Vereador António Félix interveio, cumprimentando os presentes e referindo que, basicamente, o Sr. Vice-Presidente já começou a fazer a introdução do ponto, sendo que surgiu a oportunidade de se realizar em Vila Franca de Xira a Final Four da Taça de Portugal de Hóquei em Patins masculina, através dum contacto que foi feito entre a Federação Portuguesa de Patinagem e a União Desportiva Vilafranquense.-----

O executivo julga ser particularmente importante a realização deste evento, até porque, normalmente, as equipas que costumam estar na Final Four trazem bastantes pessoas aos locais onde se realizam, e isso seria, não só bom para o concelho, a quantidade de pessoas que viria nesse fim de semana a Vila Franca de Xira, mas também uma forma de divulgação do mesmo. Contudo, a União Desportiva Vilafranquense, para que esta final se possa realizar, tem um problema, que é o do piso do pavilhão necessitar de uma intervenção. Como se sabe a UDV não tem condições financeiras para poder realizar esta intervenção no piso, e o que vem à câmara municipal é uma proposta para ser ela a fazer essa intervenção, de forma a permitir que o evento se realize no concelho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que já tinha pedido para

falar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, pedindo desculpa, porque não tinha visto, passando a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Marques, e depois ao Sr. Vereador Rui Rei. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo poderão deixar de dar a indicação dos pontos em que pretendem intervir e falam do que quiserem, questionando ainda se a CDU indicou que pretendia falar neste ponto. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que a CDU deu indicação, hoje, que queria falar de todos os pontos. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que já na última reunião de câmara isso sucedeu. Combinou-se entre todos, portanto não foi imposto por ninguém, nem por nenhuma força política, muito menos pelo Sr. Presidente, que as bancadas indicavam os pontos sobre os quais queriam falar, e entretanto a CDU, numa reviravolta unilateral desde a última reunião, diz que quer falar sobre todos os pontos, e está no direito. -----

Agora, tem é que se discutir novamente qual é então o procedimento na reunião de câmara, e por isso os membros da Coligação Novo Rumo não se dão ao trabalho de fazer "o papelinho", dizer quais são os pontos, e passam também a falar de todos. Decidiu-se isto para bem de todos, para agilizar as reuniões, que demoram horas, e por isso pensa que é preciso pôr um ponto de situação sobre a questão. ----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo este ponto de ordem, porque faz sentido, não porque se perca provavelmente muito tempo, mas faz sentido que se volte a conversar sobre a matéria, uma vez que a forma de processar o desenvolvimento da reunião foi, de facto, acordada entre todos, no sentido de tornar mais célere a questão, nomeadamente a aprovação dos pontos que não mereciam nenhum tipo de intervenção por parte das bancadas. -----

De facto houve uma mudança de atitude por parte da CDU na última reunião de câmara, e ainda não houve ocasião das três forças políticas conversarem sobre a matéria. Foi uma mudança intrigante, mas, efetivamente, como foi na última reunião, podia ter sido por alguma questão de organização interna, e nesta reunião deu-se conta que a situação é de facto a mesma, mas não houve nenhuma comunicação da CDU que tivesse alterado a sua filosofia relativamente a este



processo, que, como diz a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, foi uma questão consensualizada entre as três forças políticas. -----
Irá, no final da reunião, levantar a questão de uma forma um pouco mais privada, porque é uma questão de organização, mas reconhece que se está a contrariar um acordo feito, que não foi sequer tácito, foi por consenso das três forças políticas. Nessa perspetiva pensa que há uma conversa a fazer, e propõe que no final se converse um bocadinho sobre isto. Não retirando palco absolutamente de ninguém na indicação dos nomes, uma vez que se fala, e inclusivamente já houve situações em que os Srs. Vereadores, por lapso, não indicavam o ponto, mas depois pediam, porque precisavam de falar nele, e nunca houve nenhum problema em voltar a discuti-lo, a questão merece alguma conversa, até pela consideração que todos têm uns pelos outros, e que as forças políticas têm quando chegam a acordo relativamente a estes procedimentos.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que é evidente que os membros da CDU estavam inscritos em todos os pontos, e se estão inscritos em todos os pontos, é assim. O Sr. Vereador disse que isto foi "intrigante", mas tem-se passado tanta coisa "intrigante", e alguma razão houve para a CDU alterar a sua posição. Contudo, estão recetivos a conversarem sobre esta situação.-----
Voltando concretamente ao ponto, até pode parecer um bocadinho suspeito, derivado a anos e anos em que foi dirigente. -----
Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, para dizer que no final então conversar-se-á um pouco sobre a matéria, voltando agora à discussão do ponto. -----
Retomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que até pode ser um "bocadinho" suspeito, com anos e anos de dirigente da UDV, mas vai também falar um pouco sobre este ponto. Em primeiro, começa por dizer que, quanto aos membros da CDU, ou ao próprio, em particular, a enunciação do mesmo na ordem do dia não é a correta. Quando se diz "Final Four da Taça de Portugal de Hóquei em Patins Sénior Masculino – Apoio", não é um apoio à Final Four. A Final Four será uma consequência, se o piso estiver em condições, e será um apoio à União Desportiva Vilafranquense ou substituição do piso, mas é um pormenor.-----
Depois, supõe-se que é derivado à situação que a União Desportiva Vilafranquense vive já há muitos anos, relativamente à gestão ruínoza que aconteceu, por culpa



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **070**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

dalgumas pessoas que todos sabem, e até com algum beneplácito, não na gestão ruínosa, mas na formação dessa direção, do executivo socialista e anterior presidente de câmara, e também com os corpos gerentes de certos partidos que não vai enunciar. Isso é adquirido, a União Desportiva Vilafranquense vive essa situação em relação ao fisco e, como todos sabem, não recebe apoios da câmara municipal por via do PAMA, por razões que se conhecem.-----

Entendem que é pertinente o apoio à União Desportiva Vilafranquense, e todos sabem, ou uns quantos que estão presentes sabem, das más condições do piso da UDV, e que a mesma não tem capacidade económica para fazer essa reparação e beneficiação, que pode levar, como o Sr. Vereador António Félix disse, a que seja feita em Vila Franca de Xira a Final Four da Taça de Portugal de Hóquei em Patins, com as consequências de dinamização da cidade de Vila Franca de Xira, na restauração ou no comércio. Pode até levar, como o exemplo da Volta a Portugal, embora esta menos, a transmissões diretas das televisões, como é normal. -----

Assim, justifica-se que a câmara municipal, por esse motivo, assumia a empreitada da obra e, como é dito, até 15 000,00€, pelo que estão de acordo que, embora haja problemas com o fisco, isso não obste, porque não há problema nenhum em relação ao Tribunal de Contas, e é justo que a câmara municipal assumia, por esta via, essa beneficiação à União Desportiva Vilafranquense.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que só começa por uma deixa, porque às vezes “embala-se” e é difícil travar. Os membros da Coligação Novo Rumo são absolutamente intransigentes contra a má gestão, e quem gere mal deve ser responsabilizado por isso, seja do Sporting, Benfica ou de quem for. Isto deve ficar muito claro e objetivo, pois não é do seu lado que se defendem pessoas porque são do Sporting ou do Benfica. Deve ficar muito clara esta matéria, e que não haja a mais pequena dúvida sobre isso. São absolutamente intransigentes face à má gestão, ao compadrio e à possibilidade do que quer que seja desse tipo de coisas. -- Portanto, não aceitam e refutam qualquer tipo de insinuação que fique no ar. Refutam completamente, se há má gestão, ou se há isto ou aquilo, e imediatamente, porque não são absolutamente condescendentes, nem colaborantes, nem o que quer que seja com esse tipo de coisas. -----

Quer que fique claro que não estão a falar da casa dos outros, pelo que, quer



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **071**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

sejam eles militantes do PSD, que é logo para começar, para não dizerem que falam dos outros, do Partido Comunista, Partido Socialista ou não tenham partido, com esse tipo de coisas devem ser todos absolutamente intolerantes. Nunca foi ao próprio que o viram defender pessoas só porque são, ou do seu clube, ou de outra coisa qualquer, o que deve ficar muito claro, clarinho, porque nessas matérias é muito claro, só gosta do que é seu e do que está na carteira, não lhe pesando aquilo que é dos outros. -----

Em relação à Final Four da Taça de Portugal, estão de acordo com a melhoria do pavilhão, não há dúvida sobre isso, que se melhore o pavilhão com o objetivo final de melhorar a prática desportiva, e da formação inclusivamente dos mais jovens. Para os membros da Coligação Novo Rumo isso é que é fundamental, e quanto às outras questões de apoios a outro tipo de coisas, é outra questão que os clubes devem resolver. Com o apoio do piso, que inclusivamente ficará a seguir, para a melhoria da formação dos mais jovens, estão completamente de acordo. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não quer criar qualquer polémica ou incendiar as questões, mas, ao Sr. Vereador Rui Rei, da Coligação Novo Rumo ou do PSD, só assim é que, o pode tratar, pois no ponto anterior o Sr. Vereador chamou-o de reacionário, como a todos os membros da CDU, e chamou-o de comunista, e nem se trata de estar sempre a dizer que não é comunista, não é isso que está em causa, só não pode é chamá-lo de social-democrata, porque ele não é social-democrata, e por isso refere-se ao seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, como da Coligação Novo Rumo, Neste sentido, o que lhe quer dizer é que não fez qualquer insinuação em relação à gestão ruinosa para o Sr. Vereador ou para a sua colega, Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, ou para os vereadores do PSD. Nunca faria isso, pois não confunde as coisas. Contudo, o Sr. Vereador aproveita tudo e mais alguma coisa para o seu tempo de antena, e isto é mau. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, pedindo aos Srs. Vereadores para não entrarem em diálogo. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que terminará, pois, como o Sr. Vereador sabe, até procura ser muito sintético. -----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, dizendo que um dos temas foi o dos parques



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 072

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

infantis, agora é hóquei em patins, e a discussão está “com bolas” de um lado para o outro.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a si não é preciso tratá-lo por social-democrata, basta dizer “está ali aquele de esquerda”. Não tem problema nenhum, está perfeito, e não é uma ofensa, é um elogio, não deve haver dúvidas que é um elogio. Agora, não disse que o Sr. Vereador disse, e se o Sr. Vereador não disse, e não quis dizer, é ótimo e melhor para todos. Contudo, tinha que o dizer, porque não leva essas coisas para casa, não põe ao seu ombro a defesa de coisas que são pouco claras e transparentes, a não ser que esteja distraído.-----

Portanto, não é um problema de palco, e quanto ao palco, o seu amigo não precisa de lho dar, porque quando quer ter palco vai lá buscá-lo, não tem problema, só não é ator porque não tem jeito, de resto não tem problema, é como o Sr. Vereador quiser.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que não é por falta de palco no município que têm dificuldades, e por isso até há um palco flutuante, pelo que se está à vontade.-----

Desta forma, o ponto é aprovado por unanimidade, e fica em ata que está aprovado por unanimidade, ficando também referenciado em ata que o município não interfere e não intervém na constituição de nenhum tipo de órgãos de nenhum tipo de associação. Isso deve ficar claro em ata.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM NÍVEL DE BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM REGIME DE MERCADO LIVRE, AO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – ANO DE 2016 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 477/15, de 31/03, do DOVI/SOE, para aprovação da abertura de um procedimento de concurso público internacional, referente à aquisição de serviços para o fornecimento de energia elétrica em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado livre, ao sistema de iluminação pública do município, para o ano de 2016, com o preço base de 1 793 102,68€, acrescido do IVA, e prazo de vigência de 12 meses, bem como das peças do procedimento, da composição do júri e da designação do perito, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 477/15, de 31/03, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Intervio o Sr. Vice-Presidente, referindo que não havendo, pelas duas bancadas da oposição, nada a dizer, considera o ponto aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANIMAÇÃO DO FESTIVAL DA JUVENTUDE – ANO 2015 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 123/15, de 30/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para animação do Festival da Juventude – Ano 2015, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 123/15, de 30/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto, à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que em relação a este ponto, tal como variadíssimas vezes, aquilo que os membros da CDU acham é que para além do valor em concreto podiam já ficar com uma ideia do que se está a adquirir, e se é a organização total. Gostariam de saber se com este valor se passa depois tudo o que é a iniciativa em si mesmo, ou seja, passa-se à empresa que se está a contratar tudo o que diz respeito ao festival, estando a câmara municipal livre do resto da programação e de tudo o mais.-----
Essa é a dúvida que têm, o que se está de facto a contratar, porque, ao lerem os documentos que lhes são entregues, não têm certezas. O que é que este valor está a contratar? É essa a dúvida que têm, que gostavam de ver mais esclarecida, de qualquer das maneiras vão optar pela abstenção no ponto.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo que se dê oportunidade, e oportunidade a um jovem vila-franquense, a um artista vila-franquense que tem dados provas nas produções que



tem feito, que são de qualidade e têm sucesso. Portanto, pensam que neste caso, se se devem dar oportunidades a outros, muito mais se devem dar aos do concelho, e neste caso Paulo Brissos é um deles, é um grande artista do concelho de Vila Franca de Xira, e um jovem que merece esse apoio e consideração.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que ficam registadas as posições de cada uma das bancadas. A da CDU é de abstenção, e as da Coligação Novo Rumo e do PS são favor.-----

Depois, o objetivo, no fundo, acaba por ser este exatamente, a ideia de que através duma entidade local se consegue tratar do conjunto da animação para aquele evento, uma vez que tem apresentado condições para isso. Envolve também, e este é um aspeto importante, muitos dos que são os artistas locais, o que tem vindo a ser sistematicamente comprovado pela sua prática. Assim, havendo possibilidade de permitir que artistas locais atuem nas atividades locais do concelho, isso é também importante. -----

Portanto, considera-se este ponto aprovado, com a abstenção da CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ELISABETE SERRANO ALVES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2196/15, de 24/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais 6 meses, de Elisabete Serrano Alves, a exercer funções de jurista na Divisão de Assuntos Jurídicos, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 2196/15, de 24/03, do DGAFJ/DRH, 13/15, de 06/03, do DGAFJ/DAJ, e 1583/15, de 04/03, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU não vão, como têm feito ultimamente, inviabilizar com o voto esta situação, se fosse caso disso, mas têm chamado várias vezes à atenção, no entender que têm, para a não justificação destas avenças. Justifica-se esta e outras assessorias? Não se justificam, e a câmara municipal já teve tempo suficiente para acabar com isto, e aliás nas últimas reuniões o Sr. Presidente, que não está presente, veio dar-lhes razão, e prometeu resolver rapidamente estas situações. O que se coloca é que isto deve passar para um vínculo contratual, e não com o prorrogar constante da situação há vários anos, pois desde fevereiro de 2007 que se mantém.-----
Portanto, o que diz ao “Sr. Presidente de agora” é que é conveniente analisar estas situações, pois não se podem continuar a manter. No entender que têm não se justificam, embora se apresentem algumas razões, e não as vai agora dissecar. Sobre esta questão e outras estão constantemente a falar, mas, como é evidente, não vão inviabilizar. Contudo, voltam a chamar à atenção e a dizer que se comece

rapidamente ao encontro do que o Sr. Presidente Alberto Mesquita tem vindo a dizer sobre estas situações de avença.-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que a única questão dos membros da Coligação Novo Rumo é que, de facto, pensam que a prorrogação de 6 meses é pouco tempo. Anda-se sempre assim, e daqui a 6 meses com certeza que lá voltará a nova prorrogação, porque a Drª Elisabete já está na câmara municipal desde 2007.-----

Se não há possibilidade de contratar, obviamente, e poderá não haver vontade da pessoa em causa, o que não sabem, questionam se pelo menos haveria possibilidade da avença ser dum período superior, até porque, por um lado, cria uma maior estabilidade à pessoa, e, por outro, todos estes procedimentos originam custos, mesmo que não sejam visíveis, pois é preciso tratar dos documentos inerentes à contratação e prorrogação da avença. Ocupam-se funcionários da câmara municipal com este assunto, e não sabe se há alguma justificação legal para os 6 meses, não foram procurá-la sequer, mas se não houver se calhar deveria prorrogar-se por mais tempo, numa próxima vez, porque hoje vêm os 6 meses e é claro que votam a favor.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que fica o Dr. Fernando Barreiros de estudar esta possibilidade, e numa próxima ocasião perceber se pode ou não introduzir esta alteração no período de prorrogação. Depois, deixa a referência que o número dos avençados na câmara municipal é muito baixo para o conjunto dos trabalhadores. Aliás a lista é conhecida, e ainda bem que é assim. O Sr. Presidente comprometeu-se a promover um conjunto de aberturas de concursos, que está a cumprir, como se sabe, porque nas últimas reuniões de câmara e assembleia têm vindo com regularidade aberturas de concursos. De qualquer forma há sempre um ou outro tipo de atividade profissional cuja ligação não tem que passar necessariamente por contratualização de trabalho em funções públicas ou tempo indeterminado, como é o caso de enfermeiros, médicos, advogados e juristas. -----
Assim sendo, fica aprovado este ponto por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – SEGURANÇA E RECEÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO – ISABEL MARIA MACHADO CEREJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2302/15, de 31/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável ao contrato de prestação de serviços por avença, pelo período de 6 meses, a celebrar com Isabel Maria Machado Cerejo, de segurança e receção do edifício dos Paços do Município, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2302/15, de 31/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é que é uma nova avença, por 6 meses, e a situação é a mesma relativamente ao ponto anterior, mas estão a votar a favor.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que nesse caso o Dr. Fernando Barreiros fica de analisar essa questão, e introduzir as alterações que possam ser introduzidas no âmbito da lei. -----
Fica então o ponto aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANDIDATURA AO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP) PARA APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2291/15, de 30/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da despesa relativa à candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para apoio aos refeitórios escolares dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo, no ano letivo 2015/2016, para 95 pessoas em regime de Contrato Emprego-Inserção. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 2291/15, de 30/03, do DGAFJ/DRH, e 96/15, de 18/02, do DEC/DE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se torna necessário discutir já este ponto, e fará seguidamente uma breve apresentação da questão. -----
Assim, como se sabe, a câmara municipal introduziu uma alteração ao funcionamento do serviço de refeições o ano passado, num projeto-piloto na Póvoa de Santa Iria, com a criação de pequenas equipas alocadas às Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, que fazem o fornecimento das refeições. Essa solução tem-se vindo a demonstrar como bastante positiva, por parte, quer do corpo docente, quer dos pais e dos alunos, bem como da própria câmara municipal, e houve ocasião de fazer uma reunião com todas as IPSS envolvidas neste processo, no sentido de estender a todo o concelho, permitindo-se pois que haja sempre, de acordo com uma determinada rácio, que foi a definida pela câmara municipal o ano passado, crê que em setembro, em todo o concelho. --



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten arrow pointing down]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **080**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

Tem-se o “agreement” das IPSS nesse sentido, e virá a uma das próximas reuniões de câmara, não tendo a certeza absoluta que seja na próxima, por razões administrativas, que têm a ver com as revisões ao plano que foram recentemente feitas. Virá pois à próxima ou à seguinte reunião de câmara o conjunto de protocolos sobre esta matéria.-----

Esta é a razão pela qual a candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, também é para menos pessoas do que as que se tinham este ano letivo ainda, estando-se também a traduzir o compromisso que se tinha assumido, de redução do número de CEI envolvidos nesta matéria, o que corresponde, está convicto, à vontade do conjunto dos membros que compõem esta câmara municipal. Permite-se então a criação dessas pequenas equipas, em colaboração com os CEI, porque é necessário ainda assim este apoio suplementar para que possam funcionar.-----

A candidatura ao IEFP tem que ser entregue com esta antecedência, porque depois é preciso que os serviços da administração central, juntamente com a câmara municipal, façam as seleções e recolhas todas durante estes próximos meses, até ao arranque do ano letivo, de maneira a que arranque tudo como todos gostam, e que aliás é timbre no concelho há muitos anos.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que a questão que os membros da CDU gostariam de colocar é a seguinte: Se as instituições, como o Sr. Vice-Presidente disse, que fornecem as refeições do concelho, e bem, decidiram aceitar ser da sua responsabilidade a colocação daquilo que a própria percebe, talvez de 60 pessoas, porque o número que era dado sobre o total das pessoas que estavam ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção na câmara municipal neste serviço seria mais ou menos 150, qual foi a razão de não aceitarem assegurar todas as pessoas? A câmara municipal não colocou esta proposta sobre a mesa?----

Como o Sr. Vice-Presidente disse, o facto de se terem pessoas nestas funções ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção é fonte de alguma instabilidade, não só porque têm direito a faltar durante um determinado tempo para irem a entrevistas de emprego, mas também porque só estão nestas funções enquanto recebem subsídio de desemprego, e pode acontecer terminarem o seu subsídio durante o ano letivo. Assim, há uma série de constrangimentos que infelizmente surgem com



estas pessoas, que estão a trabalhar 7 horas por dia, por 80 e poucos euros por mês, e fazem repercutir depois essa instabilidade no ano letivo das crianças, pelo que gostariam de perceber se a câmara municipal colocou em cima da mesa ou não a proposta de serem as instituições a assegurar todas as pessoas que prestam esse serviço nas escolas do concelho.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando, embora tenha ouvido alguma justificação que o Sr. Vice-Presidente acabou de dar, que a dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com o facto de na primeira comunicação interna se referir que são necessárias 95 auxiliares, e na segunda que apenas são necessárias 91 auxiliares. Assim, não percebem se houve algum lapso material de escrita ou se há alguma justificação para esta diminuição.- -----

Por outro lado, no ano passado este procedimento foi para 163 pessoas, e esta diminuição também não lhes aparece justificada, tendo em conta que é referido que se tem vindo a registar um aumento significativo de alunos a almoçar nas escolas, decorrente da atual conjuntura económica e das novas ofertas da escola a tempo inteiro, AEC, CAF, ATL, e outros. -----

Portanto, gostariam de saber qual é a justificação para que se diminua de 163 para 91, e se de 95 para 91 foi um lapso, ou se também existe alguma justificação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que quanto a esse aspeto específico do número o Sr. Vereador António Félix vai já responder, e o próprio falará do resto.----

O Sr. Vereador António Félix interveio, para dizer que o que aconteceu foi única e exclusivamente um lapso de digitação. São 95, os valores estão todos corretos, e o único valor que está incorreto de facto é no ponto 2, quando se diz "a candidatura abrange um número de 91", e dever-se-á ler 95.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que efetivamente o número de refeições tem vindo a aumentar, não só pelas questões que a Srª Vereadora referiu, e sente-se isso nos refeitórios escolares, mas também porque a qualidade da alimentação que é servida é boa, e os pais confiam nas refeições das escolas. Essa é talvez a principal razão, e os serviços, que estão neste trabalho há alguns anos, veem a diferença grande que havia em termos de reclamações, e hoje em dia a situação que existe, fruto dessa proximidade que foi criada com as instituições.-----

Relativamente à questão que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso colocou, a solução encontrada para a Póvoa de Santa Iria funcionou bem, porque permitiu uma organização diferente no serviço de empratamento e tratamento de todo aquele aspeto logístico da própria refeição, e também, por outro lado, a integração dessas pessoas dos CEI, que já não são ou não ficam responsáveis pela organização toda daquele trabalho, mas a verdade é que têm ali uma participação útil no processo, depois também em articulação com as escolas. -----

Como funcionou bem, agora está-se a estender essa solução para o concelho inteiro, de acordo com as IPSS. Logo se verá, depois de uma avaliação que se faz durante o próximo ano letivo, qual o passo a dar a seguir. Contudo, do lado do executivo municipal, como aliás é timbre no concelho, está absolutamente disponível para entregar aos seus parceiros locais, associações e IPSS, este tipo de serviços, sempre que tenham condições para fazer melhor do que a câmara municipal, se fizesse diretamente, ou eventualmente até as próprias escolas no concreto.-----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando, em relação às pessoas que a partir de agora serão da responsabilidade das instituições, se a formação que normalmente deve ser dada às mesmas passa, por isso, a ser da responsabilidade das Instituições. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que já era, porque elas já davam formação às pessoas que lá estavam, só que eram todas CEI. Portanto, neste momento as pessoas que são colocadas pelas IPSS, neste processo, têm elas próprias formação, e depois passam às restantes duma maneira mais permanente, o que facilita.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que quando se faz esta candidatura ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção pede-se no período de 11 meses, de setembro a julho. Como é que vai ser feito depois o acordo, já que se está a falar nele? Qual é o número de meses que vai ser também pago às instituições? Serão os 11 meses? Significa que se vai ter a possibilidade de ter trabalhadores suficientes para assegurar que, mesmo depois do término do ano letivo, as crianças podem continuar a almoçar nas escolas? Ou estas pessoas das instituições trabalham só até ao final do ano letivo e, portanto, não é possível continuar a assegurar o serviço? -----



Respondeu o Sr. Vice-Presidente que essa já não é a discussão deste ponto em concreto, de qualquer das formas o protocolo, quando vier à câmara municipal, trará todos os detalhes. Contudo, o que está definido é o pagamento em tranches que correspondam efetivamente ao serviço prestado.-----

A questão do serviço de almoços em época não letiva já é assegurada para as crianças que em época não letiva estão na própria escola, no âmbito nomeadamente das Atividades de Tempos Livres – ATL, que fazem as férias.-----

Quanto ao conjunto do universo das crianças, o que se tem verificado nos sítios em que a alimentação é dada fora da época letiva é que as crianças não se deslocam às escolas exclusivamente para almoçar. Portanto, há uma logística e um custo logístico associados, que depois não têm o reverso positivo em termos da utilização por parte das crianças. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que não percebeu a justificação para, no ano passado, terem sido contratadas 163 pessoas, e este ano 95, dado que aumentaram os almoços. Não percebeu a justificação, e não sabe se lhe foi dada. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo que há de vir, não está agora, a uma das próximas reuniões de câmara, a extensão do projeto que se fez na Póvoa para todo o concelho, e isso faz com que diminua o número de pessoas em CEI necessárias neste processo. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que aproveita, mais uma vez, para pedir ao executivo do Partido Socialista que faça chegar ao gabinete dos membros da CDU o número de trabalhadores que estão na câmara municipal ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção nas várias áreas ou departamentos, porque infelizmente essa informação ainda não lhes chegou. No entanto, lamentam, de facto, apesar do esforço que a câmara municipal fez para diminuir, e esperam que diminua o número dos trabalhadores que estão a ser utilizados na câmara municipal ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção, pois, ainda assim, há uma outra questão que não conseguem perceber. O Sr. Vice-Presidente disse há pouco que as crianças não se dirigem à escola apenas para almoçar, e é uma questão de pormenor, mas então porque é que se pedem na candidatura os 11 meses, se de facto não têm que se assegurar as refeições depois



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **084**

Reunião de 2015/04/08

Proc.º _____

Deliberação nº _____

do término do ano letivo? As crianças que continuam na escola estão no serviço ATL, que é pago à parte, e portanto não sabe qual é o sentido de fazer prolongar esta candidatura por 11 meses. -----

Para terminar, para depois não voltar a pedir a palavra, diz ainda que os membros da CDU, como é do conhecimento, não podem estar de acordo com esta forma de utilizar trabalhadores, que nem sequer são precários, são ainda menos do que isso, para exercer funções de carácter permanente. São delegações de competências que são assumidas pelos municípios, sem as verbas que são necessárias, e de facto levam a este tipo de situação, com a qual não concordam, e portanto votarão contra.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, como a Sr.ª Vereadora Ana Lúcia Cardoso certamente imaginará, para além do serviço de almoços propriamente dito há sempre um período em que é preciso fazer a limpeza geral das cozinhas, quer antes de começar o serviço de refeições no início do ano, quer depois de concluído esse serviço. São precisos sempre ali uns dias, pois não é no último dia de aulas que a câmara municipal deixa de ter qualquer tipo de intervenção naquele processo. Aproveita uns dias depois para, dentro do que é o seu serviço de refeições, ter as coisas em ordem, e por isso é que se procura também fazer essa extensão.-----

Desta forma, fica então o ponto aprovado, com os votos contra da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: POLÍTICA CULTURAL – TEATRO -----

Presente o requerimento nº 07/2015, de 12/03, dos membros da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para discussão e análise da política cultural no concelho, designadamente a estratégia de apoio às entidades teatrais do concelho.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que este ponto foi uma sugestão para análise específica da área do teatro da Coligação Novo Rumo, e passará a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que neste caso os membros da Coligação Novo Rumo gostariam primeiro de ouvir a câmara municipal, para que lhes possa eventualmente falar sobre a questão da política cultural, e em seguida farão a sua intervenção, para depois, eventualmente, se discutir um pouco.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que, sendo assim, fará duas ou três intervenções sobre esta matéria, começando pela primeira que é, no fundo, saudar a iniciativa de impulso relativamente à sua discussão, que se insere, como certamente se imagina, numa programação e política mais vasta de âmbito cultural do município. -----

Efetivamente as câmaras municipais têm e tiveram, sobretudo depois do 25 de Abril, um papel absolutamente decisivo no desenvolvimento cultural do país, desde essa altura até agora, seja na construção, equipamentos e apetrechamentos dos equipamentos culturais à disposição das pessoas, sobretudo fora das grandes cidades, uma vez que, sobretudo no antigo regime, as capitais de distrito estavam dotadas com algum tipo de equipamento, mas as cidades satélites ou vilas à volta não tinham esses equipamentos, e foi preciso fazer uma construção e apetrechamento de equipamentos culturais profunda, em que os municípios deram resposta. A promoção da leitura pública, a manutenção, conservação e divulgação do património histórico e cultural das comunidades, a preservação e a difusão das suas tradições, as manifestações etnográficas, o apoio ao ensino e à criação artística, e a cooperação ativa e estreita com o movimento associativo, que no caso do concelho de Vila Franca de Xira, como se sabe, é muito rico.-----

Haverá ocasião, na próxima reunião de câmara, de ter mais uma vez a deliberação correspondente aos apoios dados, quer a obras, quer a viaturas, quer ao



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata **086**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

funcionamento, e os períodos de candidatura terminaram a 31 de março, e houve muitas candidaturas para investimento, o que significa que as associações estão com vontade e capacidade de, com o auxílio da câmara municipal, poderem fazer investimentos na suas próprias infraestruturas e parque automóvel.-----

A importância dos municípios está também na dinamização de iniciativas culturais de interesse público e apoio aos agentes culturais locais. Ora, o município de Vila Franca de Xira elegeu a cultura como uma das suas prioridades para este concelho e, neste sentido, na discussão que se vinha a fazer sobre esta matéria conviria abranger as múltiplas manifestações e formas de cultura, englobando o seu enquadramento e respetivo debate com todas as áreas. Portanto, tocar o teatro, tocar o folclore, tocar a literatura, tocar a recuperação patrimonial, tocar tudo o que são expressões, ou agora, mais recentemente, o ensino artístico oficial, que também está presente no concelho. -----

A ideia da reflexão que se fez sobre este impulso que foi dado para o agendamento para hoje era procurar elaborar um documento aprofundado, com diversos capítulos sobre a matéria, e o próprio fará distribuir agora uma documentação sobre o assunto, em que chama só a atenção para a terceira página. -----

A ideia é elaborar um documento global que tivesse, no fundo, 6 grandes capítulos sobre esta matéria: uma introdução global sobre a política cultural; a inventariação dos recursos existentes no concelho; a identificação das ações e iniciativas que o município desenvolve, seja no âmbito da produção cultural própria, seja no âmbito do apoio à produção cultural por parte dos agentes culturais locais; a caracterização dos apoios aos agentes culturais, uma vez que o Programa de Apoio ao Movimento Associativo – PAMA, tem uma dimensão que, a nível nacional, é praticamente inédita, e tem umas características de transparência, objetividade, e discussão pública da sua própria construção, que tem sido exemplo para outras autarquias no país e, como se está a falar de um milhão de euros por ano, é relevante; um quinto capítulo, com os instrumentos de apoio à promoção e desenvolvimento culturais; e um sexto capítulo com as perspetivas de futuro. -----

Neste sentido, é sobretudo neste último capítulo que a convocação dos parceiros na câmara municipal ganha particular relevância. -----

A proposta do executivo é a de trazer um documento preliminar sobre esta



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 087

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

matéria, a distribuir primeiro às forças políticas da câmara municipal, no sentido de receber “inputs” para a sua melhoria e discussão. Depois, é chegar, ou pelo menos é essa a vontade, a uma base de entendimento tão transversal quanto possível, que permita, de forma participada, ao nível dos eleitos, poder desenvolver com tranquilidade as ações culturais e as políticas que têm sido pautadas sempre por constância e perenidade no seu desenvolvimento. -----

Dirá, a propósito deste ponto, que sugere um documento e reflexão mais profundos sobre a matéria, que fica, naturalmente, em termos de ponto de partida técnico, a cargo da câmara municipal, e pede 45 dias para os serviços poderem elaborar um documento desta complexidade, que funcionaria praticamente como uma carta cultural, de compromisso cultural para o concelho, que crê que poderia introduzir algumas aberturas de alteração, em termos de atividades concretas, nomeadamente numa, que teve ocasião de conversar um pouco na assembleia municipal, que é a questão da programação cultural, que neste momento já não está nas mãos apenas, e ainda bem, do município, mas tem um conjunto de agentes com algumas propostas interessantes.-----

Fica, a propósito da discussão, uma proposta também de enriquecimento deste processo, que gostava de deixar à consideração dos Srs. Vereadores.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo vão fazer uma reflexão e depois, eventualmente, discutirão esta proposta, de acordo com a declaração política que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Disse ainda que apesar de muitas vezes não se receber o seu devido valor, o teatro é fundamental na função cultural de qualquer pessoa, já que ele também faz conhecer um pouco mais sobre a prática cultural, e onde muito se deve ouvir falar de todas as atividades culturais e teatrais. -----

Para as crianças, que já hoje foram faladas, o teatro ajuda no seu desenvolvimento e formação, desperta o seu desejo pelo conhecimento, e por isso deve ser contemplado na educação básica de todos os jovens, pois auxilia, trazendo a informação e o entretenimento de uma forma mais programada e divertida. -----

Por tudo isto, os membros da Coligação Novo Rumo, ao longo dos tempos, têm vindo a abordar este tema, e têm estado preocupados com ele, quer da



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.ª Ata 088

Reunião de 2015/04/08

Proc.º _____

Deliberação nº _____

programação, quer da cultura no seu todo, quer eventualmente, em particular, com o teatro. -----

Prosseguiu, dizendo ser esta a reflexão que gostariam de fazer e estão disponíveis para discutir inclusivamente a proposta que foi trazida pelo Partido Socialista. Há pouco não disse, mas saúda a presença de alguns dos responsáveis artísticos do concelho, neste caso em particular do "Cegada", mas pensa que se deverá discutir esta matéria sem nenhuma espécie de vitória ou derrota, sem nenhuma espécie de questionamento, em especial das atividades do passado, mas com uma perspetiva estratégica do futuro. -----

Dever-se-á dar sempre uma perspetiva de equidade, tratar o que é igual de forma igual, tratar o que é diferente de forma diferente, e não deve haver nunca dogmas sobre estas matérias, muito menos na área cultural. Dever-se-á estar disponível para questionar e poder propor coisas diferentes, que sejam eventualmente mais eficazes ou melhores a cada momento. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo estão efetivamente disponíveis para redefinir, não a política cultural do PSD ou da Coligação Novo Rumo, mas a política cultural do concelho, daquilo que é de todos. Não querem uma coisa que seja deles, sectária, querem uma que integre todos e que discutam todos na pluralidade. É isso que querem e é sobre isso que lançam o desafio, e que se possa eventualmente concretizar num curto espaço de tempo, para que todos se sintam integrados, prestigiados, e que a população do concelho se sinta servida pelos seus agentes culturais. -----

A Sr.ª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que a entrega deste documento é deveras interessante, e permite aos membros da CDU perceber que finalmente vão chegar à conclusão daquilo que a CDU há muito tem vindo a dizer e a alertar, que é a falta ou inexistência de uma política cultural do concelho de Vila Franca de Xira, que se possa de facto chamar política cultural, e não uma quantidade de iniciativas que são muito mais de fachada do que de profundidade. De facto, aquilo que é uma política cultural assenta na opinião, não só daqueles que têm assento na câmara municipal, naturalmente, mas, mais importante que isso, daqueles que são os agentes culturais do concelho. -----

Portanto, saúdam, e certamente que depois de analisado esse documento, que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 089

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

lhes chegará ao gabinete, certamente darão aquilo que é a sua obrigação, que são contributos que têm vindo a registar nos programas eleitorais da CDU desde sempre. Assim, de facto faz falta uma política cultural no concelho.-----

Ainda sem o documento deixam algumas sugestões, e começam por uma que existia no concelho até 1997 e, por alguma razão que desconhecem, infelizmente deixou de existir quando o Partido Socialista assumiu a gestão da câmara municipal, em coligação, na altura, com o PSD, que se chamava Comissão Municipal de Cultura. Deixam pois já uma sugestão: Porque não reativar esta comissão municipal, que dava oportunidade de todos os agentes culturais, desde o teatro, à música, à dança e a todas essas formas de expressão artística que existem felizmente no concelho, e que tão pouco apoiadas têm sido, e poderia de viva voz dar conta daquilo que são as suas preocupações, nomeadamente na necessidade de rever o Programa de Apoio ao Movimento Associativo. -----

Será certamente um pontapé de saída bastante importante para se voltarem a ter os agentes culturais a falarem por viva voz, e não ser a câmara municipal a responsável por uma política que, espremida, dá pouco mais que zero.-----

Já agora, não querendo com isso depois esvaziar aqueles que são os contributos dos membros da CDU, o que diz é que este foi um concelho em que existiu o Janeiro Cultural, a Audição dos Jovens Músicos, o Salão do Cavalo, o Festival do Teatro, a Temporada de Música e de Dança, a comemoração do Dia Mundial da Música, onde existiu um protocolo com a Orquestra Metropolitana, e outras expressões de nível cultural que infelizmente têm vindo a ser esvaziadas, e urge de facto alterar esta situação.-----

Portanto, sempre que o executivo PS apresenta um orçamento, é uma das preocupações da CDU dar valor e pedir que haja, de facto, expresso nas suas preocupações, a preocupação com a cultura. Assim, estarão disponíveis para ler e analisar o documento que façam chegar ao gabinete da CDU.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que pensa que não vale a pena antecipar o que vai ser a discussão e conclusão deste processo, mas crê que se acaba por chegar a acordo relativamente à metodologia.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão genericamente de acordo com a possibilidade e necessidade de se discutir



em 45 dias. Aliás, a irresponsabilidade dos mesmos é tanta, que trouxeram hoje uma discussão em que, afinal, no fim do dia, estarão efetivamente todos de acordo, demonstrando que há uma necessidade efetiva e objetiva, quer do que andaram a dizer, quer o que dizem os agentes culturais, que necessitam eventualmente de ser ouvidos, ser escutados e de poderem contribuir.-----

Relativamente ao documento apresentado, o que se tem são 6 pontos, ou 5 pontos, que no fundo é o que disseram antes, e têm a ver com a introdução, inventariação, identificação, caracterização e instrumentos de apoio. Depois, há 2 pontos que, ou são um só ponto ou são dois, as perspetivas para o futuro e a estratégia de futuro. Assim, será perspetivas e estratégia, ou então será diferenciado, o que para si é pouco relevante. Contudo, para si a estratégia é muito importante, porque se não se definir uma estratégia não se vão atingir objetivos de coisa nenhuma, vão-se andar a dar apoios pontuais e não se conseguem atingir. ----
O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que, no fundo, é incluir perspetivas e estratégias para o futuro.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sim, e que a segunda questão é que os 45 dias não podem ser 45 dias para que a câmara municipal elabore um documento, o envie aos seus representantes, que os mesmos se ponham de acordo e aprova-se um documento. Pensam que nestes 45 dias têm que ser envolvidos os agentes culturais, e os próprios, como eleitos, que participaram no processo, no final, objetivamente, estarão de acordo, porque participaram no processo. No entanto, não se substituem aos agentes culturais, porque o objetivo que têm não é implementar a política cultural do PSD, MPT ou PPM, o objetivo é implementar a política cultural do concelho. Se é do concelho, devem discutir todos, e só discutindo todos é que se atinge um objetivo. -----

Aí, o que pedem é que a câmara municipal faça o trabalho, o que está perfeito, que possa organizar uma ou duas sessões com os agentes culturais, onde se pudessem discutir estas matérias e onde, de uma forma franca e aberta, os agentes colocassem as questões, e eventualmente os próprios pudessem participar, se assim o entendessem, mas que, acima de tudo, se pudessem discutir com os agentes culturais as suas ambições, necessidades, e como é que veem toda esta problemática para futuro.-----



A prioridade que têm é exatamente esta, e a aprovação que fizerem, formal, em reunião de câmara, seria o fim de linha, porque são os responsáveis políticos que a seguir têm que dar a chancela de aprovação ao instrumento e a chancela de aprovação, depois, à respetiva componente financeira.-----

Para os membros da Coligação Novo Rumo não é menos importante definir esta política cultural do que fazer as sessões de debate que existiram, por exemplo, sobre a reabilitação e regeneração urbana, porque o concelho de Vila Franca de Xira não é, e nem pode ser, o concelho da Amadora, com o devido respeito. O concelho de Vila Franca de Xira, como todos os concelhos, tem que ter fatores diferenciadores, e aquilo que permite ambicionar algo é ter fatores que o diferenciam de outros, não é que seja melhor ou pior. Isso depois depende das perspetivas, mas tem que ter fatores que o diferenciem, que obriguem as pessoas a virem ao concelho. Isto é muito importante, a atividade cultural, a força da cultura do concelho e dos seus agentes culturais.-----

Assim, é esta a proposta dos membros da Coligação Novo Rumo, para tentar fechar esta matéria.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que relativamente à questão da estratégia aceita já, sem nenhum tipo de problema, e no fundo era também isso que se pretendia.-----

Relativamente à questão dos 45 dias, eles são mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, e a expectativa do executivo é preparar este documento, que vai servir sobretudo como ponto de partida para a discussão, e para os contributos dos vereadores e de quem se quiser envolver no processo.-----

Nesse caso, então fará uma organização em duas estradas, que provavelmente até correm, em determinados locais, em paralelo, que tem a ver com o documento cultural global, este, que será discutido, que depois de ser discutido entre os eleitos haverá de ser auditado por quem quiser nele participar, e haverá posteriormente um documento final, que pode ser consensual, mas pode não ser. Estas coisas da cultura não têm sido consensuais, e aliás os grandes investimentos na cultura deste concelho não têm merecido o consenso nesta câmara municipal. Portanto, pode acontecer que não seja consensual mas, pelo menos, sob o ponto de vista de quem ouve está-se aberto a todas as sugestões, e depois haverá de se



procurar escrever uma posição o mais alargada ou o mais abrangente possível.-----
Outra coisa distinta, embora na parte da cultura contemporânea, é a reflexão sobre o Programa do Apoio ao Movimento Associativo, e as eventuais alterações que queiram colocar-lhe, porque o PAMA abrange outras áreas, como o Sr. Vereador Rui Rei referiu, e em outras discussões também se tem referido. Assim, se calhar valia a pena refletir, e este aspeto não é preciso decidir nesta reunião, mas se calhar entre esta e a próxima podia também cada um refletir um bocadinho sobre a matéria, eventualmente, uma vez que o PAMA foi muito discutido pelos agentes locais na altura em que foi feito, e depois teve 4 momentos de revisão, em que se voltaram a discutir os seus critérios com os agentes locais, a última vez das quais no último semestre do ano passado, 2014. -----

Neste sentido, relativamente ao PAMA, sem que isso condicione a questão cultural, diria que vale a pena, já que se vai mexer nesse instrumento, olhar também para as outras áreas outra vez, porque elas têm sido olhadas com os agentes locais, e pensar-se no interesse ou disponibilidade que exista por parte das bancadas presentes na câmara municipal de criar um “grupinho” de trabalho, à luz do que às vezes se faz para outras matérias. Uma primeira reunião seria de escarpelização da história do PAMA e dos seus mecanismos finos, da forma como opera, quais são os critérios todos que foram discutidos com toda a gente e o que está ali em vigor, e depois poderão, no novo ciclo de discussão do PAMA, com os agentes culturais, estar todos presentes. Provavelmente isso é fundamental, até para a definição que se queira fazer das alterações ao PAMA. No fundo, em vez de ser “o ouvir dizer que”, é “o ouvir em direto”, porque às vezes, até do ponto de vista de cada um, há ideias e contributos imediatos que são altamente úteis e interessantes. -----

Assim sendo, se todos estiverem de acordo aprova-se este documento que apresentou, com a alteração que o Sr. Vereador Rui Rei pediu, com o compromisso de que nesses 45 dias haverá de ser distribuído o documento para ouvir os Srs. Vereadores, e depois realizar-se-ão audições públicas sobre a matéria, bem como, simultaneamente, perceber se há ou não condições, mas não precisa de respostas agora, para eventualmente haver a indicação de alguém de uma bancada e doutra para se refletir um pouco sobre a questão do PAMA mais global. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que o documento pode e deve chegar,



mas os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de se pronunciar sobre ele após a audição aos agentes culturais, porque, e mais uma vez diz, não querem condicionar ninguém, eventualmente, às posições que têm, porque podem, nalguns casos, estar erradas, e se estão erradas querem aprender com quem sabe, não têm esta noção de que têm razão e sabem tudo. É só este o detalhe. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, frisando que o documento podia ter chegado mais cedo, eventualmente enviado por “e-mail”, dando a possibilidade dos membros da CDU avaliarem e lerem com mais atenção. De qualquer maneira, de uma primeira leitura não lhes suscita muitas dúvidas, mas há uma metodologia de que o Sr. Vice-Presidente falou e que acham que se calhar não é a mais correta. Primeiro, enquanto vereadores, sentam-se na reunião ou organizam um grupo de trabalho e vão falar sobre algumas alterações que o PAMA deveria ter, mas, francamente, pensa que o processo tem que ser feito doutra forma.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, pedindo desculpa pela interrupção, que é só para esclarecer, porque pode-se ter explicado mal. Assim, a primeira reunião é para haver um trabalho, e é mesmo trabalho, de aprofundamento do conhecimento da mecânica que o PAMA tem, que é muito técnica. Uma coisa é ter a perceção política do PAMA, outra é ter à mesma a perceção política, que é a obrigação que os eleitos têm, mas terem que entender o mecanismo técnico que lá está, que foi muito discutido, e tecnicamente está muito organizado. Diria, e diz muitas vezes, que o Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, no que toca a esta questão dos apoios, tem um funcionamento de “relógio suíço”.-----

Desta forma, é preciso, nessa primeira reunião, perceber o mecanismo, e depois, naturalmente, discutir com todos os agentes culturais, pelo que o que virá é sempre o resultado disso tudo, que depois os eleitos discutem. Não há uma discussão prévia da matéria, que depois é apresentada aos agentes. Não é isso, não foi isso que disse, mas se foi isso que passou, por alguma razão, teve muito cuidado na escolha das palavras que utilizou. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU não perceberam assim, e foi por isso que acharam por bem dar a sugestão. -----

De qualquer maneira, é evidente que quando falam do PAMA dão a sua perceção política, mas ainda assim, quando, por exemplo, sugeriram a alteração do PAMA



em relação ao valor que era pago pelas equipas que praticavam futebol fora da competição, mas no âmbito do INATEL, de facto não era uma apreciação política, era uma apreciação técnica do PAMA. Contudo, para aprender estarão sempre disponíveis. -----

O que consideram mais importante é que o executivo do Partido Socialista perceba que há situações onde se têm de ouvir aqueles que são os agentes culturais. Era interessante dividi-los por áreas, porque cada um tem as suas necessidades próprias, e não ir para este tipo de reuniões com uma postura, e com isto não quer dizer que o PS a tenha sempre, mas por vezes tem uma postura de que há um instrumento de trabalho que está fechado, e o que é a obrigação dos vereadores com pelouro é chegar às instituições e explicar tecnicamente o documento. -----

Não é assim que funciona, e aliás, quando sugeriram a existência de uma Comissão Municipal de Cultura, da mesma forma que existe uma Comissão Municipal de Educação, é precisamente para ouvir e perceber, porque, no gabinete, e por mais técnicos que tenham, não têm a noção daquilo que os agentes culturais passam. Não têm noção, por exemplo, do que é trabalhar fora da hora, e muitas vezes há essa dificuldade de acompanhar no terreno as instituições quando elas precisam. Depois, há cenários diversos, desde instituições que não conseguem assumir aquelas que são as suas responsabilidades fiscais, porque não conseguem preencher os documentos, e depois há associações que já têm outra organização. Portanto, era bom que se ouvissem todos e percebessem todos, senão a política cultural continua a não existir e o que continua a existir é o que disseram há pouco, um bocado a "fachada" e não o "sumo". -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que, como é evidente, o executivo não subscreve absolutamente em nada os comentários da Srª Vereadora, e a realidade e o reconhecimento nacional e internacional da política e estratégia cultural da câmara municipal dizem exatamente o contrário. De qualquer das formas, está-se sempre a falar de opiniões. -----

Sem alimentar a polémica, levanta uma questão que o Sr. Vereador Rui Rei falou, e também nas intervenções da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso foi abordada, que é relevante, é de princípio e é interessante, porque uma das sessões, no sábado, no Museu do Neo-Realismo, é exatamente a poesia como instrumento político, ou



Reunião de 2015/04/08

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, aprovar o documento intitulado “Discussão e análise da Política Cultural”, apresentado pelo Sr. Vice-Presidente, com a alteração proposta pelo Sr. Vereador Rui Rej.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

Declaração Política

Reunião de Camara de 8 de Abril de 2015

Ponto 03 - “Política Cultural - Análise”

A Cultura tem, ou deveria ter, cada vez mais importância na vida política e económica contemporânea. O desenvolvimento humano não é compreensível nem realizável sem o reconhecimento do papel da criação cultural, em ligação estreita com a educação e a formação, com a investigação e a ciência. O que também distingue o desenvolvimento é a cultura, a qualidade, a exigência - numa palavra, a capacidade de aprender.

Apesar de muitas vezes não se lhe dar o seu devido valor, o Teatro é fundamental na função cultural de qualquer pessoa, já que ele também faz conhecer um pouco mais sobre a nossa prática cultural.

Para as crianças, o Teatro ajuda no seu desenvolvimento e formação. Desperta o seu desejo pelo conhecimento e por isso deve ser contemplado na educação básica de todos os jovens.

Ao longo dos tempos temos vindo a abordar este tema, quer ao nível da programação, quer da cultura no seu todo.

A Coligação Novo Rumo sempre defendeu que a Câmara Municipal deverá encarar a Cultura como um Motor Económico do Concelho de Vila Franca de Xira. Entendemos que a Cultura deverá ser o factor diferenciador do nosso território, que nos trará a competitividade e o desenvolvimento necessários para que o nosso concelho se liberte da estagnação que vive. Por isso, o trabalho sobre a cultura, sobre a valorização do património cultural material e imaterial, sobre o património natural e sobre os recursos turísticos, é a melhor forma de promover a competitividade deste concelho.

Mas a Política cultural não pode ser definida nem deve ser definida por um grupo ou por um Partido Político.

A Cultura é de todos, é do Concelho, é dos munícipes, e por isso tem que ser discutida na Pluralidade, tem que ser discutida com todos, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e pelos Agentes Culturais do Concelho.

Chegou o momento de voltar a definir novas políticas culturais no Concelho.

Temos que criar uma estratégia comum, acima das diferenças ideológicas e das estratégias partidárias. Uma estratégia que cubra todas as vertentes da Cultura no Concelho de Vila Franca de Xira. Esta estratégia terá que ser aprovada em Reunião de Câmara, com a participação de todos, incluindo os Vereadores Eleitos, a população e, em particular, os Agentes Culturais.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

Para uma verdadeira estratégia Cultural, devemos reflectir também sobre o PAMA – Programa de Apoio ao Movimento Associativo, que desde 2008 regulamenta os Apoios Financeiros da Câmara Municipal à Actividade Regular nas áreas desportiva, cultural e social.

Estes apoios às Artes Plásticas, à Música e ao Teatro são fundamentais, mas devemos ser rigorosos, premiando quem mais trabalha, quem serve a população do Concelho, que neste caso são as Associações e os Agentes Culturais do Concelho.

Para nós as Associações e os Agentes Culturais do Concelho são parceiros, não são instrumentos do Município.

Estamos em Abril, tendo consciência que o PAMA para este ano estará a ser ultimado, e não querendo por em causa ou colocar obstáculos ao financiamento ao movimento associativo para 2015, não podemos deixar de considerar que devemos discutir alguns dos critérios para cada valência de actividade dos agentes Desportivos, Culturais e Sociais abrangidos pelo PAMA.

O Teatro é uma das áreas que queremos discutir, a par de outras áreas que compõem o Património Cultural do nosso Concelho.

Após termos agendado a discussão deste tema, temos ouvido e reunido com agentes do Teatro no Concelho. Somos sensíveis às necessidades e expectativas de todos, não queremos colocar em causa os apoios definidos para este ano, mas temos que redefinir o que queremos para o nosso Concelho.

Consideramos que os critérios devem ser actualizados, que devemos questionar e avaliar o serviço e o retorno desses mesmos apoios, tal como devemos definir o que queremos apoiar em cada uma das áreas. Se devemos apoiar e fomentar a produção ou a formação. Se o ideal é subsidiar a montagem de um espectáculo, ou subsidiar as exhibições desse espectáculo.

Por outro lado devemos ter em conta que há ambições diferentes nos diversos agentes de Teatro, mas devemos ter presente a equidade entre todos. Devemos saber diferenciar o que queremos para o Teatro Amador e para o Teatro Profissional. E no que diz respeito ao Teatro Profissional, também temos que definir estratégias. Se pretendemos apoiar quem faça produção própria, ou quem dinamiza equipamentos culturais com outras produções, ou se queremos que façam ambas as coisas.

Devemos discutir se queremos apoiar o Teatro Profissional no desenvolvimento de iniciativas e projectos culturais locais, mas orientados para um âmbito distrital ou nacional e de grande prestígio.

Devemos criar uma estratégia cultural distintiva para o Concelho, estimulando a criação e promoção artística, investindo no desenvolvimento de iniciativas e projectos culturais locais de referência, potenciando o diálogo entre o Concelho e os seus públicos, locais e distritais ou mesmo nacionais.

Estamos disponíveis para ouvir e para discutir. Temos que redefinir uma estratégia, que deverá ser vertida no PAMA e no Orçamento Municipal para o próximo ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

A Cultura está presente na vida das pessoas, tem uma expressão territorial, acompanha o evoluir da sociedade e apresenta diferentes formas de se manifestar. Deste modo, o papel do poder local é absolutamente fulcral para a afirmação cultural do seu território, através da definição de uma política cultural, entendida como pilar estratégico da acção cultural, sustentada na identidade comunitária e no pluralismo cultural.

Deste modo, a Coligação Novo Rumo, consciente do seu papel sociopolítico, pretende uma Política Cultural que integre todos os agentes culturais, potenciando as capacidades e competências das instituições e associações culturais do nosso Concelho.

Vila Franca de Xira, 8 de Abril de 2015

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Helena Pereira de Jesus



Assunto: RESOLUÇÃO FINAL DO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES -----

Presente para conhecimento a resolução final do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que este assunto vem só para conhecimento, e houve ocasião de o distribuir, tendo sido aprovado sem nenhum voto contra, e aborda um conjunto de situações bastante largo. -----

Fará referência só a uma questão que lhe parece essencial, ou seja, que os Srs. Presidentes de câmara, embora no congresso não estivessem só presidentes de câmara, mas naturalmente eles assumem um papel fundamental nestas discussões, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, o que pretenderam com este documento foi entregar um caderno de encargos a todos os partidos políticos que se candidatam às próximas eleições legislativas. -----

Haverá coisas que serão aproveitadas para os programas eleitorais dos partidos, outras não serão com certeza, mas o espectro político presente no congresso aprovou, como diz, sem nenhum voto contra, e com relativamente poucas abstenções, este documento, que deu muito trabalho a ser feito, o que sabe, porque acompanhou, mas pensa que é uma boa reflexão, vindo mesmo para conhecimento de todos os eleitos, e não para aprovação, como é evidente, neste executivo. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sobre a matéria está de acordo com o caderno de encargos, e tem só uma questão a dizer, que é a mesma que disse na reunião de câmara anterior, que é, tem pena que o município de Vila Franca de Xira, mais uma vez, não esteja disponível para negociar a descentralização. Negociar a descentralização é isso mesmo, discutir os aspetos em que se está de acordo, e os aspetos em que se está em desacordo, e discutir descentralizações como nunca foram feitas na história da democracia até hoje, em matéria de educação, saúde, património ou Segurança Social. Isso seria importante, até porque neste município fala-se há anos que, independentemente dos governos, os municípios só dão coisas ao poder central, e não recebem coisas do poder central.-

Recorda-se sempre de quando os municípios cedem terrenos para determinadas construções e depois não são ressarcidos desse valor, e aqui está uma oportunidade, que o município de Vila Franca de Xira não aproveitou, porque infelizmente foi condicionado pela ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Não foi sequer condicionado pela política do Partido Socialista, porque a política do Partido Socialista não foi a oficial, nem oficiosa, pois houve, efetivamente, muitos autarcas do Partido Socialista, de muitas câmaras do Partido Socialista, que negociaram e estão a negociar políticas de transferência de competências e de delegação de competências. -----

Isto é muito importante, porque dá a possibilidade aos municípios, e bem, de gerirem mais proximamente a educação, uma parte da saúde, questões ligadas à área social, e uma coisa importante, que é o património. Vila Franca de Xira tinha condições para o fazer, porque tem muitas coisas para resolver em matéria de património, muitos monos para resolver, e alguns estão no Estado e em situações paralelas ao Estado. -----

Não viu, com tristeza, que o município tivesse pelo menos discutido essas matérias e trazido à câmara municipal aquilo que discordava ou concordava, ou qual era a sua disposição de aceitar competências, sendo que o próprio, ao ser autarca, não está nada de acordo com aqueles iluminados que existem muito em Portugal também, que têm sempre uma tendência para minorizar o poder político autárquico, e os autarcas deixam-se embarcar nisto, que era a história da municipalização da educação, da saúde, e da municipalização da municipalização. - Em primeiro lugar não havia municipalização de coisa nenhuma, havia transferência de competências, mas o aspeto da municipalização era sempre colocado como um aspeto de minorização, de quem decide, dos autarcas. O próprio assistiu a alguns autarcas dizerem “agora vejam lá, então o presidente de câmara e a câmara é que vai tratar dos alunos do 2º ciclo ou do 3º ciclo”, e questiona porquê, pois já tratam dos do 1º ciclo. Ouviu também dizerem, “então, vejam lá, agora são os autarcas que vão escolher os funcionários”, e questiona porquê, pois já há mecanismos atuais para escolher os funcionários, contratando os funcionários, sendo que ainda agora se fizeram várias votações para a câmara municipal e para apoios às escolas. -----




Qual é a diferença? Quanto aos autarcas gerirem coisas da saúde, questiona o porquê da questão, pois já gerem hoje. Já não são eles, hoje, que muitas vezes dão os computadores, dão isto, fazem a gestão, fazem a limpeza, fazem mais um par de botas sobre esta matéria?-----

Não se fez essa questão, porque não era possível fazer, porque estava-se em véspera de eleições. Neste sentido, deixa só uma nota, a última reforma “de descentralização” não negociada, mas sim imposta, no tempo do Engº Sócrates, foi a muito menos tempo das eleições, e foi imposta, não foi negociada.-----

Uma última nota é que a única questão que aqui está é que o Partido Socialista se deixa ir a reboque, neste caso, quer da ex-presidente de câmara, quer das posições que a CDU foi tomando, que foram exatamente as mesmas que levaram a que uma minoria decidisse por uma maioria, no caso da reforma administrativa. Foi exatamente isso que aconteceu na última reforma que existiu.-----

Portanto, a única coisa que o deixa satisfeito é que uma parte das descentralizações vai avançar, com quem quis que avançasse, e alguns autarcas, porque tiveram visão e estratégia para isso, vão tirar objetivamente partido dessa descentralização, e poder servir muito melhor os seus munícipes nas várias áreas em que estão envolvidos.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando, em primeiro lugar, que é importante não confundir questões que, de facto, não são iguais. Uma coisa é aquilo que o Governo parece fazer querer, que é uma aparente descentralização administrativa, que não é uma descentralização administrativa. A proposta deste Governo é de contratualização e de delegação de competências. É pior, além de ser efémera e mesmo conjuntural, é uma contratualização que quer impor, geradora de desigualdades, discrepâncias, e pode pôr em causa até a própria universalidade às condições de acesso às funções sociais do Estado.-----

Por outro lado ainda, a proposta do Governo, já não disfarçada, porque com o passar do tempo percebe-se qual era a verdadeira intenção, é a de destruir serviços desconcentrados do Estado, delegando para as câmaras municipais e para o poder local funções que, pela sua natureza, dimensão e, já agora, também pela sua competência legal, sempre foram e devem continuar a existir na esfera da competência da administração central. -----

Isto não significa, antes pelo contrário, que da parte da CDU não haja toda a abertura, como expressaram os seus membros e vincaram no último congresso, uma vez mais, no sentido de que deve haver uma efetiva descentralização administrativa, que inclua, desde já, e porque não, a institucionalização com legitimidade eleitoral da regionalização.-----

Se este Governo não quisesse ir tão longe, poderia desde já aproveitar as comunidades intermunicipais ou as novas figuras jurídicas presentes no ordenamento do municipalismo, como sucede, por exemplo, na região metropolitana de Lisboa, para delegar competências, por exemplo, na gestão dos futuros fundos comunitários do Portugal 2020, o que, se vier a fazer, ficará muito aquém das expectativas de todas as forças políticas representadas na Área Metropolitana de Lisboa – AML, e, por outro lado, às necessidades e competências sentidas até pelas próprias câmaras municipais. -----

Portanto, de facto este congresso foi muito positivo, gerou uma grande adesão às suas conclusões, e as abstenções que foram registadas, salvo erro 70 ou pouco mais do que isso, se calhar nem tanto, mesmo vindas do grupo político que sustenta a atual maioria de direita no Governo, são positivas, porque revelam um grau de consciência e de maturidade face aos desafios e problemas do poder local. Entendem pois que este congresso foi muito bom e permitirá, se assim for o entendimento deste Governo e do que lhe seguirá, propor um compromisso efetivo para o desenvolvimento do poder local em Portugal.-----

Dará ainda três breves notas, mesmo para terminar, naquilo que os membros da CDU pensam que deve ser uma obrigação deste Governo, e aliás todos os governos, quando se relacionam com o poder local. Em primeiro, a autonomia, respeitar a autonomia. Respeitar a autonomia, não querendo agora entrar no particular detalhe, é privilegiar o poder local e não o pôr de fora nas tomadas de decisão, como foi, por exemplo, com a privatização da Empresa Geral de Fomento do Estado, em que, contrariando até os próprios contratos parassociais e o espírito fundador para a adesão desses mesmos municípios, possibilitará uma situação altamente lesiva, não só para o interesse dos municípios, mas para o interesse dos cidadãos e para a manutenção do controlo político sobre funções sociais do Estado. É o caso do lixo, as perigosas tentativas de verticalização das águas e saneamento,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 100

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

e a situação que, em Vila Franca de Xira, ainda não foi muito falada, mas que deveria merecer uma imediata tomada de posição à qual, desde já, afirmam estar perfeitamente disponíveis, que é o novo regime jurídico do serviço público de transportes.-----

Este regime coloca sobre os municípios, neste caso sobre o de Vila Franca de Xira, caso esta intenção legislativa do Governo não seja travada, a obrigação de participar financeiramente na regulação e funcionamento do sistema público de transporte, o que é uma coisa que nem tem palavras para ser mais comentado. Em boa hora a Área Metropolitana de Lisboa, além de rejeitar em absoluto esta perspetiva, já apresentou um conjunto de alterações que decorrem até da extinção anunciada da Autoridade Metropolitana dos Transportes, que uma vez mais se provou não cumprir com a sua função, e que agora volta a delegar competências num conjunto de serviços muito dispersos, com prejuízo para a operacionalidade dos transportes públicos. -----

Por fim, são as questões da contratação coletiva, onde se inclui naturalmente a necessidade de dar ao poder local capacidade para gerir os seus próprios meios humanos, com perfeita autonomia e responsabilidade. -----

Portanto, a CDU ficou muito satisfeita com este congresso, que comprometeu todos os autarcas que nele estiveram envolvidos, e seguramente valorizou-se com este encontro o poder local democrático. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo, para concluir, e dar também um pouco a posição do executivo PS sobre esta matéria, que sob o ponto de vista das conclusões nada há a dizer, está de acordo, e o facto de não ter havido um único voto contra em 308 municípios é também significativo. Houve muitíssimo mais votos a favor do que abstenções, que não foram sequer abstenções ditas centralmente por ninguém, porque houve presidentes de câmara de partidos diferentes a votar a favor. Portanto, sob esse ponto de vista pensa que foram os autarcas que falaram, e isto é importante porque, quando se trata dos assuntos das autarquias, os autarcas têm sabido juntar mais o que é essencial, e deixar de lado o que os possa separar.-----

Pensa que a ANMP cumpriu esse seu papel, e o próprio teve o privilégio de testemunhar os trabalhos do congresso, tendo havido de facto este esforço, e não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata **101**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

pode deixar de assinalar este aspeto. -----

Uma referência mais local é que os autarcas de Vila Franca de Xira, e os autarcas do Partido Socialista de Vila Franca de Xira, não vão a reboque, nem de ex-autarcas, nem de nenhum governo, nem de nenhum secretário-geral, e, aliás, ao longo do tempo em que têm a presidência desta câmara municipal, têm demonstrado isso mesmo. Nas alturas em que o que estava em causa era a defesa dos interesses do concelho, estiveram do lado do concelho, que é onde estão sempre, independentemente do que possam defender governos, independentemente do que possam defender secretários-gerais. Foi assim na coíncineração, foi assim no primeiro processo de contratualização da descentralização de competências, em que também não era positivo para o concelho, e não foram lá. -----

Estão, pelo contrário, totalmente disponíveis para colaborar com qualquer governo, e sabe o Sr. Vereador Rui Rei que é verdade, têm colaborado com governos do Partido Socialista e com governos do Partido Social Democrata, para construções de centros de saúde; de esquadras de polícia, que não existiam se não fosse esta colaboração da câmara municipal, e veio inclusivamente à última reunião de câmara um protocolo para a construção do novo equipamento, a nova esquadra da PSP de Vila Franca de Xira; da qualificação do parque escolar da responsabilidade do Estado; ou mesmo para projetos mais globais, como o novo hospital, em que se colocam permanentemente do lado da solução. -----

Esse é o espírito dos autarcas do Partido Socialista e dos autarcas do Partido Socialista de Vila Franca de Xira, muito em particular, que são os que o próprio representa hoje. -----

Não pode também deixar de fazer uma referência, é que é natural que o Governo tenha uma certa pressa, e diria até bastante pressa, em promover e correr à assinatura de alguns protocolos. É natural, porque se está à beira de eleições, porque quer mostrar alguns troféus, e esses troféus, se não forem do partido do Governo, ainda mais se fala deles, mas quer, sobretudo, legitimar o processo. Gostaria de dizer isto, porque é relevante sob o ponto de vista da discussão política, ou seja, pretende legitimar o processo já, como se o processo ou a legislação que fez sair sobre esta matéria não se mantivesse em vigor até ser

revogada ou alterada.-----

O Governo, neste período, cortou, e cortou muitíssimo, na ação social, na cultura, na educação e na saúde, curiosamente as 4 áreas que quer agora remeter para os municípios, dizendo-se uma coisa espantosa na legislação, e está lá: "Se os contratos vierem a dizer diferente, é porque não se respeitou a lei". Não foram, como se imagina, as câmaras municipais a editá-la, mas está em vigor, e o que diz é que não pode haver aumento de gastos públicos. Está lá escrito, e diz uma outra coisa, "qualquer ganho de escala que venha a ser feito por via da melhor gestão municipal, deve ser dividido e protocolado com a administração central".-----

Isto está lá, de qualquer das maneiras é uma discussão mais fina, mais localizada, que se poderá voltar a fazer, porque o processo, apesar de tudo, não fecha, nem com o passar do mês de março, ou com o mês de abril, nem sequer com o passar deste Governo.-----

Agora, o compromisso do Partido Socialista, caso venha, como espera, a formar governo, é dar uma reorientação neste processo de descentralização.-----

O que toca agora ao ponto em concreto é este caderno de encargos, que é muito mais vasto do que a simples descentralização que está em cima da mesa, a decisão que vem à reunião para conhecimento abrange muitas outras áreas, em que no fundo é o contributo dos autarcas do país para o que vão ser os governantes do país, sejam eles quais vierem a ser. Aí, esse esforço pensa que foi feito por todos.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não resiste a fazer algumas perguntas só.-----

O Sr. Vice-Presidente deve ter visto a legislação e os contratos, presumindo o próprio que os tenha visto, quer a legislação, quer os contratos. Quem da câmara municipal negociou ou disse ao Governo em que alíneas e pontos desse contrato, quer da legislação, quer do contrato, não estava de acordo? Alguns? Quando o Sr. Vice-Presidente fala da cultura, quantos museus nacionais tem instalados no município de Vila Franca de Xira? Tem algum museu nacional?-----

Se não tiver, com esta delegação poderia, inclusivamente, requisitar serviços, requisitar quadros ou peças, para que pudessem fazer parte ou ser expostas no município de Vila Franca de Xira.-----

Não tem nada a ver com o que o Sr. Vice-Presidente está a dizer, que é, mal comparado, com o documento que o Sr. Vice-Presidente apresentou a propósito do ponto sobre a cultura que os membros da Coligação Novo Rumo agendaram. Imagine-se que não estavam sequer cooperantes com coisa nenhuma, o Sr. Vice-Presidente apresentava um ponto, o próprio não estava disponível para ler esse ponto e dizia que não concordava, que não queria saber. O que o Sr. Vice-Presidente neste caso está a dizer é exatamente isso, agarra em dois ou três aspetos e diz: "Estão a ver, então eles dizem que as poupanças de 50% têm que ser repartidas entre o Estado e a administração local". Não, as poupanças podem e devem ser reinvestidas no setor. As poupanças que venham a existir na educação devem ser reinvestidas na educação, no município. Não são entregues ao Orçamento do Estado, é a diferença, e aliás não quer acreditar que os municípios do Partido Socialista que vão assinar o acordo são municípios troféu, deste Governo ou doutro qualquer. -----

O que está a dizer é que "não se come o que se dá a comer", trata-se é de ler e dizer: "Eu não estou disponível para isto, estou disponível para aquilo. Eu estou disponível para formalizar aquilo que já hoje eu faço, e tenho que ser pago por isso". É o que lá diz, e diz mais, ao contrário do que aconteceu no passado, imposto, que a seguir se alterou a lei e os municípios ficaram com a despesa, neste momento, se se alterar a lei, tem que se pagar, têm que se dotar os municípios de meios financeiros. Não se pode alterar a lei de forma arbitrária. Assim, só faz uma pergunta. Qual é o governo que até hoje fez isto, desde 1975? -----

Já não está a falar que vai discutir primeiramente a descentralização, dizendo que quer é ter mais uns lugares eleitos para resolver, ou então vir com o fantasma de que o maior problema é a responsabilização nos municípios em matéria de gestão de transportes. Os Srs. Vereadores querem mais democracia do que esta, que é a dos municípios poderem decidir aquilo que é importante, e que toda a gente critica sempre, que é, muitas vezes, a não regulação de transportes entre comboios e autocarros, e entre isto e aquilo? Então os Srs. Vereadores querem mais do que isto, ser o município a poder concessionar, e dar o direito do operador operar no seu território? -----

Não está a perceber, pois é-se a favor da descentralização, das competências, mas

depois não se querem. Isso não entende. -----

O que diz ao Sr. Vice-Presidente é que gostava de saber qual foi o membro desta câmara municipal que negociou, porque foi esse o aspeto que se passou durante estes meses, com qualquer membro do Governo, ou o responsável da tutela sobre os contratos interadministrativos, e que apontou um conjunto de matérias que, eventualmente, não foram acolhidas, ou em que não estava de acordo, e em que propôs alternativas e redações diferenciadoras. -----

Aliás, quem se foi reunir mais tarde em Santarém para emitir um documento sobre a descentralização, porque inclusivamente foi desautorizada pelos seus pares, foi exatamente a Srª ex-Presidente da câmara, que veio rapidamente ao “Expresso” dizer aos autarcas para saírem todos e de uma vez só das negociações, e uma série de autarcas vieram dizer “não, a senhora não manda no meu município, no meu município mandam os meus eleitores, que me elegeram”, e a seguir foram fazer uma reunião a Santarém, onde já puseram lá uma série de áreas que se comprometem a descentralizar para as autarquias, se vierem a ser eleitos. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo 3 comentários simples. A legislação é pública, os contratos não são, e isso é que é a base contra a qual o executivo PS está. Todo o instrumento legislativo e técnico da descentralização deve ser universal e ser conhecido, e não tem dúvidas que os contratos hão de ser conhecidos quando forem assinados. Têm, aliás, uma particularidade interessante, e o Sr. Vereador não deixará, de certeza, de lhe dar razão, é que quem vai pagar esses contratos é sempre o próximo governo, mesmo que seja do PSD. Portanto, está-se a fazer e a negociar um conjunto de compromissos que se sabe, no caso o Governo sabe, que não vai ser ele a pagar, é o que vier a seguir, e por acaso espera que seja António Costa o primeiro-ministro, como o Sr. Vereador imaginará. A verdade é que “esses contratos hão de outros pagar por nós”, e essa é a atitude do Governo, que aliás não subscrevem, como é evidente. -----

Depois, o município cede e recebe obras dos museus nacionais, não é a toda a hora, mas todos os meses, porque a sua produção, em termos de exposições, é tão grande que, por exemplo, ainda esta semana vai receber, e pediu ao Museu Nacional de Arqueologia, um conjunto de peças, que vão estar a partir de maio na exposição que se está a organizar sobre a romanização. O município tem cedida,

[Handwritten signature]

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2342/15, de 31/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/03/16 e 2015/03/31. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2342/15, de 31/03, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se, muito rapidamente, até porque a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, na sua intervenção, tocou neste assunto, à resposta ao requerimento da CDU em relação aos Contratos Emprego-Inserção – CEI. A resposta em fevereiro trazia só os totais destes contratos, e tinham pedido também a relação por cada departamento da câmara municipal. -----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que crê que na última reunião os membros da CDU já tinham levantado a questão, e pede ao Dr. Fernando Barreiros para verificar a questão, de maneira a poder remeter-se aos Srs. Vereadores. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Lei nº 25/2015, de 30 de março, I série, relativa à primeira alteração à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;-----

Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março, I série, que adota o regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo querem pedir se é possível, da parte da câmara municipal, de duas uma, ou também virem às reuniões de câmara, neste ponto ou num ponto à parte, todos os editais da câmara municipal e dos SMAS, ou serem-lhes fornecidos, porque têm alguma dificuldade, mesmo no sítio da “Internet”, em fazer uma pesquisa concreta sobre os editais. Portanto, ou vinham às reuniões de câmara aqueles que foram sendo aprovados nos últimos 15 dias, ou são-lhes fornecidos de outra maneira, por “e-mail” ou o que se entender.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que se calhar faz sentido que sejam fornecidos também. Pode ser por “e-mail”, como é evidente, mas podem vir dentro de um destes pontos de informação. No fundo, se são públicos, é uma questão de introduzir, ou um ponto, ou dentro do ponto da legislação-síntese acrescentarem-se também os editais que forem saindo. -----

Assim, estando todos de acordo, far-se-á dessa maneira. -----

Tomado conhecimento,-----



Reunião de 2015/04/08

Deliberação nº _____

Assunto: APROVAÇÃO DE PONTOS DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que lerá mais rapidamente os pontos da ordem do dia, e se os Srs. Vereadores tiverem alguma coisa a dizer dirão, sendo que quando nada se disser os pontos ficam aprovados por unanimidade. -----

aprov pontos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata **109**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/03/19 e 2015/04/01, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **110**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----18 796 288,04€
Dotações não Orçamentais----- 1 863 364,48€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 872 447,38€
Dotações não Orçamentais----- 642 665,89€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 111

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº 206

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DE SERRALHEIRO) -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2219/15, de 24/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização da abertura de um procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para assistente operacional (área de serralheiro), com possibilidade de admissão de candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2219/15, de 24/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE MATERIAL DE ECONOMATO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 126/15, de 27/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de material de economato, durante 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 126/15, de 27/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto, à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 113

Reunião de 2015/04/08

Procº 27/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº 208

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 98/15, de 17/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de consumíveis de informática. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 98/15, de 17/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 102/15, de 30/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de produtos de higiene e limpeza. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 102/15, de 30/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PAPEL DE FOTOCÓPIA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/15, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de papel de fotocópia.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/15, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "A", SITA NA RUA ANTÓNIO SÉRGIO, Nº 140 (ANTIGO BAIRRO DA CHASA, BLOCO C1, LOTE 3) – ALVERCA DO RIBATEJO – CHASA, CRL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 94/15, de 25/03, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "A", sita na rua António Sérgio, nº 140 (antigo bairro da Chasa, bloco C1, lote 3), em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 87 000,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 94/15, de 25/03, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Ff. Ata **117**

Reunião de 2015/04/08

Procº _____

Deliberação nº **212**

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA SARMENTO PIMENTEL, Nº 92 – ALVERCA DO RIBATEJO – JOSÉ MANUEL PLANCHA DA SILVA ALBERTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 101/15, de 30/03, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua Sarmento Pimentel, nº 92, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 155 000,00€-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 101/15, de 30/03, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 150/15, de 31/03, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/03/18 e 2015/03/30, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 150/15, de 31/03, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a uma preocupação que se mantém desde há 15 dias, mais ou menos 15 dias para 3 semanas. Continuam a decorrer obras na EN10, da responsabilidade da Estradas de Portugal, sem que da parte da câmara municipal e na defesa dos interesses do município de Vila Franca de Xira, haja qualquer tipo de convergência no sentido de beneficiar, ir mais além no processo de beneficiamento da EN10, onde se inclui a construção de rotundas, e também obras de menor envergadura, mas extremamente essenciais face à degradação do corredor, como é a limpeza de bermas, conservação de passeios ou construção nos troços que estão perfeitamente identificados e de adaptação das encostas que servem de talude, nalguns casos em situação de escorregamento para a via de trânsito. -----
Portanto, os membros da CDU solicitam que lhe façam chegar, bem como aos vereadores do PSD, a informação ou correspondência enviada entre este município e a Estradas de Portugal, no sentido de se perceber se efetivamente, da parte da câmara municipal, foram acauteladas todas as medidas reivindicativas. Por outro

A

→

lado, se da parte da Estradas de Portugal, acreditando, como é óbvio, que da parte do município houve essa troca de correspondência, já houve resposta. -----

Como foi dito na última sessão da assembleia municipal, pela CDU, e naturalmente que se está a falar de uma obra doutra envergadura, doutra complexidade e exigência em termos de meios, faz lembrar um bocado aquilo que se passou com as obras de contenção do talude na zona dos Caniços, em que se perdeu uma grande oportunidade para, pelo menos, criar as condições necessárias para a construção das entradas e saídas para fazer daquela área de tráfego a entrada e saída natural da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira, com serviço para o IP1. Infelizmente, parece que a situação aqui, com a EN10, se não é parecida, é quase parecida. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que, efetivamente, os direitos da câmara municipal têm sido salvaguardados, como tem dito e expressou na última assembleia municipal, onde esta questão foi colocada, e pode-se verificar que o próprio afirmou que tem havido contactos com a Estradas de Portugal. -----

Nomeadamente, quem hoje passou em Alhandra verificou o condicionamento de trânsito que estava junto à ponte e à zona do posto de abastecimento, estando-se a fazer a limpeza total das bermas, com várias máquinas. Existiu ali uma intervenção, que vê quem lá passa, e que foi exigida pelos serviços e pela câmara municipal, de reparação de um troço que inicialmente não estaria considerado. -----

Recebeu-se, efetivamente, a indicação da Estradas de Portugal, das áreas a intervencionar, fez-se uma análise sobre os pavimentos e sobre aquela área, e está-se atento a este desenvolvimento, primeiro, para ver se é cumprido, e segundo, com exigências, como neste caso mais perto aqui, de Alhandra, que foi conseguido. -----

Em relação à troca de correspondência, se o Sr. Presidente assim o entender os serviços não têm problema em fazer uma compilação e a devida remessa. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que quer que fique claro que, se não falou dessa intervenção, é porque, da sua parte e da sua bancada, desconheciam. Hoje utilizou o caminho de ferro, e por força das circunstâncias não se apercebeu dessa obra, mas saúdam-na, e é assim que tem que ser. -----

De qualquer forma, ficam na expectativa que efetivamente isso que está a

[Handwritten signature]

acontecer em Alhandra possa estender-se, e dá um exemplo, uma pequenina nota, junto ao Campo do Hortinha. Não discute agora as questões técnicas, se há ou não espaço útil na via existente para construir ali um passeio, mas é um dos sítios onde deve haver uma intervenção de emergência.-----

Os presentes compreenderão porque é que os membros da CDU utilizam o termo “emergência”, porque há casos de sinistralidade que, infelizmente, tiveram já consequências para vidas humanas. É disto que se está a falar, para além das questões de atravessamento. Portanto, tudo aquilo que puder ser exigido no decurso da obra e da empreitada em curso, como é óbvio, é assim que deveria ter acontecido de início, e saúdam a iniciativa. -----

De qualquer forma, reiteram à mesma a necessidade do envio da correspondência.

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO SITO NA QUINTA DO OLIVAL DAS MINAS E QUINTA DO DUQUE – VIALONGA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 16/01, DE 21/12 ----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 180/15, de 13/03, do DGUPRU/DGU, para aprovação da alteração ao loteamento titulado pelo alvará de loteamento nº 16/01, de 21/12, sito na Quinta do Olival das Minas e Quinta do Duque, em Vialonga, não havendo lugar a discussão pública, promovido por A.M.C. Vilarinho, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 180/15, de 13/03, do DGUPRU/DGU, planta de ordenamento, planta de síntese alterações e planta de síntese solução final, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DO CASAL DE A-DE-FREIRE – COTOVIOS – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

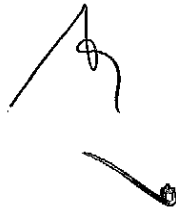
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 27/15, de 20/03, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento do Casal de A-de-Freire, Cotovios, em São João dos Montes, cujo promotor é Maria Cesaltina Vicente Alves Calçada, e da libertação da caução prestada, com extinção da hipoteca sobre o lote 2, no valor de 8 500,00€. -

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 27/15, de 20/03, do DGUPRU/DF/SUI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo chamaram sempre à atenção que devem ser chamados os representantes das juntas de freguesia, e repararam que não estiveram presentes nesta receção.-
Gostariam de ver, nomeadamente uma questão de infraestruturas, como neste caso há infraestruturas de telecomunicações, pois, a câmara municipal, que é a proprietária das infraestruturas, são suas, não tem nenhum documento que diga que as pode receber, e aliás quem o devia emitir era a câmara municipal.-----
As infraestruturas de telecomunicações são propriedade municipal, e estão a ser abusivamente utilizadas por uma instituição, a quem a câmara municipal não exige a sua devolução, mas deveria. Portanto, deveria atuar, e não vê como é que será, não tendo um documento que o diga, e bem, como diz na comunicação dos serviços, que a Portugal Telecom – PT não é obrigada a prestar este serviço. Está



claro que não, porque não é a PT que é dona das infraestruturas, é a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que é proprietária, e ao abrigo de legislação nenhuma permite que um operador, que não é público, é privado, gira estas infraestruturas. -----

Na parte da iluminação há um contrato de concessão, na parte dos SMAS são os serviços municipalizados, e no resto continua sem entender como é que isto se passa alegremente, sem ninguém tomar uma decisão.-----

A outra questão é que, conforme consta no documento, a comissão de vistorias diz que não há nenhuma anomalia naquela urbanização, mas, presume o próprio, que aquela urbanização tinha, por exemplo, um projeto de espaços verdes. Esse projeto de espaços verdes, ao dia de hoje, está cumprido ou não? Tem lá as 10 árvores que disseram que iam plantar? Sim ou não? Tem lá a relva que disseram que iam plantar? Sim ou não? -----

Estas são algumas coisas que se têm vindo a descurar, e as árvores, bem como os espaços verdes, mas nomeadamente as árvores, são fatores essenciais para a paisagem. Portanto, gostavam de saber, existindo um projeto de espaços verdes, se está cumprido. -----

Na comunicação não diz nada, e é o mesmo da urbanização da Verdelha, que veio à câmara municipal, e que pediram para verificar, mas até hoje não voltou, que é saber se o projeto de espaços verdes que confina com a EN10 cumpre o projetado. O Sr. Vice-Presidente interveio, perguntando ao Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, se tem condições para responder rapidamente, ou se tiver que fazer algum tipo de estudo sobre o processo, se não for urgentíssimo, retira o ponto, e traz-se à próxima reunião de câmara. -----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, dizendo que a única coisa que acrescenta é que se trata da receção definitiva, portanto, a manutenção daqueles espaços já é da câmara municipal. É essa a questão, e a verificação e preocupação que o Sr. Vereador Rui Rei coloca foi uma verificação feita aquando da receção provisória, e neste período é competência da câmara municipal a manutenção daquele espaço público. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que não lhe parece, por




uma razão simples. Que a manutenção seja feita pela câmara municipal, está de acordo, agora a EDP também já faz a manutenção do equipamento, a partir da receção provisória. Certo? Os SMAS já fazem a manutenção do equipamento a partir da receção provisória. Certo? Então, porque é que ela vem hoje aqui? -----
A partir do momento em que se recebe a urbanização, e mais, até antes da receção da urbanização, a EDP e os SMAS já tomaram conta, e aquilo que quer dizer é que, para já, não é hábito vir a questão dos espaços verdes, e duvida que tenha vindo nesta urbanização. Não está a dizer que não veio, porque não tem o histórico, mas duvida que tenha vindo, porque tem que se verificar se o projeto que se aprovou é aquele que lá está implementado. Isso tem que se saber, se é ou não é, e não sabe se veio à época, mas agora deveria constar que os espaços verdes também se encontram em condições.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que deveria constar que se encontram ou encontravam na altura da receção provisória, perguntando ao Arqtº Nuno Santos se tem alguma informação suplementar a dar.-----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, respondendo que o único comentário que tem a fazer relativamente à inclusão da informação que refere o Sr. Vereador Rui Rei é o facto de se estar num período em que existirá ainda uma garantia da obra, e estas entidades pronunciam-se precisamente para confirmar se houve ou não algum problema neste período de garantia que merecesse reconhecimento neste auto. Como não existiu, por isso é que vem feita a referência. É só essa a razão, mas se a câmara municipal entender poderá confirmar esta informação. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que, assim sendo, se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, retira-se o ponto, para o Arqtº Nuno Santos ir verificar esta questão, e depois virá a uma próxima reunião de câmara.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO
- BAIRRO DAS BRAGADAS - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 235/15, de
27/03, do DGUPRU/DF/SFT, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno,
pertença de José António Miranda Lima, a integrar no domínio público municipal,
com a área de 21,00m², com valor atribuído de 21,00€, confrontando a norte com
o próprio, a sul com a rua Salvador Allende, a nascente com a rua Alves Redol e a
poente com o próprio, no Bairro das Bragadas, na Póvoa de Santa Iria, e posterior
remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 235/15, de 27/03, do
DGUPRU/DF/SFT, planta de localização, e planta de cedências, documentos que se
dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do
Sr. Presidente.-----



1. Assunto: EMPREITADA DAS INFRAESTRUTURAS DAS RUAS D, L, M E RUA N E O, NA AUGI FONTE SANTA – VIALONGA – LIBERTAÇÃO DE 15% DA CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 7/15, de 24/03, do DGUPRU/DPRU/SA, para aprovação da libertação de 15% do valor total da caução prestada relativamente à empreitada das infraestruturas das ruas D, L, M e rua N e O, na da AUGI Fonte Santa, em Vialonga, requerida por Florindo Rodrigo Júnior e Filhos, Lda, no montante de 5 424,40€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 7/15, de 24/03, do DGUPRU/DPRU/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que aproveita este ponto para fazer uma pergunta. Quando foi a sessão da assembleia municipal em Santa Eulália, alguns munícipes foram lá, e pediram ao Sr. Presidente da câmara que tivesse atenção a algumas das ruas da AUGI da Fonte Santa, nomeadamente uma das zonas onde uma pessoa, com alguns problemas de saúde, tinha dificuldades em sair. -----
Assim, questiona se esta obra já começou e, se não começou, se está previsto o seu início.-----
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, respondendo que foi feita uma análise entre os departamentos da câmara e dos SMAS, por questões que até tinham sido levantadas na câmara municipal, numa reunião com um munícipe, sobre condutas em fibrocimento. O próprio esteve com os serviços dos SMAS no local, na rua da Sociedade, falou com os moradores, e efetivamente não havia lá fibrocimento.



Aquilo a que o munícipe se referia era a um tubo que era particular, que lá estava colocado, e o senhor também não tinha obrigação de saber.-----

Esteve lá, no âmbito dos SMAS, fazendo uma análise às infraestruturas, e pode adiantar que está em fase de conclusão o procedimento, no âmbito dos SMAS, para executar a obra naquela rua da Sociedade, e ainda outra rua que sobe, sensivelmente 20 metros, com uma reestruturação, aproveitando-se logicamente todas as infraestruturas do subsolo.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador António Oliveira pelo esclarecimento, dizendo que fica aprovado então o ponto por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA ZONA DO MOLEDO – ALVARÁ Nº 4/2011-AUGI – ALVERCA DO RIBATEJO – DISCUSSÃO PÚBLICA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 64/15, de 30/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aceitação da abertura de discussão pública, por um período de 20 dias, da alteração ao loteamento da Zona do Moledo, titulado pelo alvará nº 4/2011-AUGI, em Alverca do Ribatejo, promovido pelo CASBA, Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 64/15, de 30/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: AUMENTO DE NÚMERO DE COMPARTES DOS 356/31 000 AVOS DA AUGI FONTE SANTA – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 84/15, de 30/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do aumento do número de compartes referentes a 356/31 000 avos da AUGI Fonte Santa, em Vialonga, que irá corresponder ao lote 606, com 449,95m², requerido por João Miguel Pinheiro Marques Ribeiro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 84/15, de 30/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO ALVES REDOL – 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 87/15, de 18/02, do DEC/DBD, para aprovação do regulamento do Prémio Literário Alves Redol para o ano 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 87/15, de 18/02, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que o Prémio Literário Alves Redol já consta desde 2005, há 10 anos, e têm-se mantido mais ou menos constantes os nomes dos componentes do júri. Inicialmente, além de Miguel Real e Manuel Frias Martins, esteve Urbano Tavares Rodrigues como membro do júri, e aliás também havia o representante do município. Como tem consigo a informação dos documentos anteriores, desde sempre fazia parte do júri o chefe da Divisão de Bibliotecas, e não vai apresentar nomes, nem no ponto a seguir, o ponto 29, como nunca faz, a não ser que a isso seja obrigado, que representava o município. -----
Os membros da CDU gostariam de saber quais as razões da alteração da composição do júri, e, vindo o nome, sem porem em causa a competência, que conhecem, da escritora Ana Cristina Silva, a gestão PS é do PS, como é evidente, e pode fazer as alterações que entender, mas têm o direito de questionar, e às vezes até é um bocado incómodo. -----
Quanto a outra questão, no orçamento foram contemplados 2 000,00€, e se a memória não lhe falha, pois não teve tempo de ir confirmar às alterações, já houve uma alteração ao orçamento, que é de 3 000,00€. O que é que isto vai dar, na interpretação dos membros da CDU e na do próprio? É que, derivado a esta

alteração da composição do júri, a câmara municipal vai pagar mais 1 000,00€. É o que pressupõe que seja, e não está a pôr em causa a situação. Entendem que a situação não se justifica, porque é de todo conveniente, se há competência e sempre houve, a câmara municipal apostar nos seus quadros.-----

Um exemplo da contradição e dualidade de critérios desta alteração, que é pertinente, e já disse que o executivo pode fazê-la, está no ponto a seguir, no ponto 29, no prémio do teatro, em que o representante é um funcionário, ou com vínculo à câmara municipal, e também não diz o nome, como é evidente. Aí, acham muito bem, mas porquê esta dualidade de critérios? Quais as razões que levaram a isso? São capazes de ser pertinentes, admite, mas têm que as saber. Porque é que esta situação do chefe da Divisão de Bibliotecas, que participou ativamente como todos sabem, na feitura dos regulamentos, indicação dos júris e tudo isso, foi alterada, e vão aumentar os custos? -----

Portanto, o Sr. Vereador António Félix dir-lhe-á se confirma, e pensa que houve uma alteração para 3 000,00€ numa destas alterações ao orçamento.-----

Era o que queriam, que a câmara municipal dissesse quais as razões e privilegiasse os seus quadros, como no ponto 29, e muito bem, sendo que o próprio resumiu já a sua intervenção nos dois pontos, porque está-se quase a atingir o fim da reunião.---

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo que a razão é exatamente a que o Sr. Vereador mencionou. Neste momento Vila Franca de Xira tem uma escritora que já tem reconhecimento nacional, que se manifestou disponível para integrar este prémio, que é também de âmbito nacional, e portanto foi uma oportunidade de fazer o reconhecimento de uma escritora que publica, e que, para além de publicar, vende com muita presença nos escaparates, nas livrarias, e faz para o executivo todo o sentido envolvê-la.-----

Uma coisa não tem nada a ver com a outra, cada ano é um ano distinto, e o ótimo seria que se estivesse a avaliar a qualidade dos livros escritos, escritores, portanto, pares, e é o caso, ou eventualmente críticos literários, o que também é o caso. Assim, está-se a fazer uma proposta, uma alteração, que envolve uma escritora, que ainda por cima é do concelho de Vila Franca de Xira, e recebeu inclusivamente uma medalha de mérito por uma das freguesias do concelho, no sítio onde, aliás, reside, e essa é a razão fundamental. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata 132

Reunião de 2015/04/08

Procº DCTAE.00DB.108.001.

Deliberação nº _____

Relativamente ao prémio seguinte, do ponto 29, uma vez que o Sr. Vereador colocou a questão, a função da pessoa em causa é mesmo de coordenação para esta área do teatro, trabalha na mesma divisão do chefe de divisão que o Sr. Vereador mencionou, e não é por isso que é o chefe de divisão que está no júri. Quanto a essa matéria, entende o executivo que os membros do júri são, todos eles, e nos dois prémios, dignos de lá estar e por isso os propuseram. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que o Sr. Vereador não deve pôr na boca do próprio aquilo que não disse, nem deve responder-lhe a "alhos" com "bugalhos", como diz o povo. Salvaguardou a escritora, e não foi apresentar o curriculum porque era desnecessário, pois os membros da CDU conhecem a senhora. Aliás, o Sr. Vereador fez bem, para "defender a sua dama", em dizer isso tudo, e não está em causa a competência técnica da senhora. O que está em causa é privilegiar os cargos, como fez, e muito bem. O Sr. Vereador disse que era chefe de divisão, o outro é chefe das bibliotecas, e não sabe se é chefe de divisão ou não, pois não se recorda, e não está a "defender dama" nenhuma. -----

O que quer é saber, com a capacidade da senhora, que é inquestionável, é quanto é que a câmara municipal vai pagar a mais por isso. É só essa questão, e a que o Sr. Vereador lhe disse não convence, não os convence a questão da substituição. Contudo, o executivo PS faz a gestão, e podem contestar, como estão a fazê-lo. -----

Agora, há quadros, que andaram 10 anos a ser competentes, e está a falar em termos genéricos, a dar exemplos, para não dizerem que está a pessoalizar, que são amizades ou coisas do género, e não está a dizer que é o caso do Sr. Vereador, só que às vezes há mentes maquiavélicas, que por tudo o que se possa dizer trazem essa situação. É essa a questão, e se não lhe responderem agora, depois farão o favor de responder posteriormente. -----

Por estes motivos, os membros da CDU continuam a privilegiar os trabalhadores do município em tudo disto, não só neste caso, e o executivo contradiz-se, nomeando logo no ponto 29, pelo que se vão abster neste ponto 28. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que fica então aprovado este regulamento do Prémio Literário Alves Redol, com a abstenção dos Srs. Vereadores da CDU. -----

Prosseguiu, referindo que já se falou um pouco sobre o ponto 29, e não sabe se há mais alguma intervenção a fazer sobre a matéria, sendo que fará só uma pequena

apresentação. O Prémio de Teatro Mário Rui Gonçalves, que foi a consolidação do prémio de teatro do concelho, foi alvo de uma discussão com o universo dos grupos de teatro do concelho no dia da sua apresentação, e foram feitas três sugestões pelos grupos de teatro, que foram aceites, quer pelo coordenador de teatro que lá estava, quer pelo próprio, que coordenou essa reunião. -----

Foram portanto três alterações ao regulamento, e a primeira foi o prémio manter-se no universo dos grupos de teatro do concelho. O júri tinha feito uma pré-proposta, de poder alargar o prémio de teatro ao conjunto dos grupos da Área Metropolitana de Lisboa, na sequência do que se tem feito no âmbito do RIFFEST, ou mesmo neste regulamento do Prémio Literário Alves Redol, que é aberto ao país inteiro, mas os grupos propuseram que se mantivesse ainda neste universo, e isso foi aceite. -----

Um segundo aspeto foi a criação de mais dois prémios individuais, de melhor sonoplastia e melhor luminotecnia, que não estavam a concurso neste ano que passou. -----

Uma terceira proposta, também ela relevante, foi a concentração das verbas no prémio de conjunto, ou seja, para a melhor peça, mantendo a verba aí, e a outra verba, correspondente aos prémios individuais, ser utilizada no âmbito do prémio para formação, quer de atores, quer de técnicos envolvidos nos grupos de teatro. --- Estas foram as três propostas que saíram da reunião com os grupos de teatro, e é isso que hoje então se traz. -----

Portanto, há um prémio monetário para a melhor peça, há prémios titulados para as categorias individuais, e há uma verba garantida no âmbito do prémio para formação, que foi uma das pechas levantadas, quer pelo júri, quer pelos grupos de teatro presentes, e portanto há já em preparação um programa de formação sobre esta matéria, que sairá deste processo do Prémio de Teatro Mário Rui Gonçalves. ---

Houve um compromisso, que foi assumido pelo próprio também, perante os grupos de teatro, que não vem à reunião porque não diz respeito ao regulamento, que é a utilização das verbas dos prémios que não foram atribuídos no ano de 2014 já para formação em 2015. É nisso que se está a trabalhar, e o coordenador para a área de teatro, Dr. Paulo Renato, está já a trabalhar nesse processo. -----

Assim, não quis deixar de dar conta destas três notas, que são importantes, porque

resultam de trabalho feito com os agentes teatrais do concelho. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma dúvida, também depois das explicações que o Sr. Vice-Presidente deu, relativamente aos 2 500,00€ para formação, sendo que, segundo o que o Sr. Vice-Presidente disse, a formação é dada ao grupo de teatro que ganha o prémio.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, respondendo que não, a formação é aberta a todos os grupos do concelho. A ideia é pô-los em contacto uns com os outros, e com estruturas ou peças que estejam a acontecer fora do concelho, e depois haver formação com atores profissionais abertos a todos. Diz atores, só por uma questão de facilidade, porque há formações que não são de atores, são de luzes e adereços, essa parte mais técnica, que não é propriamente para atores, mas são abertas para todos. O que, no fundo, os grupos decidiram, foi usar aquela verba para formação, e para formação para todos.-----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando se é a câmara municipal que depois dá essa formação, ou que organiza quem dá essa formação ou o número de sessões que vão existir.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, esclarecendo que esse trabalho mais fino depois tem que ser adaptado à realidade em concreto que for definida ano para ano. Por isso há um coordenador de teatro, que está habilitado para dar algumas formações, mas o objetivo não é utilizar só os recursos internos, é usar essa verba para ir buscar recursos externos, atores ou professores profissionais da área, que possam vir dar formação internamente, ou os grupos de teatro irem fazer fora essa formação, não sendo uma questão apenas interna.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que nas normas é dito que “o prémio reserva 2 500,0€ para formação”, e questionam porque é que está a palavra “reserva”, pois não conseguem perceber.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, respondendo que, no fundo, é associar esse investimento em formação a este prémio, que tem uma parte direcionada ao melhor espetáculo, e que vai para o grupo. A questão tem também a ver com o papel que Mário Rui Gonçalves teve ao longo da sua vida neste processo do teatro, sendo a ideia, no âmbito deste próprio prémio, haver sempre uma verba reservada



que possa ser utilizada para formação ao longo do ano. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que então o prémio são 5 000,00€. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que são 5 000,00€, 2 500,00€ são entregues ao grupo vencedor, e os outros 2 500,00€ são repartidos, no fundo, entre todos, através de formação que a câmara municipal vai pôr à disposição. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que será entre eles todos, quer tenham participado ou não, e sejam do concelho ou não. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, esclarecendo que sim, e que em termos de formação está-se a falar de uma formação para os grupos de teatro do concelho. ---

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o Sr. Vice-Presidente disse que tinha havido uma reunião, e que os grupos concordaram que o prémio que existia anteriormente de 500,00€ para cada fosse convolado nesta formação. Assim, pergunta se concordaram, e se não se opuseram a essa situação. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, respondendo que a proposta saiu daquela reunião, não era uma questão que se levasse imediatamente em mente. O júri fez um conjunto de propostas, e foram essas que depois foram discutidas com os grupos de teatro, sendo que a ideia do júri era até alargar, depois decidiu-se, com os grupos de teatro, que não se alargava, e decidiram-se mais estes dois aspetos. -----

Assim sendo, pergunta se se pode considerar este ponto 29 aprovado. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumor, de facto, tinham uma ideia diferente, e acham mais correto manter a forma anterior. A situação da formação causa-lhes algumas “reservas”, também aplicando a palavra que existe no próprio número do regulamento. Contudo, se o Sr. Vice-Presidente garante que foram os próprios grupos de teatro que até propuseram e concordam, não são os próprios que vão discordar, obviamente, e por isso vão votar a favor. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PRÉMIO DE TEATRO MÁRIO RUI GONÇALVES – ALTERAÇÃO ÀS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 201/15, de 31/03, do DEC/Teatro, para aprovação da alteração às normas de participação, bem como das notas biográficas dos elementos do júri, relativas ao Prémio de Teatro Mário Rui Gonçalves, e posterior remessa à assembleia municipal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 201/15, de 31/03, do DEC/Teatro, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 28 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Assunto: COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA INSTALAÇÃO DO MUSEU DA
TAUROMAQUIA-----

Presente proposta dos Srs. Vereadores Fernando Paulo Ferreira, Aurélio Marques e Rui Ribeiro Rei, datada de 2015/04/08, para aprovação da proposta para a criação da comissão de acompanhamento da instalação do Museu da Tauromaquia. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, registando o seu agradecimento e reconhecimento pelo trabalho que foi desenvolvido na estruturação de uma proposta que foi consensual, depois do trabalho que fez, no caso, em representação da CDU, com o Sr. Vereador Aurélio Marques, e em representação da Coligação Novo Rumo, com o Sr. Vereador Rui Rei.-----

Apresentam então uma proposta em nome dos três à câmara municipal, e dar-se-á depois conhecimento público, como é evidente, desta comissão, sendo a sua constituição em concreto aprovada na câmara municipal. Terá um número máximo de 21 membros, pretende ser um órgão consultivo da câmara municipal, neste processo todo, e ajudar e contribuir para que a autarquia possa vir a encontrar um sítio, estabelecer um programa funcional e abrir o Museu da Tauromaquia. -----

Assim, o caminho desta comissão é até ao momento em que se abre ou abrirá tão breve quanto possível o Museu da Tauromaquia.-----

Foi, como disse, um prazer ter participado com os Srs. Vereadores neste trabalho, que pensa que é o início de um processo que vai ser muito discutido e participado, certamente. Já se combinou que se vão ter agora outros trabalhos pela frente para fazer sobre esta matéria, e não sabe se os Srs. Vereadores querem fazer algum comentário breve. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o Sr. Presidente em exercício, e membro desta comissão, já explanou o que se passou, e gostaria só de deixar a satisfação dos membros da CDU por este consenso que se conseguiu, sendo possível, conforme a opinião do próprio, as 3 forças políticas representadas na câmara municipal chegarem a consensos, assim elas o queiram. -----

Sobre a questão fica-se por aqui, dizendo apenas que a nova fase é a escolha dos nomes, que será mais difícil ou não, mas espera que o empenhamento, a transparência, o esforço e a vontade política de entendimento levem a trazer a reunião uma futura proposta de consenso, mas logo se verá.-----



Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta dos Srs. Vereadores Fernando Paulo Ferreira, Aurélio Marques e Rui Ribeiro Rei. _____



Deliberação nº **221**

31 equip inf



Reunião de 2015/04/08

Deliberação nº

Por fim, agradeceu a todos e deu por terminada a reunião.-----

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA -----

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Encerramento às 14h10. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/06/03, não tendo participado na votação o Sr. Presidente e a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. _____

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

- Fernando Paulo Ferreira -